



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
Campus de Presidente Prudente  
**CENTRO DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA DO TRABALHO**  
*www.prudente.unesp.br/ceget*



**JOÃO VITOR RAMOS DA SILVA**

**Significados da Reforma Agrária em Bairros Periféricos de Presidente Prudente (SP): Uma Tentativa de Diálogo entre a Luta pela Terra e a Soberania Alimentar**

**Presidente Prudente, 2012**

**Significados da Reforma Agrária em Bairros Periféricos de Presidente  
Prudente (SP): Uma Tentativa de Diálogo entre a  
Luta pela Terra e a Soberania Alimentar**

Trabalho de monografia apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

**PRESIDENTE PRUDENTE**

**2012**

JOÃO VITOR RAMOS DA SILVA

**Significados da Reforma Agrária em Bairros Periféricos de Presidente  
Prudente (SP): Uma Tentativa de Diálogo entre a  
Luta pela Terra e a Soberania Alimentar**

Monografia apresentada como pré-requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Geografia da  
FCT-UNESP, submetida à aprovação da banca  
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior (Orientador)

Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sônia Maria Ribeiro de Souza

**PRESIDENTE PRUDENTE, OUTUBRO DE 2012**

A tod@s que sonham em construir uma sociedade emancipada!

## AGRADECIMENTOS

Sem que se constitua em exagero, não é demais dizer que esse espaço é certamente estreito demais para abarcar a totalidade das pessoas que contribuíram de alguma forma para a concretização do presente trabalho e que, por isso, são dignas do meu agradecimento. Segue uma síntese.

Ao meu pai João e à minha mãe Zélia, meus gestantes desde sempre, dando o equilíbrio necessário entre as cobranças e a liberdade para minhas escolhas, entre a materialidade e a subjetividade que sempre dignificaram. Ofereço esse trabalho como mínima retribuição.

Ao meu irmão, Fabião, e à minha irmã Lilian. O primeiro por uma vida compartilhada em um quarto, em músicas, em invernos, em frestas de janelas, em discussões, em jogos de xadrez, enfim, um universo de aprendizados mútuos e um pouco mais. E a segunda pelo cuidado de sempre com o irmão caçula, pelos esforços dedicados na complementação de minha educação e de meus valores. Meu obrigado!

À Seu Mauro, Dona Bete e família, pelo acolhimento de sempre ao genro no período de formação universitária. Daí, obviamente, um agradecimento especial à Luly, pessoa que definitivamente concretiza comigo o significado da palavra companheira, fornecendo afetividade, emoção e força à minha caminhada. Um beijo no coração!

Ao pessoal da turma da Faculdade: Willian, Sayuri, Marcão, Berg, Taís, Renata, Maryna, Carlos, Zezinho, Barba, Dida e Rubão. E também ao leque de irmãos e irmãs, fora das dependências universitárias, mas eternos no coração: Magro, Le, Matheus, Bruninho, Ribão, Manu, Renan, Mayumi e Pri.

Aos trabalhadores e trabalhadoras, bem como lideranças do MST, que concederam seu tempo para diálogos e entrevistas que ajudaram a edificar este trabalho.

À trupe do CEGeT e do CEMOSi, muitos para esse espaço, mas a cada um com um carinho grande. E, por fim, ao Thomaz, orientador e acima de tudo amigo, por uma vida compartilhada em quatro anos de aprendizado, dedicação e confiança, apesar de ser corinthiano. Forte abraço!

Fica aqui, certos de não termos contemplado a totalidade dos merecedores, um imenso abraço fraterno, um beijo no coração e meu muito obrigado!

*“...fez por fim então a rebeldia, que nos dá a garantia, que nos leva a lutar pela terra!”*

Pedro Munhoz

*“Vejo meus heróis levando sol, trincando chão. Não são mitos, não imortais, mas invisíveis em sua sina de sobreviver!”*

Fábio Fogo

*“Si muero por su suelo, su suelo en mi vivirá. La sangre que me riega mi tierra a los niños alimentará. Libertad! Libertad! Libertad!”*

Moxuara

**RESUMO:** A luta pela terra no Brasil confunde-se com a própria história do país, erigida sobre uma questão agrária turbulenta em que predominou a hegemonia dos grandes proprietários de terra, tanto na forma de latifundiários, quanto, mais recentemente, dos empresários do *agribusiness*, caracterizando uma versão mais moderna da dominação da lógica do capital em detrimento das demais formas de organização da vida. A partir da segunda metade do século XX, ocorre um acirramento dos conflitos pela terra com a emergência dos principais movimentos sociais, no Brasil, como o MST. Tais movimentos surgem em um contexto de transformação da formação socioespacial brasileira, marcada pela crescente urbanização do país, o que repercute nas suas formas de organização, passando a comparecer uma preocupação com a população urbana nas discussões e ações em prol da Reforma Agrária. Justapondo-se a esse processo, também emergiu fortemente nas últimas décadas a problemática da fome no mundo, tanto através dos dados alarmantes dos organismos supranacionais (FAO), como do debate impulsionado pelos movimentos sociais acerca da Soberania Alimentar (Via Campesina). Todos esses elementos merecem atenção neste trabalho, que busca apreender como se dá a participação de bairros da periferia pobre da cidade de Presidente Prudente/SP no processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, fazendo isso por meio de uma leitura geográfica dessa realidade que prime pela superação analítica da dissociação entre cidade e campo, como se fossem espaços inertes entre si. É nosso objetivo também destacar as motivações que levam os sujeitos protagonistas desse processo a saírem da cidade e aderirem à luta pela terra, permitindo identificar elementos que extrapolam a esfera econômico-material.

**Palavras-chave:** trabalho; luta pela terra; soberania alimentar; questão cidade-campo.

**RESUMEN:** La lucha por la tierra en el Brasil se confunde con la propia historia del país, erigida sobre una cuestión agraria turbulenta en la cual ha predominado la hegemonía de los grandes propietarios de tierra, tanto en la forma de latifundistas, cuanto, más recientemente, de los empresarios del *agribusiness*, caracterizando una versión más moderna de la dominación de la lógica del capital en detrimento de las demás formas de organización de la vida. A partir de la segunda mitad del siglo XX, ocurre un aguzamiento de los conflictos por la tierra con la emergencia de los principales movimientos sociales en Brasil, como el MST. Esos movimientos surgen en un contexto de transformación de la formación socioespacial brasileña, marcada por la creciente urbanización del país, lo que repercute en las sus formas de organización, pasando a comparecer una preocupación con la población urbana en las discusiones y acciones en pro de la Reforma Agraria. Yuxtaponiendo-se a eso proceso, también ha emergido fuertemente en las últimas décadas la problemática de la hambre en el mundo, tanto a través de los datos alarmantes de los organismos supranacionales (FAO), como del debate impulsado por los movimientos sociales acerca de la Soberanía Alimentaria (Via Campesina). Todos esos elementos merecen atención em esto trabajo, que busca aprehender cómo se efectiva la participación de barrios de la periferia pobre de la ciudad de Presidente Prudente/SP en el proceso de lucha por la tierra en el Pontal del Paranapanema, haciendo eso por lo medio de una lectura geográfica de esa realidad que prime por la superación analítica de la disociación entre ciudad y campo, como se fueran espacios inertes entre sí. Además, es nuestro objetivo destacar las motivaciones que llevan los sujetos protagonistas de eso proceso a dejaren la ciudad y adhieren a la lucha por la tierra, permitiendo identificar elementos que extrapolan la esfera económico-material.

**Palabras-clave:** trabajo; lucha por la tierra; soberanía alimentaria; cuestión ciudad-campo.

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Número de Ocupações – Brasil – 1988-2010.....	83
Gráfico 2 – Número de Ocupações – Pontal do Paranapanema – 1988-2010.....	84
Gráfico 3 – Distribuição dos Empregos Formais nos Municípios do Pontal do Paranapanema – 2009.....	88

## Lista de Figuras

Figura 1 – Localização de Presidente Prudente no contexto do Pontal do Paranapanema.....	20
Figura 2 – Territórios de abrangência dos CRAS's de Presidente Prudente – 2010.....	26
Figura 3 – Territórios de atuação dos CRAS's de Presidente Prudente, segundo setores censitários urbanos e rurais do IBGE.....	27
Figura 4 – Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de Presidente Prudente – 2003.....	29
Figura 5 – Espacialização dos Recursos Destinados ao Bolsa Família em Presidente Prudente – 2010.....	32
Figura 6 – Localização dos bairros pesquisados: Jardim Humberto Salvador (norte) e Jardim Morada do Sol (nordeste).....	37
Figura 7 – Jardim Morada do Sol, com destaque para as residências sem reboque.....	39
Figura 8 – Jardim Humberto Salvador, com destaque para as residências sem reboque.....	39
Figura 9 – Acampamento Dorcelina Folador, no município de Sandovalina, em frente à Fazenda São Domingos I, no 8º Perímetro de Presidente Venceslau.....	49
Figura 10 – Visão interna do barraco do acampado Zé Cosme, com destaque para a janela improvisada à esquerda.....	52
Figura 11 – Sr. Walter (à esquerda), Zé Cosme ao centro e outra acampada beneficiando-se da água que coletaram.....	53
Figura 12 – Secretaria do acampamento Dorcelina Folador, em Sandovalina.....	56
Figura 13 – Acampamento Irmã Goreti, em Marabá Paulista.....	58

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Conflitos no campo - Brasil (2010 e 2011) (janeiro-setembro).....	18
Tabela 2 – Participação dos Setores Econômicos no PIB dos Municípios do Pontal do Paranapanema.....	88

## Lista de Quadros

Quadro 1 – Dados cadastrais gerais e de programas sociais dos bairros pesquisados (Jardim Morada do Sol e Jardim Humberto Salvador) – 2010.....	30
---	----

## Lista de Abreviaturas e Siglas

CadÚnico = Cadastro Único para Programas Sociais

CAI's = Complexos Agroindustriais

CEB's = Comunidades Eclesiais de Base

CEGeT = Centro de Estudos de Geografia do Trabalho

CEMESPP = Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas

COMSEA = Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CPT = Comissão Pastoral da Terra

CRAS = Centro de Referência de Assistência Social

DAP = Declaração de Aptidão ao Pronaf

FAO = Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FCT/UNESP = Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDS = Ministério do Desenvolvimento Social

PAA = Programa de Aquisição de Alimentos

PCQ's = Programas de Controle de Qualidade

PLR's = Participação nos Lucros ou Resultados

PNAE = Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAS = Política Nacional de Assistência Social

PRONAF = Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SIMESPP = Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas

SAF = Secretaria da Agricultura Familiar

SAS = Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS = Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO 1: A EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL EM PRESIDENTE PRUDENTE E A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO .....	23
CAPÍTULO 2: <i>O PRIMEIRO LADO DA MOEDA</i> – OS TRABALHADORES NA PERIFERIA POBRE DE PRESIDENTE PRUDENTE .....	37
CAPÍTULO 3: <i>O OUTRO LADO DA MESMA MOEDA</i> – OS TRABALHADORES PRUDENTINOS NOS ACAMPAMENTOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA .....	48
CAPÍTULO 4: A GEOGRAFIA DA LUTA PELA TERRA ENTRE CIDADE E CAMPO – AVANÇOS E LIMITES NO DIÁLOGO COM A TEORIA .....	63
4.1. E a Geografia? .....	66
4.2. Uma Reflexão Integrada Sobre o Trabalho, a Luta pela Terra, a Reforma Agrária e a Soberania Alimentar .....	73
4.3. A Luta pela Terra Entre o Campo e a Cidade em Presidente Prudente/SP .....	81
4.4. Trabalho, Luta pela Terra, Cidade, Campo: Por uma Abordagem Geográfica das Confluências .....	84
4.5. Expressões do Trabalho no Pontal do Paranapanema: Para Além das Estatísticas .....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	91
REFERÊNCIAS .....	95
ANEXOS .....	103

## INTRODUÇÃO

Esta monografia de bacharelado é produto de um projeto de pesquisa por nós desenvolvido ao longo dos anos de 2011 e 2012, tendo sido financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e orientado pelo professor Antonio Thomaz Junior. Intitula-se “Significados da Reforma Agrária em Bairros Periféricos de Presidente Prudente (SP): Uma Tentativa de Diálogo Entre a Luta pela Terra e a Soberania Alimentar” e tem como principal objetivo desvendar os conteúdos sociais e territoriais relacionados à participação de bairros da periferia pobre da cidade de Presidente Prudente no processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

O texto a seguir tem seu corpo principal herdado do relatório final de atividades referente ao projeto supracitado, mas recebeu acréscimos e atualizações com o objetivo de ampliar a interlocução teórica, e avançar na análise.

É importante destacar também a existência de outro projeto de iniciação científica no âmbito do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho), desenvolvido concomitantemente a este, sob responsabilidade de Priscila Souza Maldonado, e que em seu escopo aproximou-se do nosso campo de investigações sobre o tema da Reforma Agrária, Soberania Alimentar, luta pela terra, associados às múltiplas expressões do trabalho que se põem no contexto socioespacial pesquisado da cidade de Presidente Prudente, mais precisamente em alguns bairros periféricos. Somando esforços nas discussões teórico-metodológicas, foi possível avançar conjuntamente na compreensão de um processo mais amplo, em Presidente Prudente e no Pontal do Paranapanema.

Um primeiro apontamento a ser feito relaciona-se com algumas dificuldades com as quais nos deparamos no transcorrer da pesquisa, dificuldades, sobretudo, metodológicas, como, aliás, já havíamos previsto quando da elaboração do projeto de pesquisa que serviu de sustentação para nosso intento de pesquisa. Isto, pois, pela peculiaridade dos sujeitos que são foco de nossa investigação, residentes na periferia da cidade de Presidente Prudente, acampados, trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos, enfim, permeados por uma plasticidade que os envolve e que, exatamente por esse fato, os torna para nós difíceis de serem apreendidos metodologicamente. Não obstante tenhamos indicado no projeto de pesquisa os bairros periféricos que seriam alvos de nossa investigação, portanto delimitado o recorte espacial, esse passo não dirimiu a obscuridade que envolve tais sujeitos, isso, pois,

pelo fato de que os mesmos não se encontram em nenhuma estatística oficial, daí, inclusive, a importância de realizar-se essa e futuras pesquisas que permeiem essa realidade específica.

Contudo, o que se apresenta dessa forma como dificuldade, também pode ser enxergada, por outro lado, como um desafio a ser encarado, a fim de se descobrir, ou descortinar os conteúdos e nexos territoriais que são produzidos na urdidura espacial da cidade de Presidente Prudente, no contexto, é claro, do Pontal do Paranapanema. Assim, procuramos apresentar, a seguir, um conjunto de apreensões que nos foram possibilitadas ao longo da pesquisa.

Uma das estratégias pela qual acabamos optando para obter uma pista do paradeiro de tais sujeitos foi visitar os dois acampamentos da região do Pontal do Paranapanema, locus das ações de luta pela terra, para verificar se ali havia pessoas oriundas da cidade de Presidente Prudente e realizar entrevistas com as mesmas a fim de descobrir, dentre outras coisas, quais as motivações principais que as levaram a optar pela adesão à luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Vale destacar que essa é apenas uma alternativa metodológica para se alcançar os sujeitos que são alvos de nossa pesquisa, embora isso não signifique que as pessoas com as quais entramos em contato no acampamento sejam menos protagonistas, em nosso foco de análise, do que as que ainda localizam-se nos bairros periféricos de Presidente Prudente.

Assim, realizamos trabalhos de campo aos acampamentos do Pontal, totalizando atualmente dois (Dorcelina Folador, em Sandovalina, e Irmã Goreti, em Marabá Paulista). Nesses espaços fizemos entrevistas semiestruturadas, privilegiando a história oral, de sorte que nosso objetivo era abstrair as motivações dos sujeitos que aderem à luta pela terra no Pontal do Paranapanema, portanto necessariamente envolvendo seu histórico de vida e de trabalho. Também realizamos trabalhos de campo nos bairros por nós delimitados, no intuito de verificar se de fato havia sujeitos que participaram/participam da luta pela terra na região, por que participam, qual a percepção sobre a Reforma Agrária etc..

Outras portas de entrada como, por exemplo, presidentes de Associações de Moradores e outras pessoas de referência nos bairros, também puderam contribuir para se alcançar os sujeitos que procuramos, ainda assim escamoteados. O grande desafio foi a invisibilidade desses sujeitos, isto é, são pessoas, trabalhadores e trabalhadoras que não constam em estatísticas oficiais e, muitas vezes, sequer são conhecidas nos bairros, dificultando muito a ação do pesquisador para chegar até tais sujeitos sociais. Todavia,

conseguimos entrevistar alguns moradores dos dois bairros e daí foi possível extrair impressões valiosas, complementando as já conseguidas nos acampamentos.

Também buscamos algum contato com a prefeitura municipal de Presidente Prudente, com o objetivo de identificar os grandes bolsões de pobreza e exclusão social da cidade, bem como saber quais são as ações e estratégias do poder público para lidar com esses bairros, mais especificamente no que diz respeito à segurança alimentar<sup>1</sup> e distribuição de renda.

No total da pesquisa, somando-se os trabalhadores dos bairros e dos acampamentos ao presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), foram feitas 10 entrevistas – os roteiros das mesmas encontram-se nos anexos deste trabalho). Número reduzido se comparado ao universo possível de pessoas a serem entrevistadas, contudo ressaltamos aqui o primado da análise qualitativa que buscamos fornecer ao trabalho. Com isso não se busca traçar generalizações ao conjunto do processo estudado que, acrescido de uma maior quantidade de entrevistados, certamente traria maior amplitude às afirmações.

É preciso, em tom de justificativa, esclarecer que tivemos que extrapolar o limite territorial por nós traçados como meta no projeto de pesquisa: Jardim Humberto Salvador e Jardim Morada do Sol. Isto porque, quando de nossa presença em trabalhos de campo aos acampamentos da região do Pontal, acabamos tendo contato com pessoas que não pertenciam a esses bairros e que, todavia, não deixaram de ser importantes, em nossa avaliação, para o dimensionamento da questão e o acúmulo de elementos qualitativos que pudessem contribuir para a reflexão e análise da questão da luta pela terra na relação cidade-campo na cidade de Presidente Prudente.

Do ponto de vista da pesquisa bibliográfica, tendo em vista a relativa escassez de pesquisas e textos relacionados à nossa temática de pesquisa, procuramos entrar em contato com as literaturas que se aproximassem de alguma forma dos bairros periféricos de Presidente Prudente, seja pelo viés da Geografia do Trabalho (IKUTA, 2003), seja pela averiguação das

---

<sup>1</sup> Em termos conceituais, Segurança Alimentar não é a terminologia mais adequada, de nosso ponto de vista, para garantir a autonomia a ser alcançada pelas pessoas sobre o que produzir, quanto, para quem, determinando também – do outro lado do processo – o que comer, com qual qualidade etc. Com esse referencial político-ideológico, acreditamos que o conceito mais adequado seja o de Soberania Alimentar. Apenas fizemos menção ao conceito de Segurança Alimentar pois ele referencia as ações do poder público municipal de Presidente Prudente no combate à fome no município. Para um maior aprofundamento da discussão acerca dos conceitos de Segurança e Soberania Alimentar, ver: Eguren (2008); Mazzei (2007); Stédile; Carvalho (2011); Rosset (2004); Valério (2010); Thomaz Junior (2010).

políticas de assistência social empreendidas pela prefeitura municipal aos bairros mais carentes/excluídos espacial, social e economicamente (LINDO, 2010). Foi também nossa intenção buscar alguma referência da constituição histórica do Pontal do Paranapanema, de um modo mais geral (LEITE, 1998), como da cidade de Presidente Prudente (ABREU, 1972), além de uma análise mais vertical da questão agrária relacionada aos assentamentos rurais no Pontal (FERNANDES; RAMALHO, 2001).

Buscamos também algum referencial quanto à discussão existente entre Segurança Alimentar e Soberania Alimentar, e o encontramos em autores como Eguren (2008), Rosset (2004), Mazzei (2007) e também Stédile & Carvalho (2011). Além disso, referenciais sobre a temática do trabalho propriamente dita fomos buscar em autores como István Mészáros (2006; 2007; 2009), Ricardo Antunes (2009 [1999]; 2010; 2011) e, adentrando o universo da Geografia do Trabalho, Thomaz Junior, como principal referência em diversos trabalhos, e Valério (2010), ambos produtos do avanço coletivo conquistado já há mais de uma década no Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

Fica, sem dúvida nenhuma, a título de afirmação inicial, a certeza de que esse recorte temático – e também seus conteúdos territoriais vinculados às relações cidade-campo, capital-trabalho, produção-reprodução, no âmbito da questão agrária brasileira – ainda merece muita atenção por parte de futuras pesquisas; uma vez que ainda carece de uma maior reflexão teórico-metodológica e de contribuições que tenham rebatimentos na prática de pesquisa e nas ações voltadas ao próprio território.

Na sociedade urbanizada desse início do século XXI, não há mais como pensar a questão agrária brasileira por fora do espaço urbano e todos os seus componentes territoriais que estão em plena relação com as relações socioterritoriais presentes no campo, do mesmo modo que o inverso é verdadeiro, isto é, não há como conceber o espaço urbano alheio às dinâmicas rurais, a começar pela questão da alimentação.

Quando acrescentamos à discussão o elemento trabalho, aí então começamos a entender que as relações sociais de produção e reprodução no âmbito do espaço urbano, principalmente nas regiões periféricas da cidade (em nosso caso Presidente Prudente), acabam relacionando-se com a busca por uma alternativa no bojo da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. A análise do mapa de exclusão/inclusão social de Presidente Prudente, juntamente com a apreciação de alguns trabalhos científicos, permitiu comparar os bairros mais excluídos socialmente – sendo que uma das variáveis é justamente o nível de

desemprego – com os que apresentaram historicamente os principais índices de adesão à luta pela terra no Pontal.

Assim, buscando relacionar trabalho, luta pela terra, Reforma Agrária e Soberania Alimentar, utilizando-nos para isso do instrumental teórico-conceitual fornecido pela Geografia, sobretudo através de seus principais conceitos, como Território (e Territorialidade), Espaço Geográfico e Paisagem, procuramos esboçar as reflexões suscitadas com a construção de nossa pesquisa, sem qualquer pretensão de esgotar o assunto.

Apenas como esclarecimento, os nomes dos entrevistados que mencionaremos nos capítulos 2 e 3 são verídicos, sendo que os mesmos permitiram-nos fazê-lo. Preferimos adotar a forma como os entrevistados autodenominam-se ante o nome completo, como forma de apreender alguma carga de subjetividade implícita no tratamento como os próprios trabalhadores identificam-se.

A busca pela compreensão da atual realidade de fome no Brasil e no mundo que, segundo dados da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), alcançaram, em 2012, a cifra de 870 milhões de famintos e subnutridos<sup>2</sup>, e sua conjugação com as transformações socioespaciais ocorridas nas últimas décadas no país no que toca a urbanização da sociedade, a expansão e territorialização do agronegócio, a desterritorialização camponesa como consequência, a luta pela terra e pela Reforma Agrária, enfim, todos esses processos entendidos de forma interrelacionada, voltaram-nos o olhar para a periferia urbana pobre de Presidente Prudente, a fim de entender como todas essas transformações rebatem nesse espaço e como os sujeitos presentes nesse espaço sofrem/respondem a essas transformações pela via da luta pela terra.

A urbanização generalizada da sociedade é um processo em curso e inegável, alcançando no Brasil aproximadamente 84%, em Presidente Prudente representando um número ainda maior, 98%<sup>3</sup>. Por outro lado, a questão agrária brasileira, envolvendo a histórica configuração de concentração fundiária, grilagem de terras, violência no campo, exploração do trabalho, trabalho escravo etc., ainda continua viva. A Tabela 1 apresenta dados da CPT sobre o cenário de conflitos no campo em 2011, comparados aos de 2010.

---

<sup>2</sup> Cf. FAO, 2012. “El Estado de La Inseguridad Alimentaria em El Mundo (resumen – 2012)”.

<sup>3</sup> Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponíveis nas seções “cidades” e “países”.

<b>Tabela 1. Conflitos no campo - Brasil (2010 e 2011) (janeiro-setembro)</b>				
	2010		2011	
<b>Conflitos de Terra</b>	Ocorrências	Pessoas	Ocorrências	Pessoas
Ocorrências de Conflito	349	145.725	275	145.320
Ocupações	159	73.835	144	89.815
Acampamentos	27	14.590	20	10.285
<b>Conflitos Trabalhistas</b>	Ocorrências	Pessoas	Ocorrências	Pessoas
Trabalho Escravo	177	3.854	218	3.882
<b>Conflitos pela Água</b>	Ocorrências	Pessoas	Ocorrências	Pessoas
	65	160.165	29	93.310
<b>Total Conflitos no Campo</b>	<b>777</b>	<b>398.169</b>	<b>686</b>	<b>342.612</b>

Fonte: Setor de Documentação da CPT.  
Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Como se pode ver, não obstante algumas quedas nas variáveis estabelecidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) para os conflitos no campo, os mesmos ainda mostram-se marcadamente presentes, quiçá recrudescidos. Como ressaltado na divulgação da síntese dos conflitos no campo pela CPT, “os números relativos a janeiro a setembro de 2011, indicam uma redução geral de conflitos – redução de 777, em 2010, para 686, em 2011, -12%. Mas a queda não esconde que a violência mantém-se e firme. Faz parte da estrutura agrária do país” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2011).

Esses dois processos socioespaciais que historicamente apresentam-se no país, contudo, não se anulam, isto é, a urbanização brasileira traz também como um dos seus aspectos a urbanização do campo, caracterizada principalmente pela instalação da indústria nesse espaço. Todavia, dialeticamente, ao mesmo tempo em que os espaços rurais constituem-se como alvo da apropriação mercadológica por diversos ramos industriais, tal industrialização encontra também o fundamento de sua existência exatamente nas exigências tecnológicas postas pelo capital agropecuário em desenvolvimento no Brasil, de forma intensificada a partir da década de 1970, materializado em grandes corporações transnacionais; tais empresas, nesse início de século XXI, ganham status de agro-químico-alimentar-financeiras<sup>4</sup>, em um contexto de imbricamento generalizado do capital. Processo

<sup>4</sup> Thomaz Junior (2008b) trabalha com esse termo para designar a presença dessas empresas em praticamente toda a cadeia produtiva de um dado ramo produtivo, desde a produção de sementes, passando pelo processamento industrial, circulação, até a especulação de preços no mercado financeiro.

esse que já se anuncia há alguns anos, como é possível identificar na afirmação de Santos (1988, p. 41):

Falar, hoje, de um capital fundiário distinto do capital mercantil, do capital industrial, ou do capital bancário (aos quais deveríamos ajuntar o capital tecnológico) pode incorrer na pecha de exagero [...] hoje é praticamente impossível desconhecer a unicidade do capital sob as diversas denominações que ele toma, segundo o seu uso. A capitalização generalizada da economia, privilegiando o papel centralizador dos bancos, fazem com que essas diversas denominações sejam unicamente funcionais (SANTOS, 1988, p. 41).

Ao mesmo tempo, nos últimos anos, vem ganhando força a constituição das chamadas cidades do agronegócio (ELIAS; PEQUENO, 2005), que são caracterizadas por um movimento e uma lógica inversa à ideia de urbanização com sentido de subordinação do espaço rural ao espaço urbano. Nessas cidades, o que predomina é justamente a determinação de sua estrutura urbana, bem como de seus serviços ofertados, atividade imobiliária, relações políticas etc., pela dinâmica do agronegócio que aí se instala. Elias & Pequeno exemplificam essa categoria espacial com algumas cidades do nordeste brasileiro, como Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, entre outras.

Os processos socioterritoriais que envolvem a constituição das chamadas Cidades do Agronegócio perpassam o movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização efetuado entre sujeitos, lógicas produtivas e modos de vida diferentes, quais sejam, o agronegócio e os camponeses. Vale enfatizar que, nesse começo de século, cada vez mais o agronegócio vem ganhando contornos de agrohídronegócio<sup>5</sup> (THOMAZ JUNIOR, 2010), na medida em que adquire força as ações voltadas ao controle não somente da terra, mas também da água, o que inclui automaticamente a disputa por esse recurso natural (como pode ser visto na Tabela 1).

Ao se territorializar, o agrohídronegócio, via de regra, desterritorializa camponeses, forçando-os a se reterritorializarem alhures, seja em outras regiões do país, seja através do êxodo rural, historicamente marcante no Brasil, principalmente a partir de meados do século XX. Raffestin, reconhecendo o papel central das grandes empresas nos processos de desterritorialização, coloca a questão nos seguintes termos:

---

<sup>5</sup> Thomaz Júnior (2010) propõe essa nova categoria de análise, pois atenta para a disputa pela água, superficial ou subterrânea, que acompanha a luta pela terra. Trata-se de uma estratégia do capital para se beneficiar das condições hídricas naturais na empreitada da produção de gêneros com valor no mercado (*commodities*) em largas faixas de terra e com alta tecnologia, caracterizando o que seja propriamente o agronegócio. Ver: Thomaz Junior, 2010a.

Mas, se nos concentramos no problema da mobilidade, podemos perguntar se as E.M. [empresas multinacionais] não causam poderosos efeitos indiretos sobre os deslocamentos de mão-de-obra nas duas extremidades da corrente: de um lado para a mão-de-obra muito qualificada, e de outro para a mão-de-obra muito pouco qualificada. Há, portanto, um processo de desterritorialização da mão-de-obra, que viria do fato de que as multinacionais só raciocinam, para sua estratégia, num espaço-suporte abstrato e não num espaço concreto caracterizado por um conjunto de propriedades e dados a serem preservados (RAFFESTIN, 1993, p. 93).

A migração de trabalhadores rurais para as cidades, em sua maioria para a periferia, traz consigo uma série de problemas relacionados à infraestrutura urbana (moradia, saneamento básico, luz elétrica etc.) capaz ou não de suportar o incremento populacional ocasionado pela vinda desses trabalhadores para o meio urbano, como também em relação à oferta de empregos para suprir a demanda. Essas duas variáveis (infraestrutura urbana e emprego) podem ser consideradas interdeterminantes, uma vez que normalmente há uma coincidência entre os sujeitos que sofrem com a instabilidade empregatícia e os que vivem, por exemplo, em condições precárias de moradia.

No caso de Presidente Prudente, essa coincidência, ou superposição de variáveis relacionadas ao viver/morar e o trabalhar, é verificada por Ikuta (2003), ressaltando que os bairros que apresentavam índices de precariedade elevados no que toca à moradia, eram essencialmente os mesmos que apresentavam traços de desemprego, subemprego, trabalho temporário, em tempo parcial etc.; dentre eles vale destacar o Jardim Morada do Sol, um dos bairros que requereram nossa atenção na pesquisa.

Quando buscamos as raízes históricas que influenciaram na formação socioespacial da cidade de Presidente Prudente, é imprescindível recorrermos à história de formação do Pontal do Paranapanema (Figura 1), região do extremo oeste paulista e que compreende a cidade de Presidente Prudente, além de outros 31 municípios<sup>6</sup>.

José Ferrari Leite (1998) aborda e apreende bem os meandros históricos de formação desse território, marcados por um contexto de politicagem, clientelismo,

---

<sup>6</sup> Segundo informações do Portal da Cidadania, sítio eletrônico do programa “Territórios da Cidadania”, “o Território Pontal Do Paranapanema - SP abrange uma área de 18.441,60 Km<sup>2</sup> e é composto por 32 municípios: Caiabu, Indiana, Tarabai, Estrela do Norte, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piqueroibi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Eptácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba e Teodoro Sampaio. A população total do território é de 571.107 habitantes, dos quais 54.884 vivem na área rural, o que corresponde a 9,61% do total. Possui 12.349 agricultores familiares, 5.853 famílias assentadas. Seu IDH médio é 0,80”. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

coronelismo, grilagem de terras, violência no campo e degradação dos recursos naturais (notadamente através do desmatamento). Esses elementos foram determinantes para a conformação da estrutura política e agrária da maioria dos municípios do Pontal, na qual o que predomina é a situação irregular dos títulos de propriedade (grilo) e a presença de grandes coronéis, ainda hoje com fortíssimo poder político. No caso de Presidente Prudente, a figura do “coronel” detém a posse de uma instituição de ensino superior, um jornal impresso, uma emissora de televisão filiada à Rede Globo de Televisão, além de terras com pendências jurídicas no Pontal.

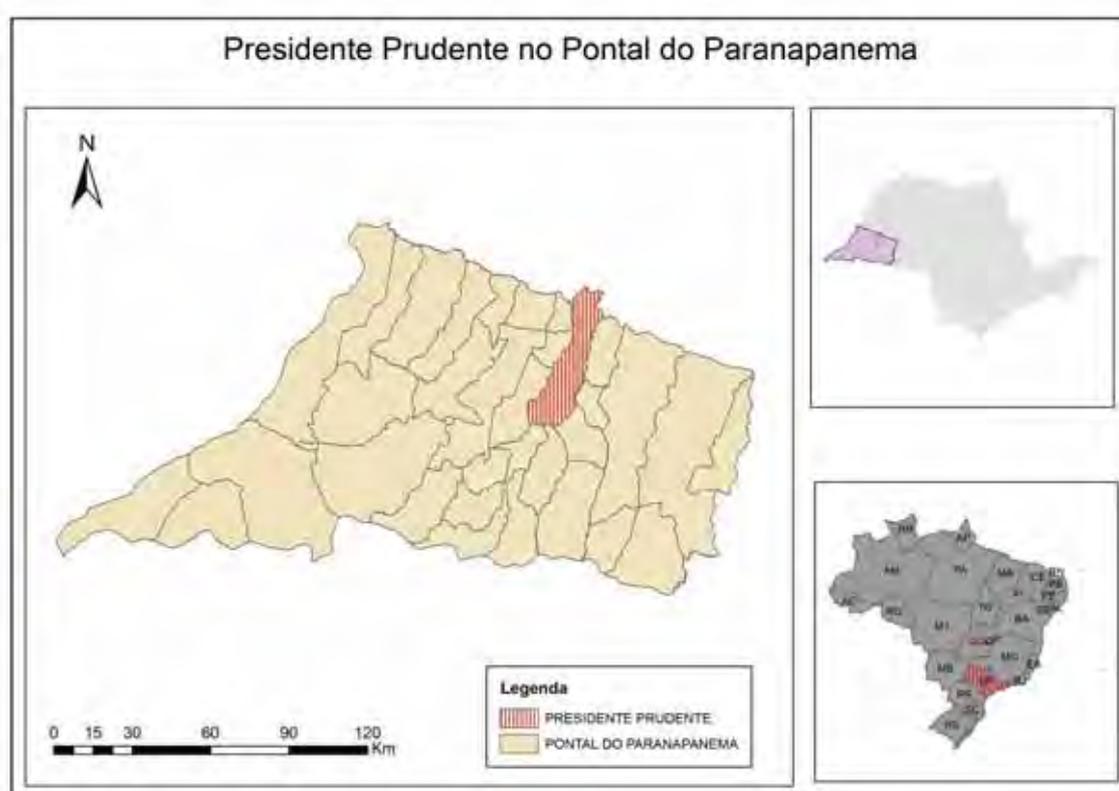


Figura 1: Localização de Presidente Prudente no contexto do Pontal do Paranapanema.  
Fonte: IBGE. Organização: João Vitor Ramos da Silva.

Como assevera Leite, a título de considerações finais,

Assim se deu a ocupação do Pontal do Paranapanema. Embora recente, como se viu, foram usados, porém os mesmos processos antigos, agora mais refinados. Na luta pelo domínio da terra ficou claro que vence sempre o poder econômico e político, pois que, em verdade, se constituem numa só entidade irresistível, insensível e brutal (LEITE, 1998, p. 191).

O que pretendemos extrair disso é que todo esse processo histórico de constituição do território do Pontal do Paranapanema influenciou de forma notória na cidade de Presidente

Prudente. Dióres Santos Abreu (1972), em trabalho referencial para a compreensão da história de formação dessa “cidade pioneira paulista”, afirma que os pequenos proprietários de terra sempre prevaleceram em número no município, porém em posição de subordinação político-econômica aos latifundiários. Segundo ele, “Apesar da disseminação da pequena propriedade, o latifúndio sempre esteve presente fazendo de seus proprietários, embora ausentes alguns, os elementos de maior projeção social” (p. 204). Nesse sentido, confronta o número de propriedades com a área possuída na explicação do poderio dos grandes coronéis/latifundiários: “O latifúndio suplantando a pequena propriedade em área de terra possuída, dava aos coronéis latifundiários condições de manipularem politicamente uma população rural incapaz de se fazer representar em virtude principalmente de sua fraqueza econômica” (p. 209). Por fim, conclui sua obra dizendo que:

O fato do sistema do coronelismo medrar em Presidente Prudente, área de pequenas propriedades, explica-se em virtude dessa região estar subordinada a um esquema político mais amplo imposto à Nação como um todo. Desamparados pela administração pública, pela justiça (dependente ela própria dos coronéis), impotentes diante de um quadro político que não lhes permitia ter voz ativa, economicamente frágeis, vivendo às voltas com dificuldades inerentes à ausência de crédito, sem amparo algum para a produção e a distribuição dos seus produtos, os pequenos proprietários, longe de se organizarem para exigirem uma reorientação política, constituíram a base política dos coronéis, dos quais se sentiam dependentes e aos quais estavam ligados por fatores diversos (p. 331).

Se por um lado, contudo, a história do município está totalmente atrelada à presença de grandes coronéis, grilagem de terras, confundidos com a subordinação camponesa, num momento seguinte migração campo-cidade no sentido de Presidente Prudente, por outro a história mais recente mostra que um movimento se constituiu no sentido inverso. Isto é, há um volume significativo de moradores da cidade que já se envolveram (e, em alguma medida, ainda se envolvem) com a luta pela terra no Pontal, buscando de alguma forma o retorno à terra e, ao mesmo tempo, a fuga de precárias condições de trabalho e de vida vivenciadas na cidade.

Ricardo Antunes (2011), ao inserir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nesse contexto de ligação entre cidade e campo, ressalta que:

Ainda que o MST encontre sua origem no movimento de trabalhadores rurais, incorpora crescentemente os trabalhadores da cidade que buscam retornar para o campo depois de expulsos pela “modernização produtiva” das indústrias. Tal processo resulta em uma inversão do fluxo migratório no Brasil e em uma síntese que aglutina e articula experiências e formas de sociabilidade oriundas do mundo do trabalho rural e urbano (p. 43).

É nesse sentido que caminha este trabalho, na intenção de tentar apreender de que forma se dá esse movimento de moradores de bairros periféricos de Presidente Prudente para os espaços de luta pela terra protagonizados pelos movimentos sociais atuantes no Pontal do Paranapanema, em especial o MST. Nesse caso, trata-se do acampamento, já que representa um território por excelência da luta pela terra, onde o conflito de fato se dá.

## **CAPÍTULO 1: A EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL EM PRESIDENTE PRUDENTE E A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO**

As informações apresentadas neste primeiro capítulo foram extraídas da entrevista semiestruturada feita junto ao professor Sérgio Braz Magaldi, atual presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) do município de Presidente Prudente e também Assistente Técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) de Presidente Prudente, na gestão 2009-2012.

Através desse contato tínhamos a intenção de conseguir informações oficiais da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (PMPP), principalmente da Secretaria Municipal de Assistência Social, em sua inserção na questão da Segurança Alimentar, sobre a configuração atual dos bairros mais carentes socioeconomicamente da cidade, a fim de tentar compreender onde se localizam os bolsões de pobreza na cidade e quais as ações da prefeitura no sentido de dirimir as dificuldades ali vivenciadas.

A partir dessas informações, a ideia seria verificar se há uma possível coincidência entre aqueles bairros que apresentam os maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica com os que apresentaram historicamente volume considerável de sujeitos deixando a cidade e se dirigindo à luta pela terra.

Por meio da entrevista, foram-nos disponibilizados diversos dados e informações que se aproximaram de nosso objetivo, como representações cartográficas dos territórios abrangidos pelos CRAS's (Centros de Referência de Assistência Social). Assim, os dados quantitativos sobre o número de pessoas atendidas por alguns programas sociais do governo federal no município de Presidente Prudente, diagnóstico preliminar da situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar ocuparam importância nas nossas reflexões.

Uma questão interessante sobre os CRAS's é que, em sua concepção, caminhando no sentido de sua efetivação, esse elemento da política descentralizada da assistência social possui uma grande significância do ponto de vista geográfico, isto porque pressupõe não apenas a melhor eficiência logística nos atendimentos assistencialistas, dispensando a necessidade de deslocamento da população até a SAS, onde antes eram centralizadas as ações, mas principalmente porque envolve a intenção de realizar uma articulação territorial, procurando lidar com as particularidades locais dos bairros e territórios dos CRAS's. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS):

O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O Cras atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o Cras possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos.

Em relação aos bairros de Presidente Prudente que apresentam maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica e, por conseguinte, alimentar, Magaldi informou que estes se localizam nas regiões norte/nordeste e leste/sudeste do município, representados por um conjunto de bairros, com destaque para o Jardim Humberto Salvador e Jardim Morada do Sol no primeiro setor (norte/nordeste), e pela Vila Operária e Jardim Cambuci no segundo setor (leste/sudeste).

Esse mapeamento se constrói com base nas variáveis relacionadas às demandas por programas sociais, seja em nível federal, estadual ou municipal, como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o registro no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais)<sup>7</sup> etc., fornecidas pelos CRAS's de cada um dos quatro territórios de ação no município e comparadas com os dados oficiais cadastrados nos registros do governo federal – como no caso do CadÚnico.

As Figuras 2 e 3 apresentam trabalhos geocartográficos realizados em parceria entre a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, através da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), e a Faculdade de Ciência e Tecnologia – FCT/UNESP, por meio do CEMESPP (Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas), que resultou no mapeamento dos territórios abrangidos pelos CRAS's na cidade de Presidente Prudente e no município como um todo.

Nota-se que a cidade de Presidente Prudente conta, hoje, com quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's), abrangendo parte de seu território, sendo esta a

---

<sup>7</sup> Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), “O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Dessa forma, o Cadastro Único possibilita conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família”. Com isso “possibilita ao poder público formular e implementar políticas específicas, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas e desenvolver suas potencialidades. Atualmente o Cadastro Único conta com mais de 19 milhões de famílias inscritas”. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>.

mais debilitada do ponto de vista socioeconômico (Figura 2). É possível perceber que a área de abrangência dos territórios descreve um arco que vai da região noroeste até a região sudeste da cidade, deixando um vazio na região central e a sudoeste. Essa escolha se deve ao levantamento das variáveis já mencionadas acima, como cadastrados para recebimento de cestas básicas, cadastrados no CadÚnico, etc., sendo que, segundo esses critérios, a porção da cidade que não foi regionalizada/territorializada e atingida pela política do CRAS seria, teoricamente, menos necessitada em relação às demais áreas.

Nesse sentido, ressalta-se que a região sul do espaço urbano prudentino caracteriza-se por uma ocupação historicamente elitizada, com destaque para, entre outros, os bairros Parque Higienópolis e os Condomínios Residenciais Damha I, II e – em construção – III.

Ainda em relação à Figura 2, é importante ressaltar que os territórios de abrangência dos CRAS's são ainda subdivididos pela presença de núcleos de atendimento, unidades de menor referência, que acabam subpolarizando parte dos serviços do território total do CRAS. Dessa forma, o território do CRAS do Jardim Cambuci é acompanhado do Núcleo Iti, que acaba sendo responsável por atendimentos mais gerais dos bairros mais próximos de sua localidade; assim também ocorre com o CRAS do Parque Alexandrina, que possui o Núcleo Nochete; o CRAS do Conjunto Habitacional Augusto de Paula, com o Núcleo Sabará; e o CRAS do Jardim Morada do Sol, possuindo o Núcleo Montalvão, que abrange os distritos de Montalvão, Floresta do Sul, Eneida e Ameliópolis.

A Figura 3 permite a visualização dos territórios de atuação dos Centros de Referência de Assistência Social, mas com um nível de generalização maior, estando na escala de todo o município, não apenas do espaço urbano de Presidente Prudente, como no caso da Figura 2. As principais diferenças entre as duas figuras são a presença, na Figura 3, da diferenciação dos setores censitários do IBGE em urbanos e rurais e a identificação dos distritos do município de Presidente Prudente – Montalvão, Floresta do Sul, Eneida e Ameliópolis – todos abrangidos pelo CRAS do Jardim Morada do Sol.



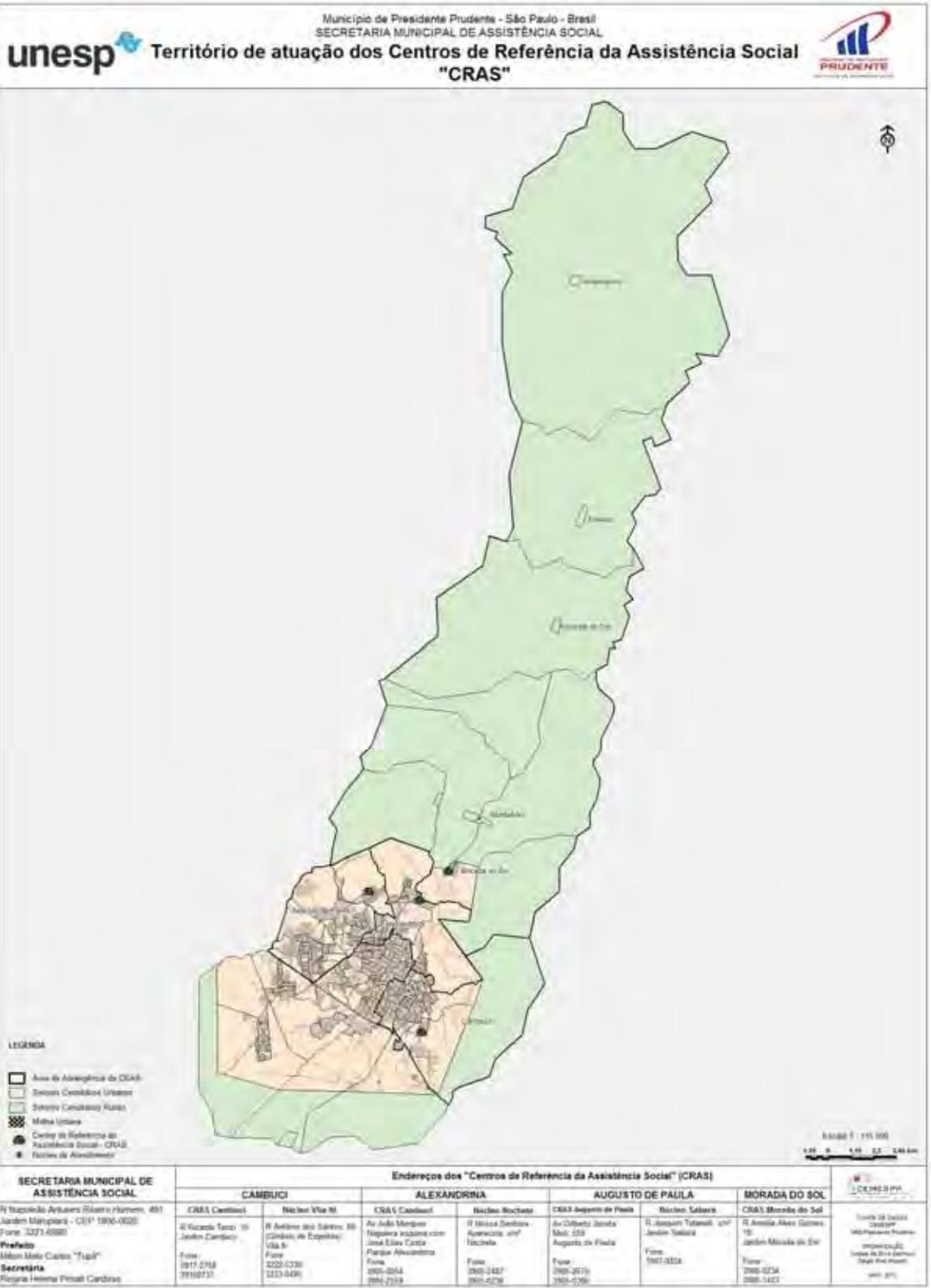


Figura 3: Territórios de atuação dos CRAS's de Presidente Prudente, segundo setores censitários urbanos e rurais do IBGE.  
Fonte: CEMESPP.

Tanto a Figura 2, quanto a Figura 3, estão fixadas nas dependências da SAS, municinando as ações de planejamento no âmbito da Assistência Social do município de Presidente Prudente, seja no espaço urbano, seja nas outras áreas do território municipal. Foi através delas que Sérgio Magaldi, além de esclarecer de que forma se organizam a disposição dos CRAS's no município de Presidente Prudente, pontuou os principais bolsões de carência e vulnerabilidade socioeconômica da cidade.

No que diz respeito à porção sudoeste da cidade, na qual a grande referência espacial é o Conjunto Habitacional Ana Jacinta, a inexistência de um território do CRAS abre maior margem para possíveis questionamentos, já que, durante muito tempo ele foi considerado um bairro atingido pela exclusão socioespacial, percebido, por exemplo, pela sua distância em relação à malha urbana central. Segundo informações do presidente do COMSEA, Sérgio Magaldi, hoje este bairro não mais é considerado um bairro excluído, já que o perfil geral da população aí residente é de classe média, segundo o poder de compra.

A Figura 4 apresenta outra construção cartográfica produzida pelo CEMESPP (na época o ainda denominado SIMESPP – Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas) –, um mapa da exclusão/inclusão social na cidade de Presidente Prudente, com dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, no qual é possível notar a situação de baixa exclusão social (áreas em amarelo) do Conjunto Habitacional Ana Jacinta, média exclusão social (áreas em laranja) do Jardim Humberto Salvador e alta exclusão social (áreas em vermelho) do Jardim Morada do Sol. Entramos em contato com esse mapa e uma análise aplicada à política de assistência social em Presidente Prudente no trabalho desenvolvido por Paula Lindo (2010), inclusive envolvendo os agentes da SAS.

Do ponto de vista da estrutura urbana da área, o Conjunto Habitacional Ana Jacinta é classificado como um subcentro da cidade de Presidente Prudente, sendo caracterizado por uma distância considerável do restante da malha urbana, mas que, por outro lado, possui uma série de serviços primários (menos complexos) que atendem à população desse bairro e dos bairros próximos, não sendo totalmente necessário o deslocamento de seus moradores a fim de ter acesso a tais serviços no centro da cidade.

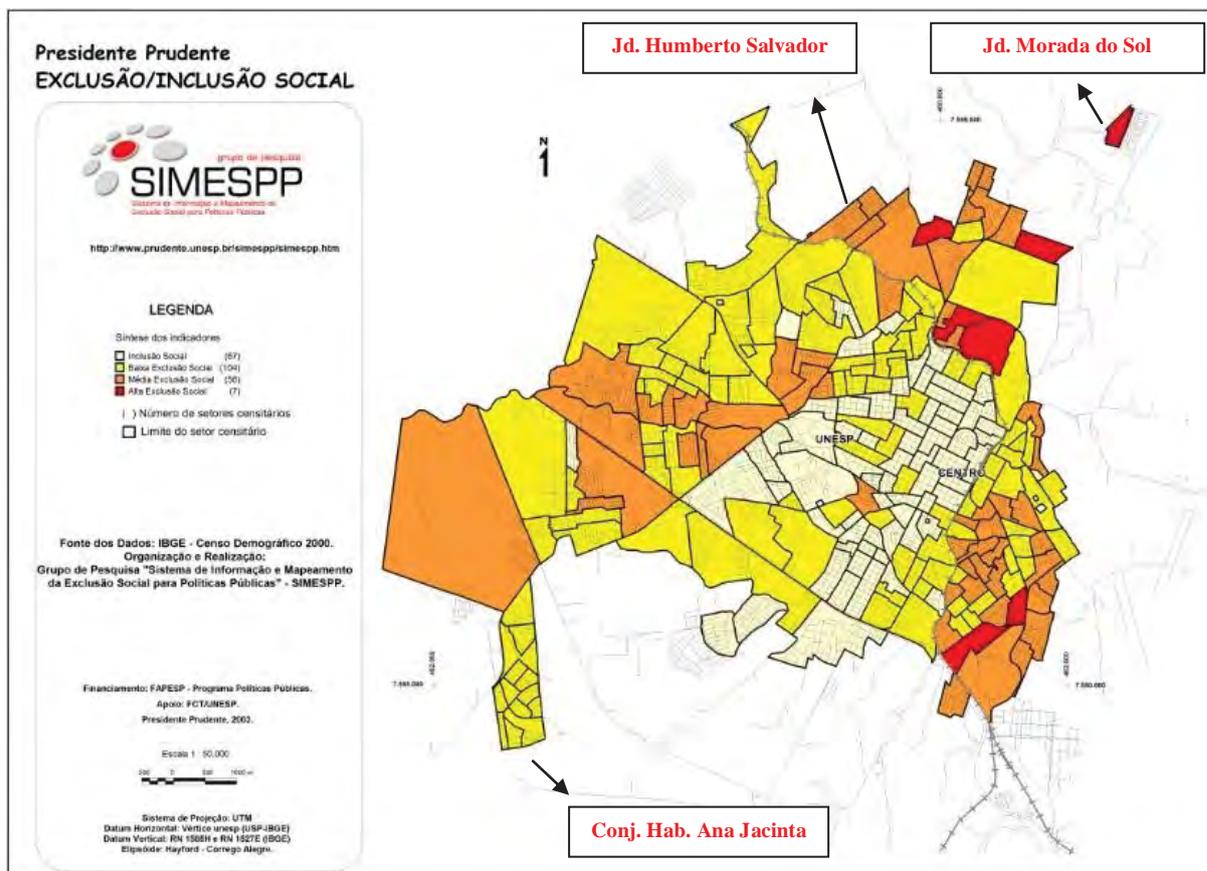


Figura 4: Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de Presidente Prudente – 2003.  
Fonte: CEMESP/FCT – UNESP. Adaptação: João Vitor Ramos da Silva.

Nesse ponto apontamos uma discrepância existente entre esse olhar para essa área da cidade e o que nos foi informado por integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) da região do Pontal do Paranapanema, vinculados à Frente de Massa<sup>8</sup> do Movimento: que essa região, em especial o bairro Conjunto Habitacional Ana Jacinta, possui um histórico marcante na arregimentação de moradores do espaço urbano de Presidente Prudente pelo Movimento, com vistas à sua adesão à luta pela terra. É preciso, todavia, fazer as devidas adequações em relação ao período histórico em questão, uma vez que o MST e a sua Frente de Massa vivem um período de refluxo e há tempos não atuam com tanta intensidade na cidade de Presidente Prudente, tendo sido possível, portanto, algum tipo de

<sup>8</sup> A Frente de Massa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) caracteriza-se por um setor dentro do Movimento que tem seu foco de atuação justamente no espaço urbano dos municípios, via de regra nas periferias pobres das cidades. Através de um trabalho de base, reuniões etc., se pretende apresentar a luta pela terra e a busca pela efetivação da Reforma Agrária, alcançando a Soberania Alimentar, como uma alternativa de vida a essas pessoas que, muitas vezes, encontram-se em situações de pobreza ou até mesmo pobreza extrema, (des)realizadas no âmbito do trabalho e também da sociabilidade. A luta pela terra passa a representar uma saída, não a única, nem a que, necessariamente, convença todos a optarem a lutar pela terra, mas que representa, de fato, uma alternativa.

elevação do nível de vida, calculado pelo poder de compra, acesso a bens e serviços etc., da população do bairro nesse intervalo de tempo.

As mesmas adequações também devem ser feitas no que diz respeito às principais motivações dos sujeitos para aderirem ou não à luta pela terra, deixarem ou não o espaço urbano. Em entrevistas com alguns acampados (capítulo 2) veremos que, diferentemente do que havíamos previsto, os elementos por eles apresentados conduziram-nos a uma revisão parcial sobre suas motivações de migração, não sendo essas compostas, exclusivamente, pela carência socioeconômica.

Contudo, é necessário atentar para o fato de que é sempre problemático estabelecer generalizações em relação aos diferentes territórios; se, de um lado, o perfil geral do bairro – assim como outros que também não são contemplados pela política de assistência social descentralizada dos CRAS's – é considerado médio, de outro, é quase certo que existem *loci* de maior carência socioeconômica que, devido a esse tipo de generalização, especialmente quando se reduz as tipificações ao poder de compra, acabam sendo ofuscados. Apesar disso, vem sendo estudada a possibilidade de se criar um quinto território de atuação de CRAS, talvez abrangendo essa região sudoeste da cidade de Presidente Prudente.

Na entrevista ainda foi possível conhecer um panorama geral da população residente nos territórios de abrangência dos CRAS's, através de um documento organizado por nosso entrevistado, que o repassou para nós. Organizamos as informações contidas no documento, dando foco para os dois bairros periféricos alvos de nossa pesquisa, quais sejam, Jardim Humberto Salvador<sup>9</sup> e Jardim Morada do Sol (Quadro 1).

Setores Censitários	Bairros e Agrupamentos de Bairros Correspondentes	População Total - IBGE, 2000 [e dados aproximados de 2010]	Número de Domicílios - IBGE, 2000 [e dados aproximados de 2010]	Média de Pessoas por Domicílio	Folha de Pegamento do Bolsa Família (Nº de Titulares) - Maio/2010	Nº de Famílias no CadÚnico	Nº de Pessoas no CadÚnico
181 a 184	Conj. Hab. Augusto de Paula; Conj. Hab. Jardim Humberto Salvador	3.110 [3.442]	823 [908]	3,79	449	995	Cerca de 3.000
172	Jardim Morada do Sol	1.386 [1.534]	359 [398]	3,86	145	330	1.112

Quadro 1: Dados cadastrais gerais e de programas sociais dos bairros pesquisados (Jardim Morada do Sol e Jardim Humberto Salvador) – 2010.

Fonte: MAGALDI, 2010. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

<sup>9</sup> No caso do Jardim Humberto Salvador, devido ao fato de ter sido feita uma aproximação entre os setores censitários do IBGE e os bairros/agrupamentos correspondentes, nem sempre cada setor acaba respondendo por um bairro individualmente, como nesse caso, em que o Conjunto Habitacional Augusto de Paula acaba constando no quadro juntamente com o Jardim Humberto Salvador.

Uma análise interessante e que enseja a possibilidade de diálogo com o trabalho de Ikuta (2003) foi o fato de, muitas vezes, haver uma superposição das precariedades, isto é, normalmente as famílias e os bairros que apresentam demandas referentes a cestas básicas, são as(os) mesmas(os) demandantes do Bolsa Família, cadastradas no CadÚnico, que apresentam problemas de drogadição, de desemprego, de moradia etc., chegando, algumas vezes, a depender praticamente de forma exclusiva das ações de assistência social do município. Segundo Ikuta (2003, p. 38/9):

[...] o que apreendemos deste processo é que há uma superposição das precariedades que não se concretizam isoladamente. Todo o conjunto de subcondições de existência, estão “confinados” nas áreas mais precárias da cidade. Isto é, a sociabilidade no âmbito do capital precariza profundamente as relações do ser social, tanto fora como dentro do trabalho. “Fora” do trabalho o ser social vive mal, não tem casa ou mora em condições sub-humanas, não tem acesso à educação, saúde, transporte, lazer, alimentação, saneamento básico de boa qualidade. E “dentro” do trabalho, o capitalismo mundializado contemporâneo estreita e restringe cada vez mais o núcleo de trabalhadores estáveis e com garantias, enquanto se intensifica a massa flutuante de trabalhadores instáveis (os subcontratados, os trabalhadores em tempo parcial, os temporários, os da “economia subterrânea” ou “clandestinos”) e os proletários excluídos do trabalho, jogados por muito tempo ou até mesmo definitivamente fora do mercado de trabalho, vivendo a despossessão no limite.

Vale ressaltar que, em Presidente Prudente, aproximadamente 13 mil famílias são cadastradas no CadÚnico, número que se desdobra para cerca de 45 mil pessoas, representando por volta de 21,7% da população total do município. Ou seja, 21,7% dos prudentinos recebem até ½ salário mínimo por pessoa ou um agregado de 3 salários mínimos por família. Todavia, esses patamares de rendimentos se aplicam apenas para fins de cadastro, já que para estar apto a receber os benefícios dos programas sociais é necessário apresentar um rendimento de ¼ de salário mínimo per capita, o que, com base nos valores atuais do salário mínimo brasileiro, giraria em torno de R\$155,00.

A Figura 5 apresenta de que forma se dá a dispersão espacial dos recursos destinados ao Bolsa Família na cidade Presidente Prudente, no ano de 2010. É clara a concentração existente em três áreas principais da cidade, nas quais se destacam os bairros Jardim Cambuci (região sudeste), Jardim Humberto Salvador (região norte) e Jardim Morada do Sol (região Nordeste). Quando cruzamos o mapa dos territórios de atuação dos CRAS's com este mapa, percebe-se que há uma concordância, ou uma superposição, entre o arco de abrangência daquele, com as principais concentrações deste.

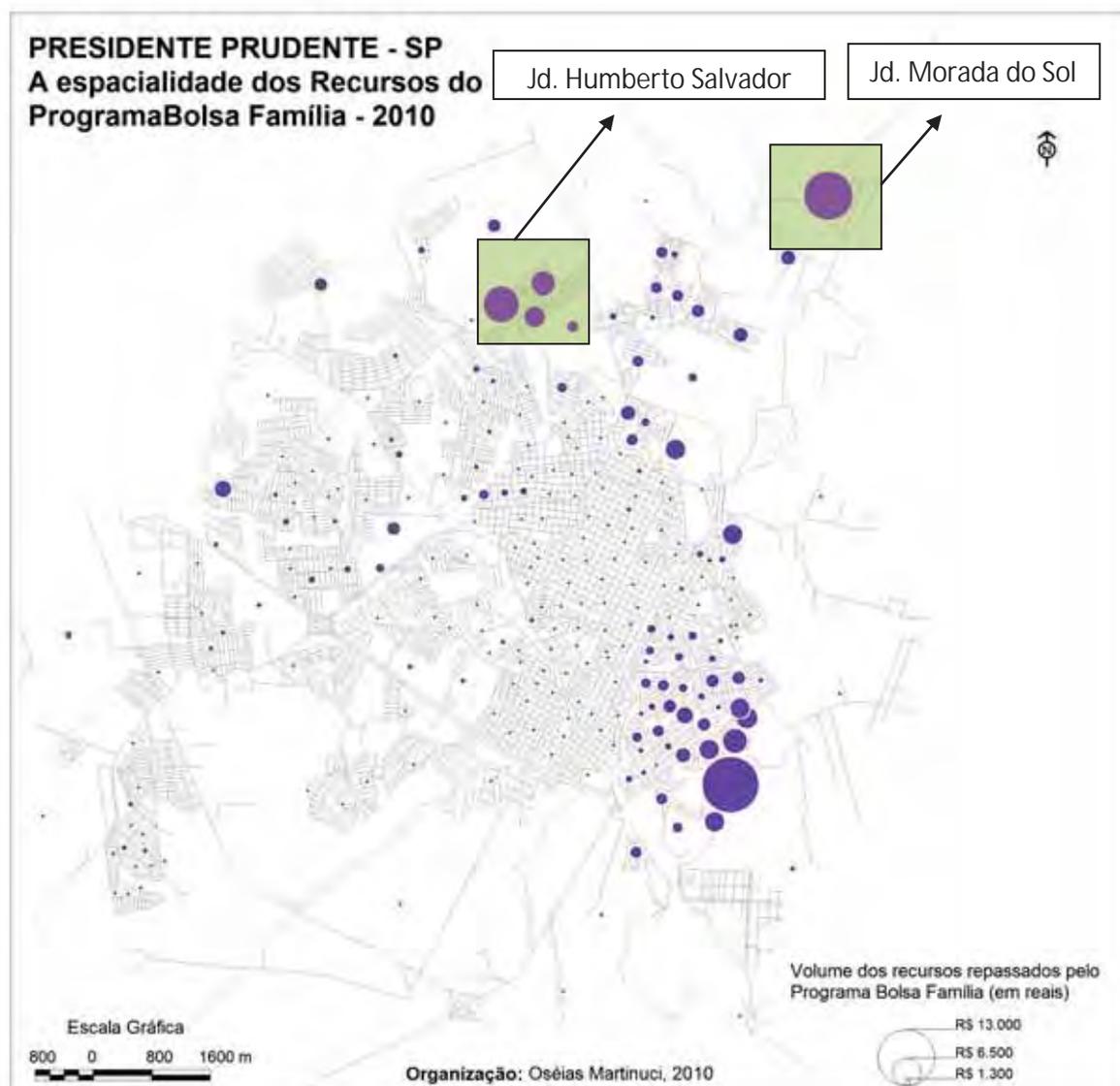


Figura 5: Espacialização dos Recursos Destinados ao Bolsa Família em Presidente Prudente – 2010.  
 Fonte: Secretaria de Assistência Social de Presidente Prudente. Produção cartográfica por: Oséias Martinuci.  
 Adaptado pelo autor.

Em relação aos beneficiários do Programa Bolsa Família no município, os números chegam a 5.400 famílias, distribuídas entre as categorias de benefício básico e variável. Para ter acesso à categoria de benefício básico do programa (benefício apenas para a família toda), a família deve possuir rendimento de até R\$70,00 per capita (a camada da população considerada de pobreza absoluta), estando habilitadas a receberem, assim, mais R\$70,00 mensalmente. Em Presidente Prudente o total de famílias que estão nessa situação é de 800 a 1.000, representando cerca de 3.000 pessoas que vivem em situação de extrema pobreza. Já em relação à categoria de benefício variável do Bolsa Família, trata-se do direito que a família possui de receber R\$32,00 por criança de 0 a 14 anos de idade, até 5 crianças, e

R\$38,00 por jovem, até 3 jovens. Para que se tenha uma noção geral, o máximo de benefício que uma família pode receber (para isso sendo necessário, portanto, se inserir na situação de pobreza extrema) é R\$242,00, o que, aparentemente, parece esdrúxulo, mas que, para uma parcela da população prudentina e para 19 milhões de brasileiros representa a sobrevivência imediata da família.

Concernente às principais políticas de Segurança Alimentar efetivadas pela prefeitura, destaca-se o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar, conhecido como Merenda Escolar). Ambos programas do governo federal, o PAA consiste no aporte de recursos para entidades que possuam um projeto para adquirir alimentos de pequenos produtores da agricultura familiar, prioritariamente do município e da região ao entorno. Para o ano de 2011, Presidente Prudente contou com R\$150.000,00 para efetivação deste programa, possuindo três grandes fontes consumidoras de alimentos: a própria rede pública, visando atender os projetos da prefeitura, como a Casa de Passagem, Projeto Aquarela, Projeto Alerta etc., que demandam alimentação; entidades socioassistenciais, envolvendo abrigos para crianças, abrigos para idosos etc.; e a entrega direta para as famílias, feita através dos CRAS's, pela sua identificação e pelo CadÚnico. O PAA permite a destinação de verba de até R\$4.500,00 anuais por produtor, sendo que este deve possuir a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)<sup>10</sup>, assegurando que pelo menos 70% de sua renda total é proveniente da terra, de sua propriedade rural, além de estar organizado em uma associação ou cooperativa. As associações de produtores que participam do PAA em Presidente Prudente são: Associação São José (Banco da Terra); Associação Timburi; e Associação Aeroporto.

Como um elemento problematizador e dinamizador da discussão podemos acrescentar a Soberania Alimentar, uma vez que vem se mostrando cada vez mais presente nas pautas políticas dos movimentos sociais de luta pela terra, como é possível verificar em publicação periódica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

Precisamos nos desafiar na produção de comida de qualidade com técnicas agroecológicas. Produzirmos nossas próprias sementes, de maneira a consolidarmos nossa soberania alimentar, pois a maioria das sementes é patente das grandes empresas do agronegócio – as sementes que são patrimônio da humanidade, hoje são propriedades privadas (Jornal do MST/SP – Especial Agrotóxicos – Março/2011).

---

<sup>10</sup> Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), “Criada pela SAF/MDA, a DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o Pronaf”. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/aeclaracaoaptidaopronaf>>.

Aqui é importante ressaltar a discussão teórico-conceitual, mas também política, entre dois conceitos relacionados ao acesso à alimentação pela população: Segurança Alimentar e Soberania Alimentar. Vinculando-nos aos apontamentos traçados por Souza (2009), assim como Eguren (2008), Mazzei (2007) e Thomaz Junior (2009), entendemos que o pressuposto da Segurança Alimentar, que “se refiere a una estrategia nacional para asegurar a la población, en modo permanente, la alimentación” (MAZZEI, 2007), não é capaz de assegurar a autonomia e nem mesmo a garantia do acesso à alimentação por parte da população, já que ele (o conceito) abre margem para ser controlado pelas vicissitudes do mercado internacional.

Como bem considera Rosset (2004),

Seguridad alimentaria significa que cada niño, cada mujer y cada hombre deben tener la certeza de contar con el alimento suficiente cada día. Pero el concepto no dice nada con respecto a la procedencia del alimento, o la forma en que se produce. De ese modo, Washington puede argumentar que la importación de alimentos baratos desde los Estados Unidos es una excelente manera que tienen los países pobres de lograr seguridad alimentaria, más que si la producen ellos mismos. Pero la importación masiva de alimentos subsidiados baratos socava a los agricultores locales, obligándolos a abandonar sus tierras. Ellos engrosan las cifras de los hambrientos, ya que su seguridad alimentaria se pone en manos del mercado cuando migran a los barrios urbanos pobres, en donde no pueden hallar un empleo asalariado que les permita vivir bien. Para lograr una seguridad alimentaria genuina, los pueblos de las áreas rurales deben tener acceso a tierra productiva, y a recibir precios justos por sus cosechas que les permita gozar de una vida digna (p. 1/2).

Ora, se considerarmos que o capital, no seu movimento ininterrupto de efetivação e consolidação do Sistema de Mediação de Segunda Ordem (MÉSZÁROS, 2007; ANTUNES, 2009 [1999]), seja no âmbito das estratégias produtivas de cariz flexível (ALVES, 2000; ANTUNES, 2011), seja no plano ideológico, por meio de todo um aparato formador de opinião (instituições de ensino, grandes corporações midiáticas etc.), e que esse modelo de metabolismo social tem por definição a primazia do valor de troca sobre o valor de uso dos bens (aqui se incluem força de trabalho e alimentos, inclusive), como é possível continuar apostando no fortalecimento do conceito de Segurança Alimentar? Como é admissível que os quase 900 milhões de homens e mulheres (para lidar apenas com dados oficiais) que passam fome diariamente fiquem à mercê das sobras do capital financeiro em sua sanha por valorização de tudo e de todos? Como não admitir, desse modo, que a lógica do capital é fundada em sua irreformabilidade sistêmica? (MÉSZÁROS, 2007).

Daí a busca pelo avanço teórico-político no tocante ao conceito de Soberania Alimentar, entendendo-a como

[...] el derecho de la gente para definir su propio alimento y agricultura; de proteger y regular la producción agrícola doméstica y el comercio para lograr objetivos de desarrollo sostenible; de determinar la cobertura de su autosuficiencia; de restringir el versamiento de productos en sus mercados; y de proveer a las comunidades locales de pescadores la prioridad en la administración del uso y los derechos a los recursos acuáticos (VIA CAMPESINA, 1966 apud MAZZEI, 2007).

Dessa forma, analisando-se a história de territorialização do agrohídronegócio no Brasil e do êxodo rural proporcionado por esse processo, bem como das consequências à Segurança e Soberania Alimentar nos campos e nas cidades, verifica-se que a continuidade dessas trajetórias conflitantes e desses embates se dá no âmbito da luta pela terra, contextualizada crescentemente entre a cidade e o campo, rompendo dissociações entre esses dois espaços aparentemente distintos, mas que na prática demonstram seus nexos territoriais.

Esse intento enquadra-se no projeto de Reforma Agrária Popular encampado pelos movimentos socioterritoriais de luta pela terra, como o MST, no sentido de conceder à terra, de fato, o princípio do cumprimento de sua função social. Por conseguinte, trata-se da busca por uma Soberania Alimentar que integre as esferas da produção e reprodução, campo e cidade, tendo como pressupostos o controle das decisões de o que produzir, em qual quantidade, por quais meios, com qual qualidade por parte dos próprios trabalhadores e trabalhadoras envolvidos no circuito espacial de produção e consumo, em escala reduzida. Conforme propõe Valério (2010):

Neste exercício teórico de identificação escalar da soberania alimentar, temos, num primeiro momento, aquilo que denominaremos escala primária de constituição, definida a partir do predomínio do movimento centrípeto em relação ao centrífugo numa determinada configuração territorial, expressa por meio da capacidade de articulação e coesão entre, por um lado, produtores familiares ligados à produção alimentar e, por outro, centros de consumo próximos às áreas de produção, na proporção do potencial de transmissão de matéria e energia das redes (materiais e imateriais) existentes [...] o que configura a soberania alimentar como fato geográfico expresso numa complexa trama de relações sócio-territoriais, possíveis de serem apreendidas por meio da operacionalização teórico-conceitual das principais categorias de análise da Geografia. (p. 13).

Por fim, quando questionado sobre se há ou não alguma noção por parte da SAS de pessoas que residiam (residem) nos bairros periféricos mais vulneráveis socioeconomicamente e que optaram (optam) por deixar a cidade em busca de melhores condições de vida e uma maior realização pessoal no espaço rural, por meio da luta pela terra, Magaldi respondeu que, apesar de nunca ter havido um estudo oficial sobre esse processo, hoje ele não o enxerga mais em Presidente Prudente, diferentemente de alguns anos atrás,

quando havia uma ação mais incisiva do MST nas periferias da cidade. Reconhece, também, portanto, o atual momento de refluxo dos movimentos sociais e sua associação com o declínio do volume de pessoas aderindo à luta pela terra em Presidente Prudente.

Mas, por outro lado, é possível que venha a ganhar vulto esse processo futuramente, sendo que a maior probabilidade de que isso aconteça é nos bairros periféricos mais carentes socioeconomicamente, localizados, sobretudo, nas regiões Norte, Nordeste e Leste/Sudeste da cidade, o que corrobora nossa escolha pelos bairros Jardim Humberto Salvador e Jardim Morada do Sol como recorte territorial de pesquisa. Enquanto que da outra região com maior vulnerabilidade acabamos aproximando-nos através de algumas entrevistas realizadas com acampados em Sandovalina, uma vez que eram oriundos da Zona Leste da cidade. As reflexões extraídas das entrevistas realizadas nos acampamentos da região estão sistematizadas no capítulo a seguir.

## **CAPÍTULO 2: O PRIMEIRO LADO DA MOEDA – OS TRABALHADORES NA PERIFERIA POBRE DE PRESIDENTE PRUDENTE**

As informações e discussões presentes neste capítulo são fruto dos trabalhos de campo realizados nos bairros que foram escolhidos como recorte territorial de nossa investigação: Jardim Morada do Sol e Jardim Humberto Salvador (Figura 6). Nele, além da apresentação das informações colhidas em entrevistas junto aos trabalhadores dos bairros, são feitos breves apontamentos (que serão melhor desenvolvidos posteriormente) sobre a paisagem dos bairros como produção socio-histórica, no contexto de sua inserção e de seus moradores na luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

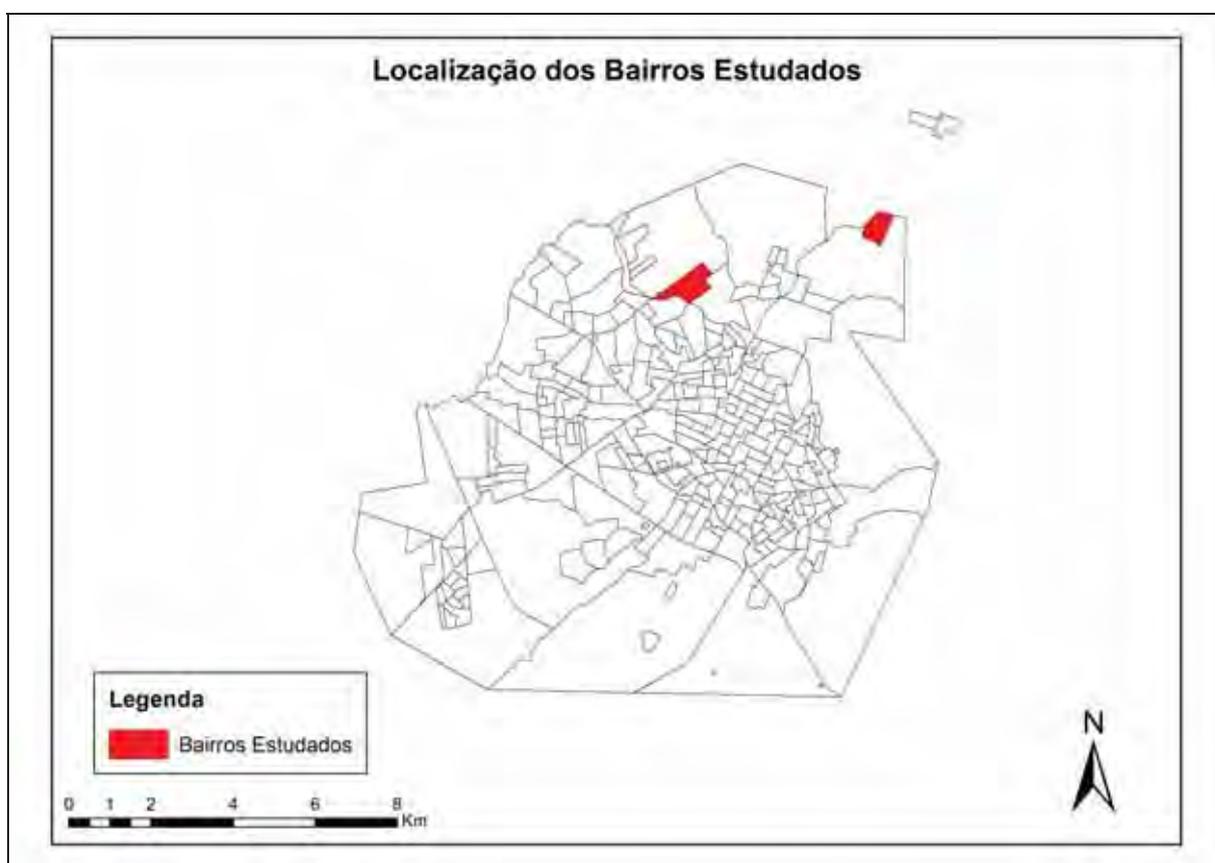


Figura 6: Localização dos bairros pesquisados: Jardim Humberto Salvador (norte) e Jardim Morada do Sol (nordeste).

Fonte: IBGE - 2010. Produção Cartográfica por: João Vitor Ramos da Silva.

O Jardim Morada do Sol situa-se no extremo nordeste da cidade de Presidente Prudente, em uma das áreas popularmente consideradas além-linha – remetendo aos bairros socioeconomicamente carentes, localizados a leste da antiga linha férrea sorocabana que corta

a cidade. O Morada do Sol, bem como o Jardim Humberto Salvador, teve seu processo de criação ligado a um contexto de luta por moradia no final da década de 1980 até a década de 1990, com a mediação da prefeitura<sup>11</sup> retirando a população residente em ocupações irregulares de outros bairros e realocando-os para os bairros em questão, dentre eles o Jardim Morada do Sol. Cabe apontar que, nesse processo, o Jardim Morada do Sol foi um dos últimos bairros a serem criados e ocupados, datando dos anos de 1997 a 1999, e que, portanto, hoje é dotado de menor infraestrutura em relação aos demais; um dado preocupante, nesse sentido, é a criação de creche e escola no bairro apenas nos anos de 2007 e 2008. Isso tem rebatimentos concretos na vida das pessoas na medida em que o bairro dista 7 km do núcleo urbano de Presidente Prudente e que tem uma grande defasagem no tocante à mobilidade da população. Fernanda Ikuta (2003, p.25) assim pondera sobre esse processo:

Sabemos que a inexistência oficial de favelas em Presidente Prudente hoje é resultante de todo um processo conflituoso, referente à ocupação de áreas públicas, entre o poder público municipal e o então Movimento de Luta pela Moradia, que atingiu sua maior visibilidade entre 1989 e 1992. A informação relevante aqui é que a intervenção pública (mediada pela confrontação com o Movimento), seja com o deslocamento dos barracos mediante a criação de lotes urbanizados que, na verdade, foi uma política de expulsão das famílias, seja por meio da “urbanização das favelas”, ou a “regularização” das áreas faveladas com a concessão do Direito Real de Uso significou, na maior parte das vezes, a intensificação ou no máximo a manutenção das precariedades nas condições de existência dessas famílias.

Quanto ao perfil socioeconômico do bairro, novamente amparamo-nos nos dados fornecidos pelo presidente do COMSEA, Sérgio Braz Magaldi, referente aos territórios de atuação dos CRAS's de Presidente Prudente, nesse caso, em especial, do Jardim Morada do Sol. Somando-se toda a área de abrangência desse CRAS (7 setores censitários urbanos; 6 setores censitários rurais vinculados aos distritos; 2 setores rurais de Presidente Prudente; 6 bairros urbanos; 5 áreas rurais; e 11 agrupamentos), chega-se a uma população de aproximadamente 7 mil pessoas, distribuídas em cerca de 2.300 domicílios, com uma média de 3 pessoas por domicílio. 957 famílias são cadastradas no CadÚnico, com cerca de 3.400 pessoas, sendo que 415 famílias possuem titulares cadastrados como beneficiários do Bolsa Família.

A vulnerabilidade socioeconômica da população acaba se expressando nos padrões construtivos das residências e repercutindo nas práticas sociais dos moradores que,

---

<sup>11</sup> As ações da prefeitura nesse sentido foram os programas “Projeto de Desfavelamento” e “Loteamentos Urbanizados”, empreendidos, respectivamente, de 1989 a 1992, com a gestão de Paulo Constantino, e de 1993 a 1996, na gestão de Agripino de Oliveira Lima. Cf. Ikuta, 2003.

principalmente no período da tarde, no qual as temperaturas atingem seu pico durante o dia, acabam saindo de suas moradias e se socializando fora delas. Esta alternativa é adotada pela população para tentar fugir do desconforto térmico, oriundo da grande absorção de calor pelo material da cobertura das residências, normalmente constituídas de fibrocimento, além do tamanho assaz reduzido dos lotes (9m x 15m), sendo a área construída ainda menor.

Do ponto de vista da paisagem do bairro, além da cobertura, um elemento das moradias que acaba refletindo fortemente na paisagem do bairro é a relativa generalização da ausência de reboque, dando tons de marrom (a cor dos tijolos) a ela – a paisagem – que também pode ser encontrada no outro bairro por nós pesquisado, o Jardim Humberto Salvador (Figuras 7 e 8).



Figura 7: Jardim Morada do Sol, com destaque para as residências sem reboque.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.



Figura 8: Jardim Humberto Salvador, com destaque para as residências sem reboque.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Outro ponto a se enfatizar é a grande distância do bairro ao núcleo urbano principal da cidade, o que suscitaria a possibilidade de influência nas ações de especulação imobiliária nesse intervalo de espaço, especulação diferenciada em relação à verificada no sul da cidade, esta mais elitizada. Todavia, parece-nos problemática, ou incompleta, a consideração da localização do Jardim Morada do Sol – claramente mais distante do restante da malha urbana relativamente aos outros bairros da porção norte da cidade – como estratégia do poder público em conjunto com os incorporadores e agentes imobiliários da cidade no sentido de especular com a valorização do vácuo existente entre o bairro e o núcleo urbano principal.

Primeiramente, as ações de especulação e investimentos imobiliários vêm ocorrendo não no sentido norte, mas sul do município, portanto na direção oposta ao Jardim

Morada do Sol. Um exemplo disso é a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 03/2011, de autoria do poder executivo municipal, que institui o novo (ampliado) perímetro urbano do município. Segundo informações da prefeitura:

O perímetro regularizado fica próximo ao Rancho Quarto de Milha de Presidente Prudente. Segundo Ávila [engenheiro cartógrafo da Secretaria de Planejamento da prefeitura], antes o perímetro urbano atingia até as proximidades do Aeroporto, agora com a ampliação segue até o Rio Santo Anastácio, alterando a faixa da zona Sul.

Ademais, levando em consideração de que forma se deu sua constituição – desfavelização – e sua situação em termos geomorfológicos – em uma área de vertente, ou, por assim dizer, “atrás do morro” – ganha força a interpretação de que, aparentemente, o deslocamento dessa população para uma área tão distante do restante da cidade se deu no sentido de escondê-la, deixá-la invisível aos olhos dos demais prudentinos (leia-se os de classe média/alta). Esse tipo de ação se insere nas práticas de *citymarketing* (SÁNCHEZ, 2001), em um contexto mundial (e multiescalar, envolvendo e articulando as cidades, regiões, estados, países e continentes) de verdadeira venda de cidades através de imagens e discursos que rebatem nas ações político-econômicas concretas. Fernanda Sánchez (2001, p.36) ressalta que, nesse sentido, a influência da mídia é de vital importância na difusão das imagens hegemônicas das cidades à população, promovendo a espetacularização da cidade, ao mesmo tempo em que “produz signos de bem estar e satisfação no consumo dos espaços de lazer, cria comportamentos e estilos de vida e promove a valorização de lugares, bem como os usos considerados ‘adequados’”.

Dessa forma, como parte da trama de relações construídas em volta dessa promoção seletiva das cidades, existe também a desvalorização de outras áreas indesejáveis das mesmas. Se, no caso de Presidente Prudente, as propagandas midiáticas se dão no sentido de valorização de novos bairros, condomínios fechados, ações de revitalização da prefeitura, dificilmente se veiculam notícias ou propagandas positivas dos bairros localizados nas periferias pobres da cidade, inclusive o Jardim Morada do Sol. Ao contrário, o que se percebe é que, no imaginário popular, constrói-se uma imagem de alguns bairros da cidade como marginalizados, perigosos, violentos etc.; o Jardim Humberto Salvador é um exemplo claro dessa identificação.

Em relação ao Jardim Humberto Salvador, as características encontradas são essencialmente as mesmas do Jardim Morada do Sol, tanto no que toca ao processo

socioterritorial de criação e consolidação do bairro, quanto nos rebatimentos desses processos do ponto de vista da paisagem, não obstante localize-se mais próximo da malha urbana central em relação ao Jardim Morada do Sol.

É importante salientar que a localização dos dois bairros estudados está no limite das áreas urbanizadas com as áreas não urbanizadas do município (Jardim Humberto Salvador) e na faixa periurbana do município, entre a zona rural e o perímetro urbano de Presidente Prudente (Jardim Morada do Sol), o que acaba aproximando a população desses bairros da terra, do ponto de vista da paisagem.

Essa localização dos bairros representa uma confluência dos processos socioterritoriais historicamente vivenciados por sua população (desterritorialização-reterritorialização) com as paisagens construídas e vivenciadas por si, estando literalmente na franja da cidade, parte da paisagem rural, parte da paisagem urbana. Essa configuração dos bairros, expressa do ponto de vista da paisagem, só pode ter sua explicação no processo socio-histórico de consolidação desses bairros, que também os puseram na franja da estrutura social da cidade.

A partir de entrevistas semiestruturadas com moradores desses bairros que participam ou já participaram da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, visamos descobrir quais suas motivações para tal intento, buscando uma perspectiva de quem ainda se encontra nos bairros periféricos da cidade de Presidente Prudente.

Aqui abrimos um parêntese para reiterar a dificuldade no descortinamento dos sujeitos que já vivenciaram ou vivenciam tais experiências, uma vez que não há informações secundárias disponibilizadas para consulta sobre essas pessoas, onde se localizam etc.. Em vista disso, a estratégia metodológica adotada como porta de entrada para tais sujeitos foi o contato com os respectivos presidentes das associações de moradores dos bairros estudados, uma vez que normalmente são as pessoas de maior influência junto aos moradores do bairro e que, conseqüentemente, em tese, possuem maiores informações sobre os sujeitos de nossa pesquisa.

Combinado a isso, em ambos os bairros realizamos o trabalho de campo no mesmo dia em que ocorre a feira livre de comércio de hortifrutigranjeiros, pois o fluxo de pessoas no entorno aumenta e o contato com as pessoas se torna mais natural. O montante de entrevistas com moradores dos bairros foi restrito, totalizando 4 pessoas, o que a princípio denota pouca abrangência em vista da população total dos bairros; todavia, assumindo essa

relativa fragilidade na amostragem, cabe ressaltar o aspecto qualitativo que emerge dessa condição e que caracteriza nossa análise como um todo. Por esse motivo, optamos por aproveitar o máximo possível do conteúdo das entrevistas, ao mesmo tempo envolvendo elementos analíticos ao texto, na intenção de visibilizar o máximo possível a trajetória de vida e trabalho dos sujeitos, sem que isso se tornasse exaustivo. Os primeiros entrevistados foram Tereza e Elias.

Tereza possui 50 anos, é nascida na cidade de Exu, no Pernambuco, de onde saiu aos dois anos de idade com a família rumo à cidade de São Paulo, em busca de oportunidade de emprego. Lá trabalhou como empregada doméstica, serviço que exerceu em Presidente Prudente, quando de sua vinda para a cidade, por oito anos; também já trabalhou em na colheita de algodão e há 11 anos possui um pequeno estabelecimento comercial de condimentos (mercearia/bar), sendo que já residem no Jardim Morada do Sol há 16 anos, portanto desde o início do bairro, período em que, segundo ela, não havia nenhuma infraestrutura aos moradores, como água, esgoto, luz elétrica, telefone etc..

Elias, 48 anos, trabalha com comércio/entrega de bebidas, se ocupando de bicos nesse ramo ao longo da semana; também já trabalhou como pedreiro em algumas ocasiões. O casal possui casa própria e estão acampados no acampamento Irmã Goreti, em Marabá Paulista, há dois anos, permanecendo no local majoritariamente aos finais de semana, sendo que durante a semana trabalham em suas respectivas atividades (mercearia e entrega de bebidas) para garantir o sustento da casa; Elias marca presença no acampamento em dias intercalados, mas permanecem de fato nos finais de semana.

Tomaram ciência do acampamento através de amigos que foram acampados por sete anos em outro acampamento da região e que, hoje, conseguiram seus lotes e são assentados; não houve, segundo Tereza, mediação do MST por meio dos trabalhos de base na tomada de decisão do casal para acamparem. Sobre sua motivação para se tornar acampada, a entrevistada disse que tem um *“sonho de ter um pedaço de terra”*, e complementou enfatizando a importância da luta em sua vida: *“nada na vida eu ganhei, tem que conquistar, batalhar; quem quer tem que lutar”*.

Correspondendo às afirmações dos demais acampados entrevistados (Capítulo 3), Tereza mencionou/valorizou a solidariedade entre os acampados no espaço do acampamento, seja nos serviços mais gerais de que precisam, seja nas cotizações para o pagamento das contas de água.

É interessante constatar uma característica de contradição nas entrevistas, pois, ao mesmo tempo, se revelam elementos de questionamento às estruturas desiguais da sociedade e resignação diante das condições atuais de vida. Sobre a vida na cidade, por exemplo, o casal se mostrou humildemente satisfeitos e agradecidos com o que possuem, mas revelaram sua identidade com a terra: *“dou graças a Deus que a gente não passa necessidade, mas se fosse sair daqui, só pra ir pra terra mesmo”*. Da mesma forma, questionados sobre o que pensa sobre a Reforma Agrária, Tereza foi enfática e ponderada ao mesmo tempo, dizendo que: *“a causa é justa, tanta terra pra pouca gente por quê? Vai morrer e enterrar mesmo... É tudo terra do governo, aí eu apoio, só quando é coisa dos outros, conquistada, aí a gente não fica com a consciência limpa, não tem como”*.

Como plano de intenções após conseguir o lote de terra, Tereza revelou que *“a primeira coisa que eu quero plantar quando pisar na terra é um pé de maçã, é uma coisa que eu quero mesmo, que eu trago comigo”*; e ainda afirmou que pretende produzir alimentos para subsistência, para ajudar os demais assentados (elemento comum aos outros entrevistados) e, em caso de sobra, comercializar o excedente; se mostrou incompreensiva com as pessoas que assim não o fazem: *“batalha, sofre tanto tempo no barraco, pra depois vender o lote, pra quê lutar então, não é?”*.

A entrevista foi interessante, visto que apresentou a primeira mulher por nós contatada dentre os sujeitos pesquisados. Primeiramente, serviu para esvaziar qualquer elemento de preconceito quanto ao protagonismo da mulher nos espaços de luta e condução de uma família (nesse segundo aspecto embutida a dupla jornada de trabalho); Tereza se mostrou uma mulher muito firme em suas afirmações e segura de si. E, em segundo lugar, representou a transversalidade existente no seio da classe trabalhadora, que, no século XXI, vem se apresentando complexa e heterogênea, o que, a nosso ver é um elemento positivo no avanço das lutas do trabalho, desde que apropriado de forma a enriquecer por dentro a composição da classe trabalhadora, e não como mais uma fragmentação (no caso de gênero). Antunes (2011) oferece uma síntese dos desafios para a classe trabalhadora nos tempos atuais, reforçando a centralidade da ruptura com as clivagens em seu interior:

Impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem das formas de organização social e política de classe é um desafio imperioso no mundo contemporâneo. O entendimento das complexas conexões entre classe e gênero, entre trabalhadores “estáveis” e precarizados, entre nacionais e imigrantes, entre trabalhadores de diferentes etnias, entre qualificados e sem qualificação, entre jovens e velhos, entre empregados e desempregados, enfim, entre tantas fraturas que

o capital impõe para a classe trabalhadora, torna-se fundamental responder por meio de um movimento social e político dos trabalhadores e das trabalhadoras, na busca e realização efetiva de um novo projeto societal socialista neste século XXI (p. 70/1).

Foi interessante também perceber como as fragmentações espaciais impostas de forma apriorística entre cidade e campo perdem força quando se trata dos sujeitos entrevistados, envolvidos com a luta pela terra, mas também moradores de bairros urbanos, com mais ou menos necessidades financeiras e alimentares, mas convictos de garantir a Soberania Alimentar à população a partir da Reforma Agrária. Isto é, a (des)realização, ou o elemento a mais que falta na vida dessas pessoas, não diferencia cidade e campo, criando entre esses espaços uma via de ligação direta com as pessoas que por eles transitam rotineiramente, semana após semana, sobrepondo-se, dessa forma, espaços de resistência (cidade/bairros) e de esperança (campo/acampamento).

A outra entrevista, também com um casal, foi com Elencir e Pedro. Elencir possui 57 anos, nasceu em uma pequena propriedade rural (sítio) no distrito de Eneida, pertencente a Presidente Prudente; aos 8 anos de idade veio, juntamente com seus irmãos, para a cidade de Presidente Prudente, onde passou a morar com os tios (os pais permaneceram no sítio). Desde então começou a trabalhar, primeiramente como babá, logo quando chegou a Prudente, dos 8 aos 13 anos, tendo depois se empregado como ajudante de costureira em um *atelier*; após isso passou a se ocupar na preparação de refeições para venda, o que permanece até hoje realizando.

Pedro nasceu no estado do Piauí, tem 60 anos de idade, tendo migrado daquele estado para a cidade de São Paulo aos 18 anos, onde passou a trabalhar como metalúrgico, ressaltando que *“foi na mesma época que o Lula era trabalhador, antes de ser presidente ele era trabalhador”*; aos 30 anos mudou-se para Presidente Prudente, passando a trabalhar na revenda de feijão e batata em feiras livres da cidade; hoje em dia também revende produtos agrícolas, mais especificamente melancia. Apesar de tais ocupações, lidando diretamente com alimentos desde seus 30 anos, Pedro nunca os produziu, apenas comercializava/comercializa; segundo ele, ainda possui um pedaço de terra no Piauí, mas nunca retornou ao estado para trabalhar com isso.

Participaram dos dois acampamentos que existem hoje no Pontal, tanto em Sandovalina (Dorcelina Folador), quanto em Marabá Paulista (Irmã Goreti), totalizando cerca de 3 anos acampados; Pedro era quem morava de fato no acampamento durante toda a semana, sendo que Elencir tinha que ficar em casa, pois tinham um filho estudando na cidade;

ia apenas aos finais de semana, juntamente com o filho, para levar comida a Pedro e permanecerem no acampamento; no período em que permaneceram acampados chegaram também a participar de ocupações; há cinco anos se sentiram obrigados a deixar o espaço por conta de um súbito problema cardíaco (enfarto) que acometeu Pedro.

Tomaram ciência do acampamento através de parentes que conseguiram ser assentados no estado de Mato Grosso do Sul, recomendando-os a também participarem; além disso, *“a gente sempre vê na TV os sem-terra né, sempre mostra eles na televisão, acampados né, aí a gente falou: vamos participar também pra ganhar um pedaço de terra”*. Haja vista que Elencir trabalha na preparação e venda de refeições, tinha o interesse de conseguir a terra para plantar, segundo ela, mandioca e milho; por outro lado, o interesse de Pedro era de utilizar o lote com o plantio de eucalipto, para comercializar madeira; dessa forma, quando de sua presença nos acampamentos, possuíam dois cadastros junto à coordenação.

O casal possui 6 filhos, embora apenas um seja comum aos dois, sendo os demais provenientes de outros casamentos; perguntada sobre o interesse dos filhos para se mudarem para o assentamento, Elencir respondeu positivamente, mencionando, inclusive, que o filho mais velho, de 37 anos, ainda tem interesse de se acampar para conseguir um lote de terra; *“ia ser bom né, muita gente pra ajudar”*.

Sobre as exigências dentro do acampamento, o casal disse que não era permitido possuir a propriedade de imóveis em nome próprio, fato que, em seu caso, não se constituiu como empecilho, não porque não a possuam, mas pelo fato de não possuírem escritura da mesma; moram no Jardim Humberto Salvador há dez anos, tendo recebido o terreno em forma de doação por parte do ex-prefeito da cidade, Agripino de Oliveira Lima e vêm construindo pouco a pouco a residência, porém até hoje não possuem (e ressaltaram que contingente expressivo de moradores do bairro assim se encontra) o documento de propriedade.

Apesar de possuírem casa própria, Elencir apontou que *“se pudesse ia [acampar] de novo, porque na cidade a gente passa necessidade... mas não tem do que reclamar do bairro, todo mundo fala mal, mas é uma beleza”*; ademais, o elemento subjetivo, marcante nos depoimentos dos demais entrevistados na pesquisa, também se repetiu com o casal: *“a gente nasceu na terra, eu mesma sou filha de fazendeiro, então a gente tem uma ligação forte com a terra né, é isso que me fez querer ir pra terra de novo, quer dizer, voltar pra [o lugar de] onde a gente veio né”*.

Novamente uma série de pontos interessantes a se destacar. Primeiramente, a televisão aparece como um meio de divulgação do MST (independentemente da forma como se contextualizam político-ideologicamente as notícias a respeito do assunto) e seus acampamentos, via de regra nos noticiários de conflitos no campo.

Uma possível relação a se estabelecer com esse elemento é a forma contraditória com a qual se apresenta sua ligação com a terra: ao mesmo tempo em que demonstram seu laço de pertencimento, não mencionam em nenhum momento o termo camponês, ou sequer agricultor, mas fazendeiro. Além disso, o interesse manifesto pelo casal em relação ao lote de terra pareceu-nos, em relação aos demais entrevistados, mais pragmático, racional, ou seja, enxergando o lote para seu próprio benefício, em um sentido prioritariamente comercial; inclusive não se fez presente em seu discurso a menção à solidariedade, tanto no acampamento, quanto no assentamento, como nos demais entrevistados.

Tanto Elencir, quanto Pedro, se incluem, assim como Tereza (entrevistada no Jardim Morada do Sol), no conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que passaram pelo processo de êxodo rural, no caso de Pedro (e também Tereza) até mesmo migrando da região nordeste para São Paulo em busca de outras condições de emprego e de vida, movimento muito frequente no Brasil nas décadas de 1950 a 1970. Como apontam Silva & Menezes (2007a), a migração campo-cidade empreendida por camponeses muitas vezes se constitui como estratégia de sua própria reprodução, mesmo que objetivamente estejam subordinados a condições que lhe escapam ao controle. Assim, camponeses que retornam ao seu local de origem, mesmo que por pouco dias, e que, portanto, fazem parte de uma migração “permanentemente temporária”, muitas vezes não se entendem enquanto migrantes, mas desenvolvendo atividades que garantam a permanência de sua cultura. Nas palavras das autoras:

São sujeitos sociais que, apesar das forças desagregadoras, desenraizadoras do latifúndio e do agronegócio, constroem em seu cotidiano e em suas trajetórias de vida múltiplas estratégias de resistência de modo a garantir a sobrevivência e dignidade de suas famílias (SILVA; MENEZES, 2007a, p. 14).

É fato que as novas lógicas (urbanas) a que se submetem tais sujeitos, muitas vezes por muitos anos, como no caso dos entrevistados no Jardim Morada do Sol e do Jardim Humberto Salvador, deixam marcas concretas inegáveis, inclusive do ponto de vista das relações socioespaciais, devido à maior densidade espacial em bairros urbanos em relação a, por exemplo, um assentamento rural. Todavia, pudemos apreender através das entrevistas que,

subjetivamente, é como se essas pessoas jamais se distanciassem de seus espaços de pertencimento, isto é, do contato com a terra, independentemente de suas diferentes intencionalidades.

Cabe ressaltar que não se trata apenas de aspectos meramente subjetivos (como se poderia depreender, desavisadamente, dos elementos destacados nas entrevistas), uma vez que essas pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, com menor ou maior grau de consciência de classe, de fato ocupam espaços, demarcam territórios, se envolvem na dinâmica contínua e intensa entre cidade e campo, para além das dicotomias. Ao mesmo tempo em que vendem alimentos na cidade, se fazem presentes nos finais de semana nos acampamentos, ao mesmo tempo em que se envolvem nas associações de moradores (como no caso de Elias), estão sempre de prontidão para marchar por justiça social, ao mesmo tempo em que se ocupam na cidade, ocupam terras devolutas do agrohidronegócio no Pontal do Paranapanema. É no dia-a-dia da luta pela terra entre cidade e campo, de Prudente ao Pontal, que esses trabalhadores e trabalhadoras (re)significam/(re)constroem paisagens, produzem espaço, dão vida ao território, traçam geografias e sonham com uma vida dentro e fora do trabalho dotada de sentido, ontologicamente valiosas!

### **CAPÍTULO 3: O OUTRO LADO DA MESMA MOEDA – OS TRABALHADORES PRUDENTINOS NOS ACAMPAMENTOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA**

Segundo Origuéla (2011), que desenvolveu um estudo sobre a questão agrária no Pontal do Paranapanema, com ênfase na luta pela terra nos acampamentos e seus novos elementos, hoje existem 27 acampamentos no estado de São Paulo, sendo que:

Destes 27, no Pontal do Paranapanema, são encontrados 2 acampamentos com 350 famílias cada. Os acampamentos Dorcelina e Irmã Goreti, nos municípios de Sandovalina e Marabá Paulista, respectivamente. Até 2010 eram quatro acampamentos na região, Dorcelina, Vitória, Irmã Goreti e Bartira. Com a possibilidade de saírem duas áreas, as fazendas São Domingos I em Sandovalina e a Nazaré em Marabá Paulista, as famílias dos quatro antigos acampamentos foram aglomeradas em apenas dois. Esta prática é comum nos acampamentos do MST, quando existe a possibilidade de uma área ser desapropriada, famílias de outros acampamentos são deslocadas para os acampamentos próximos à área (p. 84).

O acampamento mais recente estruturado pelo MST no Pontal do Paranapanema localiza-se no município de Sandovalina (Figura 9) e é constituído por integrantes de dois acampamentos diferentes que se fundiram em abril de 2011 (Vitória e Dorcelina Folador) – no tradicional Abril Vermelho –, por ocasião da ocupação da Fazenda São Domingos I, localizada no 8º Perímetro de Presidente Venceslau, no município de Sandovalina, região do Pontal do Paranapanema.

Aqui novamente o leque de entrevistas foi pequeno (totalizando 5 pessoas), não pela invisibilidade dos sujeitos, uma vez se tratar de um espaço concentrado e claramente localizado em uma porção específica do espaço (os acampamentos), mas pela alternância entre meio e fim de semana na presença dos acampados nos acampamentos, prevalecendo os finais de semana na aglutinação de maior número de pessoas. Normalmente, em meio de semana parte deles se ausenta para trabalhar ou voltar para suas residências (aqueles que as possuem) em sua cidade de origem. Ainda, conforme Origuéla (2011),

[...] [no acampamento Dorcelina Folador] a maioria, se não todas as famílias, são de origem urbana, o que não significa que nunca tiveram contato com o campo. A questão da origem urbana é um dos elementos mais significativos tanto do trabalho de base quanto dos acampamentos. Além disso, durante a semana são poucas as famílias que ficam nos acampamentos, algumas voltam à noite para dormir e outros somente nos finais de semana para participar das reuniões com as outras famílias e das assembleias com os coordenadores do acampamento (p. 84).

Todavia, apesar do número reduzido de acampados contatados por nós, foi possível apreender alguns elementos, tanto explícita, quanto implicitamente através de

entrevistas semiestruturadas, elementos esses importantes e elucidativos para fortalecer a análise sobre o processo por nós estudado: o movimento de adesão à luta pela terra e o envolvimento com a Reforma Agrária e a Soberania Alimentar por pessoas oriundas do espaço urbano periférico da cidade de Presidente Prudente.



Figura 9: Acampamento Dorcelina Folador, no município de Sandovalina, em frente à Fazenda São Domingos I, no 8º Perímetro de Presidente Venceslau.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

A primeira entrevista foi realizada com o acampado autodenominado Zé Cosme. O acampado é nascido no município de Itaguajé/PR e já participou anteriormente de seis outros acampamentos no estado do Paraná, sendo esta a primeira vez que acampa no estado de São Paulo. Segundo ele, nas outras vezes em que esteve acampado o que lhe motivava era o fato de haver pessoas próximas (amigos) no acampamento e este se localizar próximo ao Rio Paranapanema, o que lhe propiciava momentos de lazer relacionados à pesca, prática que lhe atrai. Assim permaneceu em anos alternados, ou seja, permanecia um ano acampado e outro retornava à cidade, totalizando seis participações, como mencionado anteriormente.

Em Presidente Prudente residia desde os seus 14 anos de idade, tendo morado em vários bairros ao longo da vida, sendo que ultimamente, antes de se acampar em Sandovalina,

morava na Vila Centenário, zona leste da cidade de Presidente Prudente (área de alta exclusão social, conforme visto no capítulo 1). Morou boa parte da vida pagando aluguel, porém depois havia conseguido conquistar casa própria.

Do ponto de vista de sua inserção laboral, ao longo da vida já trabalhou em inúmeras atividades, embora na maior parte dela tenha se dedicado ao ramo da construção civil, como encarregado geral de obras.

Quando o assunto foi a participação popular nas discussões da Associação de Moradores de Bairro, Zé Cosme informou que aí participava quando era morador da Vila Líder, bairro também localizado na zona leste de Presidente Prudente, porém, ressaltou que os debates e principais reivindicações sempre giravam em torno de demandas pontuais, como luz elétrica, recapeamento asfáltico de ruas etc.. As questões de Soberania Alimentar (ou mesmo Segurança Alimentar), luta pela terra, trabalho e Reforma Agrária não foram identificadas pelo entrevistado.

Em relação às ações da prefeitura no sentido de garantir a Segurança Alimentar, por exemplo, pela via do fornecimento de cestas básicas, Zé Cosme foi enfático em sua defesa de um antigo prefeito da cidade, Agripino de Oliveira Lima, baseando-a claramente em ações clientelistas realizadas pelo prefeito a seus parentes próximos, quando de suas gestões (1993-1996, 2001-2004 e 2005-2007, quando teve sua candidatura cassada antes do término). Informou que não recebia cesta básica da prefeitura, mas que moradores de seu bairro usufruíam do benefício.

O acampado fez questão de enfatizar que a principal motivação que o fez optar novamente por aderir à luta pela terra foi a convicção de conseguir seu pedaço de terra para que possa, então, produzir seu próprio alimento; sua convicção pareceu tão intensa que, para isso, deixou sua mulher e sua residência fixa na cidade de Presidente Prudente e mudou-se definitivamente ao acampamento, disposto a lutar pelo lote de terra.

Paradoxalmente, Zé Cosme mencionou que possui uma propriedade de segunda residência (chácara) no município de Martinópolis/SP, o que demonstra que seu caso não confirma uma possível hipótese apriorística de que a única motivação dos moradores da periferia das cidades para participarem do processo de luta pela terra seja a pauperização extrema, o desemprego, subemprego, falta de condições de sustento da família, ou mesmo a despossessão no limite.

Daí a imprescindibilidade da realização da pesquisa para desmistificar as proposituras teóricas engessadas e que procuram se autovaler para explicar a realidade. A complexidade específica que se apresentou nessa ocasião está no fato de que, ao mesmo tempo em que o acampado Zé Cosme demonstra ter outras alternativas de sobrevivência, informando que possui casa própria e uma propriedade rural em seu nome, talvez ensejando um traço de oportunismo ou algo semelhante por estar envolvido no acampamento, em todo tempo também se mostrou seguro e convicto (e isso se confirma claramente pelo fato de ter deixado sua família e se mudado para o acampamento) de que tomou a decisão de se acampar tendo em vista a possibilidade de conseguir a terra para cumprir sua função social, produzindo alimento. Sendo impossível e estando fora de nossos objetivos decifrar os aspectos psicológicos que definem as reais pretensões deste sujeito, o fato é que é possível que sua adesão à luta pela terra no Pontal signifique uma nova opção de vida, buscando uma nova relação de identidade com a terra.

Outro ponto que vale a pena destacar são as várias ocupações laborais que vivenciou o acampado ao longo da vida, caracterizando o que Thomaz Junior (2009) define como plasticidade de trabalho, fazendo alusão às múltiplas situações vivenciadas por um mesmo sujeito quando se insere em atividades laborais distintas, ora como trabalhador assalariado, ora como trabalhador informal, ora como contratado em regime temporário, ora desempregado etc..

Partindo para o destaque de um elemento mais implícito por nós apreendido deste contato, alguns pontos se sobressaem. Ao longo da conversa foi possível perceber, ao mesmo tempo, uma esperança acompanhada de entusiasmo com a possível conquista do lote de terra, notada pelo ânimo apresentado pelo acampado para construir instalações mais sofisticadas (Figura 10) em seu barraco (utilizando-se, para isso, de seu saber construtivo obtido pelo trabalho na construção civil), mas também marcas das dificuldades vividas no cotidiano do acampamento, como a solidão e a insegurança com possíveis invasões, depredações etc., além das precárias condições de conforto térmico, dificuldades com a preparação de alimentos, garantia de água todos os dias e assim por diante. Essas dificuldades acabam refletindo na presença de bebidas alcoólicas no acampamento, a fim de amenizar tais condições, sendo que todos esses elementos revelam o legado do capital para os sujeitos sociais que acabam vivendo no limbo, mesmo protagonizando uma experiência de luta, como no caso do acampamento.



Figura 10: Visão interna do barraco do acampado Zé Cosme, com destaque para a janela improvisada à esquerda.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Já o segundo acampado apresentou outros elementos em relação ao primeiro entrevistado, Zé Cosme. Sr. Walter, como é chamado pelos outros acampados, possui 60 anos de idade e é nativo do município de Presidente Prudente, tendo nascido e sido criado em uma pequena propriedade rural de seu pai. Em sua juventude mudou-se para a cidade de Presidente Prudente, onde trabalhou, assim como o primeiro acampado, em diversas ocupações, até que adquiriu um sítio em um distrito de Presidente Prudente (Montalvão), local onde permanece até hoje.

Apesar de residir no meio rural de Presidente Prudente, em um sítio próprio, não é um produtor rural, apenas presta serviços diversos a outras propriedades, que vão desde o corte de cana para a Usina Alto Alegre S.A. – sediada em Presidente Prudente e com uma unidade no distrito prudentino de Ameliópolis, além de outras no estado do Paraná<sup>12</sup> –, até a instalação de cercas para outros sítios ao entorno de sua propriedade. Esse tipo de atividade

---

<sup>12</sup> Informações extraídas do sítio eletrônico da usina Alto Alegre. Disponível em: <<http://www.altoalegre.com.br/unidades.aspx>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

foi caracterizado pelo próprio acampado como diarista que, segundo ele, também ocupa outros trabalhadores rurais do município.

Cumpre uma função social importante para o acampamento, levando água duas vezes por semana para o abastecimento dos acampados; retira a água do poço artesiano de sua propriedade rural em Presidente Prudente e a transporta em tambores até o acampamento, onde distribui pelos barracos. Dessa forma, Sr. Walter é conhecido e reconhecido pela maioria dos acampados (Figura 11).

Este acampado é um exemplo das pessoas que durante a semana permanecem ausentes do acampamento para trabalhar e ganhar seu sustento, retornando aos finais de semana. Segundo ele, “*precisa se virar para se sustentar, o acampamento não dá conta das necessidades*”. Assim, vai se ocupando com *bicos*, os serviços que aparecem para ele – e também sua esposa – desempenhar.



Figura 11: Sr. Walter (à esquerda), Zé Cosme ao centro e outra acampada se beneficiando da água que coletaram.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Perguntado sobre a existência de algum tipo de Associação de Moradores na área rural de Presidente Prudente e qual o teor das discussões existentes nesse espaço de organização política, Sr. Walter informou que há, de fato, uma associação de sitiantes, todavia

dela não participa, pois as questões discutidas centram-se, essencialmente, na produção agrícola dos sítiantes, principalmente os produtores de batata-doce, cultura pela qual Presidente Prudente se destaca como o maior produtor do estado de São Paulo, com 12 mil toneladas produzidas, em 1 mil hectares de extensão, no ano de 2010 (IEA, 2011). Por esse motivo, o entrevistado justificou a sua não participação nas reuniões da associação, uma vez que trabalha como diarista.

Quanto à sua motivação para participar da luta pela terra, também se mostrou convicto em conseguir seu lote para nele produzir alimentos, tanto para consumo próprio, quanto para venda de excedente e obtenção de renda.

Deste acampado, diferentemente do primeiro (Zé Cosme), pode-se verificar que possui um maior acúmulo de experiência na lida com a terra ao longo da vida, não residindo atualmente no espaço urbano de Presidente Prudente. Portanto, sua pretensão de conseguir a posse da terra tem outro sentido, apesar de ambos a terem como fim para produção de alimentos, isto porque, mesmo detendo uma propriedade, ele estabelece relações de trabalho que poderíamos classificar como não soberanas, já que não produz em sua terra, mas presta serviços a outros proprietários.

Outro ponto interessante a se destacar, que se relaciona aos conteúdos do mundo do trabalho desde uma perspectiva ontológica, é que, se por ventura Sr. Walter viesse a ser impelido a migrar para o núcleo urbano de Presidente Prudente e se envolver em relações assalariadas (ou não) de trabalho, provavelmente encontraria dificuldades de ordem etária para conseguir um emprego, devido à sua idade relativamente avançada, vivenciando uma situação de verdadeiro descarte do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009). Segundo este autor, “a sincronia perversa entre a implosão das forças produtivas e o seu iminente descarte transforma contingentes de trabalhadores em refugio – que são simplesmente descartados [...]”.

De modo geral, essa experiência do trabalho de campo acompanhado das entrevistas que realizamos com os dois acampados supracitados, contribuiu para dimensionar a complexidade dos elementos que envolvem a luta pela terra entre a cidade e o campo no município de Presidente Prudente e no Pontal do Paranapanema, já que a princípio tínhamos uma hipótese e que, após as entrevistas – que, é claro, são muito restritas para se esgotar as análises acerca do tema –, em parte se confirmou, mas por outro lado exigiu maior atenção de nossa parte.

Primeiramente, o que encontramos em campo foram sujeitos que não eram oriundos estritamente do espaço urbano de Presidente Prudente, havendo também um acampado que reside em uma propriedade rural em um dos distritos do município. Nesse sentido, pode-se dizer que não são apenas sujeitos residentes nas periferias das cidades, especificamente Presidente Prudente, que são atingidos pela falta de Soberania Alimentar, pelas dificuldades apresentadas pelo mundo do trabalho etc.. O Sr. Walter também se mostrou insatisfeito com sua atual situação de incerteza em relação à garantia das condições de subsistência, sempre dependentes dos serviços esporádicos (bicos) que aparecem. Do ponto de vista econômico, a luta pela terra, tendo como horizonte a conquista do lote para produção de alimentos, acaba se constituindo como uma alternativa a essas instabilidades de renda; e do ponto de vista da identidade, apesar de morar no meio rural, o contato efetivo com a terra não ocorre, produzindo uma identidade esgarçada com a terra, que se garantiria – e pelo que pudemos apreender, se desejaria – com o acesso a terra.

Além disso, deparamo-nos com informações inesperadas por parte do outro acampado (Zé Cosme), que relatou que possuía residência fixa na cidade de Presidente Prudente, além de outra pequena propriedade de segunda residência no município de Martinópolis. Isso nos inclinou a concluir que não foi necessidade financeira, de bens materiais, carência socioeconômica, ou mesmo fome que motivaram este acampado a optar, de forma mais intensa, comparativamente às outras seis vezes em que esteve acampado, pela luta pela terra. Pareceu-nos muito mais uma tentativa de mudar ou (re)significar o sentido de sua vida no que toca a sua relação com o território, uma busca por uma nova identidade com a terra que até então não possuía.

Conota-se, dessa forma, que ambos os entrevistados apresentam motivações de ordem, para além de meramente econômica, identitária, de busca por uma nova relação com a terra. Mas o que não se pode ignorar é que essas motivações não se encaixaram perfeitamente em um molde hipotético-teórico que pressuporia a carência socioeconômica como único ou principal elemento motivador da adesão de sujeitos à luta pela terra. É nesse sentido que ressaltamos a existência de outros elementos envolvidos nessa relação, que complexificam, ainda mais, a compreensão da luta pela terra inserida na relação cidade-campo no contexto de Presidente Prudente.

Entretanto, a importância e a necessidade de se rever os pressupostos teóricos que nos direcionam aos resultados da pesquisa não anulam a essencialidade de nossa

argumentação inicial, isto é, de uma forma ou de outra, independentemente das variações existentes nas motivações dos sujeitos que optam a lutar pela terra, em comum prevalece a inexistência da Soberania Alimentar em suas vidas como pano de fundo central. Dessa forma, reitera-se a vinculação existente entre a necessidade da efetivação da Reforma Agrária como meio de se garantir a Soberania Alimentar da população e a busca por uma (re)significação da vida dos homens e mulheres que não se sentem realizados com sua inserção no mundo do trabalho, vínculos familiares, relação com o território etc., seja para aqueles residentes nas periferias das cidades (como Zé Cosme), seja para os que se enquadram em outro tipo de situação, por exemplo morar no espaço rural de um município e carecer de uma maior identidade na lida com a terra (o caso do Sr. Walter), configurando, assim, uma questão de cariz identitário.

A terceira entrevista foi realizada também no acampamento Dorcelina Folador (Figura 12), no município de Sandovalina.



Figura 12: Secretaria do acampamento Dorcelina Folador, em Sandovalina.  
Fonte: Trabalho de campo, 2012.

O acampado, autointitulado Batuta (não informou o nome verdadeiro), possui 49 anos, nasceu em um sítio no município de Presidente Prudente e, ainda adolescente, mudou-se para a área urbana do mesmo, juntamente com a família, em busca de melhores condições de trabalho e de vida; desde logo se envolveu com a construção civil, profissão da qual se ocupou por toda a vida, sendo que até hoje realiza serviços nessa área em cidades próximas ao acampamento, tanto no estado de São Paulo, como no Paraná.

É a primeira vez que está acampado, estando no local há 10 meses; tomou conhecimento do acampamento através de um amigo do Paraná e, segundo ele, não houve contato com o MST (através dos trabalhos de base nos bairros) para mediar sua decisão de se tornar um acampado.

Sobre sua relação de pertencimento com o MST, destacou que há muitas visões equivocadas sobre o Movimento, que diferem da realidade que de fato se dá no interior do mesmo; segundo ele, *“a visão do MST de fora (que a gente vê na mídia) é diferente da de dentro”*. Destacou também, corroborando sua visão positiva acerca do Movimento (MST), que no acampamento as relações interpessoais são muito boas, marcadas por um senso de solidariedade e cooperação mútua praticamente generalizado, relações às quais opôs a vida na cidade, onde, segundo ele, *“as pessoas são mais frias, cada um na sua”*.

No tocante à relação cidade-campo, o acampado questionou da seguinte forma: *“se todo mundo for para a cidade, vai viver de quê? Tem que plantar.”*, demarcando, assim, sua defesa, ainda que não formulada teoricamente, de uma Reforma Agrária que dê oportunidades àqueles e àquelas que desejam viver da produção na terra; ainda complementou sua convicção com um elemento subjetivo no discurso, dizendo que *“algo me tocou para vir pra cá, produzir pra me sustentar e sustentar as outras pessoas [futuros assentados e demais pessoas da sociedade]”*.

Quando questionado sobre a compreensão de seus filhos sobre o fato de estar acampado e qual sua perspectiva diante da possibilidade de conseguir um lote para viver da terra, Batuta foi enfático ao dizer que, apesar de uma de suas filhas já ter até mesmo formação escolar de nível superior em Pedagogia e acúmulo de vida na cidade, todos têm a convicção de encampar o projeto de vida direcionado pelo pai, dispostos a levar uma nova vida como assentados.

Por fim, quando de sua adesão ao acampamento (e até hoje), residia na Vila Líder, bairro localizado na Zona Leste de Presidente Prudente e caracterizado por índices

socioeconômicos precários no contexto da cidade (conforme demonstrado no capítulo 1); contudo, não pagava aluguel e não recebia nenhum tipo de ajuda socioassistencial por parte da prefeitura, o que descarta a hipótese de sua motivação ter se dado a partir de uma precarização econômico-financeira.

Os outros dois acampados por nós entrevistados são pertencentes ao acampamento Irmã Goreti, em Marabá Paulista (Figura 13), sendo eles Cícero e Durval (Marrom).



Figura 13: Acampamento Irmã Goreti, em Marabá Paulista.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

Cícero possui 58 anos de idade, está no acampamento há aproximadamente 8 meses, onde frequenta prioritariamente aos finais de semana; durante a semana, atualmente, trabalha em Teodoro Sampaio como mestre de obras (construção civil) e reside no Parque dos Pinheiros<sup>13</sup>, mas está sempre presente nas ocupações e demais atividades realizadas pela coordenação do acampamento.

<sup>13</sup> O Parque dos Pinheiros é um bairro pertencente ao município de Álvares Machado, com o qual Presidente Prudente estabelece uma relação de aglomeração urbana, verificando-se um intenso fluxo de pessoas a trabalho ou lazer de Machado para Prudente; não obstante o bairro possua seus limites político-territoriais vinculados a

Adquiriu conhecimento do acampamento (enquanto forma de luta pela terra) e das ações do MST de modo geral através de uma experiência em um município do Paraná, onde possuía parentes e amigos acampados e ao qual prestou serviços ligados à construção civil por vários anos; dessa forma se iniciava, segundo ele, sua relação com o MST, ao qual se diz pertencente. Dessa experiência germinal de seu contato com a luta pela terra foi extraído, por parte de Cícero, valores como “*amizade, amor, carinho, respeito e luta; sentia que aquilo era vida de sentido*”.

Mencionou que possui experiência no trato com a terra de épocas passadas de sua vida, e que isso contribui para que tenha a intenção de, ao conseguir o lote de terra, utilizá-lo para cumprir sua função social, isto é, “*plantar nela e viver dela*”. O entrevistado ainda disse que não paga aluguel em sua casa na cidade, “*mas me sinto melhor aqui*”; e continua, introduzindo, inclusive, um elemento de classe em seu discurso: “*trabalhar a vida inteira na cidade enriquecendo patrão não pode, mas tive que sustentar os filhos, então...*”.

Durval, com seus 49 anos de idade, também morador do Parque dos Pinheiros, nasceu no campo, foi criado na cidade, mas sempre trabalhou no campo; hoje em dia trabalha com reciclagem de materiais; tem uma vida estabilizada, não paga aluguel, possui automóvel, mas anseia pela terra, pois, segundo o acampado, “*aqui é o paraíso*”.

Associa a não adesão de pessoas que residem nas cidades à luta pela terra pela existência de um certo grau de comodidade propiciado pela vida urbana, como energia elétrica, aparelhos eletrônicos etc., porém questiona tal postura criticando as políticas imobiliárias do Estado brasileiro e apontando o desemprego como fragilidade político-econômica: “*o que adianta dar casa se não tem emprego para sustentar, melhor dar terra*”; segundo Durval, para os assentamentos, “*depois que consegue o lote tem uma série de financiamentos, o ruim é a demora para sair a Reforma Agrária*”.

Foi muito convicto (assim como todos os demais entrevistados nos acampamentos) ao enfatizar: “*procuro uma causa justa, para viver da terra*”; e criticou as pessoas que dão outros fins aos seus lotes após consegui-los, que não a produção de alimentos propriamente dita (como o arrendamento para usinas de cana-de-açúcar da região, prática identificada em alguns assentamentos no Pontal do Paranapanema), pois para ele “*a lei devia*

---

Álvares Machado, localiza-se mais próximo de alguns bairros de Presidente Prudente, o que provoca certa confusão quanto à sua jurisdição, sendo identificado, muitas vezes, como um bairro prudentino.

*obrigar a plantar uma parcela do lote de alimentos diversificados, e não deixar tudo com cana”.*

Desse segundo grupo de entrevistas a acampados (Batuta, Cícero e Durval) é possível extrair elementos que complementam e reafirmam as considerações obtidas com as primeiras entrevistas (Zé Cosme e Sr. Walter). Aqui, a premência atribuída a priori às causalidades econômico-financeiras para a explicação dos porquês da adesão desses sujeitos à luta pela terra no Pontal do Paranapanema, desloca-se para um processo de empobrecimento identitário dos mesmos diante de suas vivências cotidianas, seja no âmbito da (des)realização no trabalho, seja na (des)efetivação da vida fora do trabalho. Para Ricardo Antunes (2011),

[...] uma vida cheia de sentido *fora do trabalho* supõe uma vida dotada de sentido *dentro* do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho *assalariado, fetichizado, e estranhado* com *tempo verdadeiramente livre*. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é *incompatível* com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará *maculada* pela *desejetivação* que se dá no interior da vida laborativa (p. 75).

Destarte, verifica-se na trajetória de vida desses sujeitos elementos que ensejam um imbricamento entre as esferas laboral e cotidiana, ou entre o viver/morar e o trabalhar (IKUTA, 2003), como partes de um mesmo processo de estranhamento/esgarçamento das relações sociais e também espaciais vivenciadas pelos mesmos. Antunes ainda enfatiza que

[...] o trabalho que *estrutura* o capital *deseestrutura* o ser social, isto é, o *trabalho assalariado* que dá sentido ao capital gera uma *subjetividade inautêntica*, alienada/estranhada no próprio ato de trabalho. Em uma forma de sociabilidade autenticamente socialista, o trabalho, ao *reestruturar* o sentido humano e social da produção, *desestruturará* o capital e seu sistema de mercado. E esse mesmo *trabalho autodeterminado* que tornará *sem sentido* o capital gerará as condições sociais para o florescimento de uma *subjetividade autêntica* e emancipada, dando um novo *sentido ao trabalho* (op. cit., p. 78).

A ressalva de nossa parte à citação ficaria por conta do termo “assalariado”, uma vez que nem todas as pessoas que se envolvem na luta pela terra estão diretamente vinculadas a um regime de assalariamento no trabalho no sentido clássico, ou seja, conformado em uma relação empregado-empregador, com carteira de trabalho assinada etc., como no caso do Sr. Walter. Com essa afirmativa (de toda a citação e não apenas da questão pontuada do assalariamento), o autor de certo modo aproxima os anseios dos sujeitos por nós pesquisados, anseios esses que dialeticamente interpenetram trabalho e vida cotidiana, com a construção de uma sociedade emancipada (socialista). Nesse sentido, faz jus à proposta que se coloca o próprio MST enquanto movimento de trabalhadores organizados que intenta, através das

ocupações de terras e prédios públicos, acampamentos, assentamentos, marchas, formação política etc., oferecer oposição ao sistema de metabolismo social do capital, que subordina os interesses/necessidades humanas à sua sanha por acumulação.

Pelo que pudemos constatar nas entrevistas e na percepção da sociabilidade nos acampamentos, esse espaço não apresenta uma clareza e tampouco uma homogeneidade quanto aos posicionamentos político-ideológicos envolvendo a questão agrária, os rumos do Movimento diante da efetivação da Reforma Agrária, ou mesmo um projeto societal de maior amplitude para além do capital. Todavia, o que se conota é que a simples tomada de decisão por participarem do processo de *luta pela terra*, buscando a efetivação da Soberania Alimentar, através da Reforma Agrária, os aproxima de uma ruptura com a lógica societal do capital em benefício da totalidade viva do trabalho. Nesse contexto,

Merece particular destaque a ação de luta e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o mais importante *movimento social e político* do Brasil. Sendo dotado de uma estruturação nacional solidamente organizada pela base, sua ação de confronto à propriedade privada da terra permite aos trabalhadores vislumbrar uma *vida cotidiana dotada de sentido* (ANTUNES, 2011, p. 87).

Dessa forma, se aparentemente humildes e resignados frente à sua situação atual de (des)efetivação ontológica no seio da sociedade do capital, no sentido de se contentar com o que está posto, esses trabalhadores se mostram fortalecidos e esperançosos em sua opção de luta pela terra, que representa, se não a única, uma das alternativas de transformação de suas vidas. Em Origuéla (2011), respaldando-se em Bernat, percebe-se como o próprio acampamento, como espaço de materialização de luta, contribui com o processo de retomada de identidade por parte dos sujeitos acampados, não de forma harmônica, mas permeada por conflitualidades:

A identidade comum a esses sem-terras há alguns anos atrás era justamente o vínculo com a terra, com o trabalho na terra, com a questão da expropriação e exclusão causada pelo avanço do capital na agricultura. Não só nos acampamentos do Pontal do Paranapanema, mas, também, nos acampamentos do Norte do Paraná houve uma alteração identitária que pode ser explicada, primeiro, pelos trabalhos de base serem realizados exclusivamente nas cidades, segundo e, conforme Bernat (2009) “o camponato brasileiro está dotado de uma natureza mais vinculada à exclusão social urbana que à exclusão propriamente rural” (p. 09). Ainda segundo esse mesmo autor, devido a essa diferença identitária existente entre essas famílias, faz-se necessário “haver um espaço/tempo onde se produza a construção e a consolidação desses traços compartilhados” (p. 05), evidenciando a importância da ocupação de terra e do acampamento nesse processo (p. 73).

Ao final das entrevistas com os acampados, nota-se o aprofundamento das interrelações existentes entre trabalho, luta pela terra, Reforma Agrária e Soberania Alimentar, sendo que todos esses elementos ganham status de *geográficos*, na medida em que avançam e se realizam sobre o território (Presidente Prudente e Pontal do Paranapanema) e criam/questionam diferentes territorialidades fragmentadas (campo, cidade, produção, reprodução).

É imprescindível destacar que, se buscamos compreender de forma positivista/dualista os aspectos colhidos na realidade pesquisada, pouco conseguimos apreender da riqueza envolta no processo de luta pela terra entre o campo e a cidade no Pontal do Paranapanema. Dessa forma, assumimos a dialética como método, por conseguinte como forma de enxergar a realidade que dê centralidade às contradições; nesse sentido, pretendemos escapar tanto de teorias que se pretendem sagradas e intocáveis, quanto da ingenuidade de se limitar aos aspectos aparentes das entrevistas em si, que poderiam suscitar interpretações errôneas restritas à expressão fenomênica do discurso dos trabalhadores, descontextualizado historicamente. Trata-se de compreender a dialética existente entre experiência de classe e consciência de classe dos sujeitos pesquisados, isto é, as Geografias do Trabalho em sua concretização no próprio movimento do real!

## **CAPÍTULO 4: A GEOGRAFIA DA LUTA PELA TERRA ENTRE CIDADE E CAMPO – AVANÇOS E LIMITES NO DIÁLOGO COM A TEORIA**

A problemática da luta pela terra no Brasil não representa um processo recente na história do país, remontando minimamente ao século XIX, quando da promulgação da Lei de Terras, em 1850. É sabido que até essa data, a aquisição de terras se deu basicamente mediante a posse e a doação efetuada pelo rei de Portugal, no regime das sesmarias. A partir de então, somente quem fosse provido de recursos financeiros poderia se tornar detentor de uma propriedade fundiária, através da compra (COSTA, 1977).

Nesse período, milhares de trabalhadores e trabalhadoras camponeses tiveram sua dignidade lesada, pois essa mudança no marco jurídico regente da propriedade fundiária no país colocou à margem da legalidade todos aqueles que de sua terra não possuísem a escritura (Ibid.).

Ao longo da história, no decorrer do século XX, esse processo continuou sua trajetória. Algumas outras leis foram importantes para a consolidação desse modelo agrário excludente, já perpetrado no Brasil desde o início do período colonial, sendo que o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, foi uma das principais, apesar de envolto em um processo de conquista dos trabalhadores. Através dele, as leis trabalhistas passaram a se estender aos trabalhadores do campo, o que, na prática, significou a transformação de inúmeros trabalhadores rurais, “estáveis”, em trabalhadores volantes: os chamados boias-frias (SILVA, 2004).

Esse fato desencadeou um amplo processo de expropriação violenta e tenaz contra os trabalhadores que se viam indefesos juridicamente e à mercê das ações truculentas dos grandes proprietários de terra (grileiros), envolvendo não raras vezes assassinatos. De meeiros, parceiros, arrendatários, colonos, passaram para o espectro da informalidade, desviando-se, portanto, da pretensa intenção oficial de regulamentar o trabalho no campo, transferindo até ele as “benesses” do trabalho na cidade.

Paralelamente ao âmbito jurídico da evolução da questão agrária brasileira, desenvolveu-se a modernização da agricultura, com destaque para a ação do governo militar pós-1964. Dessa forma, é possível notar um duplo processo combinado entre desenvolvimento capitalista das forças produtivas na agricultura – caracterizando a chamada industrialização do campo – e uma certa acumulação primitiva do capital no Brasil, marcada

por uma expropriação violenta de vários trabalhadores de suas terras e sua destinação para grandes proprietários e empresas estrangeiras. Por seu turno, o Estado militar brasileiro não apenas fez vistas grossas para uma porção de casos desse cariz, como também financiou a empreitada (Ibid.).

Conforme caracteriza Maria Aparecida de Moraes Silva: “o projeto modernizador da agricultura assentou-se no tripé: militarização da questão agrária, expropriação de camponeses e aumento da exploração dos trabalhadores, muitos dos quais foram reduzidos à condição de escravos” (Ibid., p. 22).

Desde então, contingente expressivo da força de trabalho nas diversas regiões do país tem alimentado um movimento migratório que pode ser considerado do trabalho para o capital, na medida em que representa uma transferência de uma vida construída nos marcos da autonomia laboral e organizativa na terra, para uma lógica altamente incerta e insegura do ponto de vista da garantia de satisfação das necessidades humanas, que produz uma constante dependência das vicissitudes do mercado de trabalho, endividamentos de toda ordem, em um termo: a vida do capital!

Ao imprimir um foco de detalhamento ao estado de São Paulo, percebe-se que a história não é diferente, nem pudera, uma vez que despontava desde o final do século XIX e início do século XX como um dos estados mais importantes política e economicamente no cenário nacional. A “marcha para o oeste” em São Paulo, através da expansão da cultura cafeeira, foi detalhadamente descrita e analisada por Pierre Monbeig, em seu livro “Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo” – assim como José Ferrari Leite e Dióres Santos Abreu. No bojo desse processo, muitos trabalhadores de outras regiões do país e de outros estados migraram para esse porção do estado de São Paulo para trabalhar no desbravamento (leia-se devastação ambiental, depredação de populações tradicionais, povos indígenas etc.), como fruto do processo supracitado de expropriação de suas terras. Boa parte desses migrantes era oriunda de alguns estados do Nordeste e do norte de Minas Gerais. O autor assim descreve o movimento:

Triste migração essa das famílias que seguiram, frequentemente a pé, do sertão até Juazeiro, a beira do Rio São Francisco. Subiam o rio em vapores mal arranjados, numa interminável viagem até Pirapora, ponto terminal da rede ferroviária. Outros vinham do sul da Bahia ou de Minas Gerais, atingiam igualmente a pé, a estrada de ferro em Montes Claros. Desta estação ou de Pirapora, inconfortável é a viagem de trem até São Paulo. Longe de ser desejável era o equipamento higiênico dos acampamentos onde se encontrava essa multidão miserável, seja nos portos do São Francisco, seja nas estações terminais. Assim quando desembarcavam na hospedaria

dos imigrantes de São Paulo, estavam os "bairanos" extenuados de fadiga, que se acrescentava à sua deficiente alimentação e incrível miséria (MONBEIG, 1998 [1949], p. 151 *apud* ANDRADE, 2011, p. 53).

Seja à montante, seja à jusante do processo, a rotina de ocupação dos territórios no Brasil, no estado de São Paulo e no Pontal do Paranapanema esteve povoada de falcatruas jurídicas (grilagem de terras), expropriação de camponeses, devastação ambiental e degradação do trabalho (LEITE, 1998). Como assevera Silva (2004, p. 28), “a implantação das fazendas cafeeiras [no estado de São Paulo] e a construção das ferrovias realizaram-se sob o signo da destruição e da morte, consolidando-se, assim, o poder daqueles que se apropriaram da terra”.

Em meio a tantas ofensivas do capital – primeiramente na forma de latifúndio, depois como empresa capitalista moderna, ou agroindústria – foram se constituindo as formas de resistência por parte da população diretamente atingida por essas ações, isto é, os trabalhadores e trabalhadoras. Com um grande marco nas Ligas Camponesas no Nordeste da década de 1950, é em meados da década de 1980 que ganha corpo um dos maiores movimentos socioterritoriais de trabalhadores rurais do mundo, o MST (CARVALHO, 2002; SILVA, 2004).

Organizado primeiramente a partir das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), vinculadas à CPT (Comissão Pastoral da Terra), o Movimento tomou para si a grande responsabilidade de fazer frente à ofensiva dos grandes proprietários de terras do país e à invasão das empresas multinacionais estrangeiras, ancoradas em um projeto de modernização da agricultura, embasado em um acordo entre as elites oligárquicas nacionais, as empresas estrangeiras e o Estado brasileiro (CARVALHO, 2002). Programas como o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool) e o PRODECER (Programa Desenvolvimento dos Cerrados) foram duas políticas emblemáticas desse período no Brasil, investindo em tecnologia para o desenvolvimento de agricultura moderna, pautada nos princípios da Revolução Verde (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Nesse contexto, o MST despontou como grande referência no combate aos agrotóxicos, pela efetivação de uma Reforma Agrária Popular, da Soberania Alimentar das populações, da manutenção da unidade camponesa de produção (agora materializada nos assentamentos rurais) e, guardadas as polêmicas, como uma referência na luta anticapital, juntamente com os demais movimentos sociais coesionados pela Via Campesina (CARVALHO, 2002).

Tendo a luta pela terra como principal forma de pressão junto ao Estado pela efetivação da Reforma Agrária, os acampamentos constituem-se como *loci* por excelência da disputa por território. Na medida em que a sociedade e os diferentes territórios e territorialidades que a compõem devem ser compreendidos e analisados em conjunto, em sua interdeterminação dialética, é premente buscar as interconexões não apenas presentes, como fundantes desse espaço. Interconexões essas que são de ordem social e territorial, ganhando este último aspecto um estatuto teórico na Geografia na relação cidade-campo.

#### **4.1. E a Geografia?**

É sabido que a ciência geográfica, ainda que, no contexto de outras ciências seja ainda jovem, possui um vasto arcabouço teórico relacionado aos seus principais conceitos balizadores: Espaço Geográfico, Território, Região, Lugar e Paisagem. A Geografia brasileira teve e tem grande relevância nos avanços ocorridos nesse sentido.

Mais do que entrar em um caminho obscuro de reflexão epistemológica, a intenção aqui é procurar instrumentais teóricos que possam auxiliar na compreensão do processo estudado, identificar nele conteúdos que permitam realizar uma leitura geográfica dessa realidade específica. Acreditamos que a grande questão não seja definir se este ou aquele objeto, este ou aquele processo, esta ou aquela problemática, é ou não geográfica (ou sociológica, filosófica etc), mas sim valer-se dos principais conceitos dessas diferentes áreas do conhecimento para ler a realidade geograficamente, sociologicamente, filosoficamente e assim por diante.

É exatamente aquele tipo de postura que legitima e perpetua a permanência do viés positivista no entendimento da realidade, positivista no sentido de fragmentação da realidade em gavetas incomunicáveis e a naturalização dessas separações. Esferas da vida que são indissociáveis, como natural/humano, ambiental/social, material/simbólico etc. passam a ser dicotomizadas e, com isso, práticas sociais acabam reproduzindo tais dicotomizações. É assim que a ciência moderna, baseada na premissa de que o ser humano deve dominar a natureza como fato natural, contribuiu para a naturalização da dominação do homem pelo homem, uma vez que estaria na natureza do ser humano dominar (GONÇALVES, 2006).

Então, registra-se aqui que nossa intenção não é desenvolver conceitos próprios da ciência geográfica, mas procurar enxergar na realidade por nós estudada aqueles que melhor a explicam (ou não).

Quando tomamos como ponto de partida o Espaço Geográfico, poderíamos adotar inúmeras definições de diversos autores que dedicaram seus esforços para tal fim, porém, conforme Moreira (1982, p.7 e 8):

É possível chegar a uma definição universal de espaço, como um tipo de chave-mestra? A geografia burguesa tentou fazê-lo: o subdesenvolvimento foi simplesmente um apêndice ou um capítulo suplementar nos manuais “gerais”. Sem dúvida, aquelas variáveis formadoras do espaço e suas combinações, as quais originam as diferenças entre lugares, são universalmente as mesmas. O problema é descobrir se estas combinações se manifestam espacialmente e se sua manifestação é a mesma no centro e na periferia do sistema mundial.

Assim, percebe-se que o movimento de definição dos conceitos, para Ruy Moreira, não é determinado da teoria para a realidade, mas ao contrário, ressaltando que não há como, no interior do modo de produção capitalista (e ainda que não fosse) estabelecer um conceito universalizante de Espaço Geográfico, pois as particularidades sempre existirão.

De uma perspectiva claramente marxista, Moreira aponta também as formas como o capital se apropria do espaço para efetivar sua reprodução e acumulação:

Usando a paisagem com fins turísticos; projetando “obras de impacto” em áreas estratégicas; confinando ideias cívicas à unidade espacial Estado-Nação; planejando a exploração e consumo de recursos naturais; redistribuindo populações faveladas (viveiros de mão-de-obra) para áreas destinadas à implantação de distritos industriais; fabricando imagens de lazer e conforto com áreas verdes, sol, sal e mar para forjar venda de imóveis de fachadas e nomes pomposos, ou marcas de cigarros; manobrando as articulações do complicado tabuleiro de xadrez da geopolítica mundial; espraçando os tentáculos desses polvos gulosos e insaciáveis eufemisticamente chamados multinacionais; tais são alguns exemplos dessa interminável lista de maneiras que o capital encontrou de usar o espaço geográfico como instrumento de acumulação e poder (MOREIRA, 1982, p.12/13).

Em outro trabalho (MOREIRA, 1985), caracteriza o espaço em seu íntimo imbricamento com o movimento da história, o que nos parece apropriado para compreender a produção do espaço, associada à produção da história, traçada pelos sujeitos sociais que protagonizam a luta pela terra entre campo e cidade em Presidente Prudente:

A história é espaço porque é movimento em perpétuo devir; e sem materializar-se em formas espaciais concretas, o devir não se efetiva e a história inexistente. Sendo o próprio movimento do devir configurado, o espaço não é o que a história deixou para trás, e agora amarra seus passos como coisa inerte (p. 15).

Adentrar na discussão sobre os conceitos de Território e de Territorialidade é um caminho certamente ruidoso, vista a variedade de concepções existentes, especialmente na Geografia. Porém, é necessário que façamos, mesmo que superficialmente, esse percurso, a fim de contextualizarmos a discussão que pretendemos empreender no âmbito desse trabalho. Haesbaert (2010 [2004]), entre outros tantos autores, pode fornecer algumas reflexões, especialmente no que diz respeito à superação do conceito de território como referência apenas ao concreto, material, como tem sido amplamente hegemônico nas análises geográficas. O autor considera que tanto se fala em desterritorialização, mas muitas vezes de forma esvaziada, sem uma clareza conceitual sobre qual território se está falando. Assim, “se a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial – e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território” (p.35).

Por sua vez, Raffestin (1993) inicia a discussão pela relação entre espaço e território, lembrando que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializa” o espaço (p. 143).

Apesar da polissemia que sempre envolveu esse conceito na Geografia, Haesbaert pondera que é necessário caminhar para uma definição híbrida do conceito de território, no sentido de se superar, ou buscar a superação, das dicotomias científicas que repercutem nas segregações concretas. Nas palavras do autor, “não caberia então à Geografia, por privilegiar o olhar sobre a espacialidade humana, uma visão ‘integradora’ de território capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta?”. Assim, cabe ressaltar que a relativa “fixidez” do território é extrapolada pelo caráter “difuso” da Territorialidade. Obviamente isso não significa que são categorias de análise que se anulam, ao contrário, é na sua complementaridade que ganham força explicativa da realidade. Assim, o território ganha vida na medida em que há territorialidades que nele se manifestam, ao mesmo tempo em que a territorialidade, mesmo que não restrita a um espaço específico, ganha concretude no território.

Contribuindo para a discussão da territorialidade, Raffestin assim o faz, incluindo também o elemento das relações de poder:

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (1993, p. 158/9).

Haesbaert (2005) ainda acrescenta a necessidade de romper as abordagens do conceito de território que se limitam ou somente ao seu aspecto simbólico, ou somente às características materiais do mesmo. Esse rompimento seria alcançado tomando como referencial exatamente a territorialidade, ou melhor, a multiterritorialidade:

A territorialidade, no nosso ponto de vista, é “algo abstrato” [...] mas não no sentido radical que a reduz ao caráter de abstração analítica. Ela é uma “abstração” também no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado [...]. Ou seja, o poder no seu sentido simbólico também precisa ser devidamente considerado em nossas concepções de território. É justamente por fazer uma separação demasiado rígida entre território como dominação (material) e território como apropriação (simbólica) que muitos ignoram e a complexidade e a riqueza da “multiterritorialidade” em que estamos mergulhados (p. 6783).

Novamente valendo-nos de um de seus livros de maior envergadura (HAESBAERT, 2010 [2004]), o autor complementa, dizendo que:

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (2010 [2004], p. 344).

De nosso ponto de vista, o balanço positivo dessa discussão teórico-conceitual recai exatamente sobre a adjetivação ontológica dos termos território e territorialidade, pois representa o grande elo fornecedor de subjetividade à extremidade físico-material do território, por um lado, e concretude histórica à extremidade difusa da territorialidade, por outro. Isso pelo fato de que a centralidade histórico-geográfica de qualquer debate que se faça sobre as duas categorias (território e territorialidade), sobre qualquer expressão da realidade, deve necessariamente estar no ser humano enquanto ser social que produz territórios e territorialidades, concreta e subjetivamente.

Nesse sentido, mais que produtores de territórios, os sujeitos sociais protagonistas dessa pesquisa produzem territorialidades, na medida em que em seu cotidiano permutam da cidade para o campo e do campo para a cidade, da periferia pobre aos acampamentos e vice-versa, numa constante transitoriedade, não abstrata, mas concreta. Por essa via, ressignificam os espaços, questionam pela sua própria prática a dicotomia “cidade X campo” e buscam alternativas à realidade vivenciada nas cidades.

Quando caminhamos para o entendimento da Paisagem, é importante buscar uma superação do engessamento que envolveu o conceito durante muito tempo na Geografia e que nos últimos anos vem sendo combatido por autores que tem como horizonte o questionamento às dicotomias no interior da ciência geográfica.

Costumeiramente depara-se com a associação do conceito de Paisagem àquilo que é palpável, aparente, concreto, passível de ser apreendido pelos órgãos sensoriais do corpo humano. Milton Santos, em “Metamorfoses do Espaço Habitado” (1988), ainda se localizava no rol dos autores que a consideravam dessa maneira, como “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança” (p.22), porém já alertava para o fato de que “nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado” (p.23). Georges Bertrand (2009), com a intenção de realizar uma “Geografia transversal e de travessias”, introduz alguns elementos ao debate sobre a paisagem e sobre a Geografia como um todo.

A Geografia, tal como se encontra hoje, ainda busca assimilar e se desenvolver, a passos lentos, rumo a um rompimento, apregoado por Bertrand, com as dicotomias que lhe cercam: físico x humano, rural x urbano, natural x social, local x global. Nessa busca, o conceito de paisagem vem ganhando espaço no contexto da ciência geográfica, alçando a uma Geografia híbrida, que consiga ir além das aparências, do somente concreto e do somente simbólico, do ambiental em si e do social tão somente individualizado.

Assim, a plasticidade vivenciada e descrita pelos sujeitos protagonistas que passam pelo processo de migração do campo para a cidade, a exemplo dos estudos de Thomaz Junior (2009), permite-nos reconhecer novos espaços e espacialidades, territórios e territorialidades, novas temporalidades, novas inserções laborais dos trabalhadores, e as relações que mediatizam as diferentes formas de expressão, o estranhamento e alienação, enfim, todas essas transformações, acabam se refletindo nas paisagens construídas por tais sujeitos.

É preciso compreender essas paisagens como um retrato que guarda em si as dinâmicas processuais, nesse caso vividas no âmbito do trabalho, que também são territoriais, estando, desse modo, em conflito. No caso de Presidente Prudente, pode-se pensar inclusive, nesse sentido, em paisagens disputadas, pois o trabalhar e o viver presentes na história dos moradores da periferia da cidade e materializados por eles próprios em suas paisagens, embora perceptíveis em um espaço-tempo específicos, revelam as relações de poder contidas, por exemplo, entre eles e o capital agropecuário hegemônico do Pontal do Paranapanema, ou entre eles e o poder público no processo de luta por moradia nas décadas de 1980 e 1990, ou ainda entre os moradores de um mesmo bairro na conformação de uma nova territorialidade ali composta por pessoas deslocadas de diferentes locais da cidade para morar nesses bairros (Jardim Morada do Sol e Jardim Humberto Salvador).

Essa compreensão da paisagem se aproxima das ideias de Denis Cosgrove sobre a paisagem, apresentadas por Ribeiro (2007). Segundo este autor, “a paisagem é uma forma de ver o mundo que tem sua própria história, mas esta só pode ser entendida como parte de uma história mais ampla da economia e da sociedade” (p. 27). Continua dizendo que não é interessante considerar a paisagem “em um vácuo, fora do contexto do mundo histórico real das relações humanas de produção e entre pessoas e o mundo que habitam” (p. 27).

Assim, a história desses bairros só pode ser compreendida e inserida no contexto da própria história de “desenvolvimento” do Pontal do Paranapanema, marcada por um processo de intensa alteração nas características naturais da região (forte desmatamento), pela generalização do coronelismo e da grilagem de terras a ele associado (LEITE, 2008 [1998]; ABREU, 1972) e, conseqüentemente, pela desterritorialização de trabalhadores do campo que acabam migrando para outras localidades. Vêm à tona as múltiplas temporalidades de Bertrand!

Acaba sendo a dinâmica do conflito histórico entre capital e trabalho, no contexto do Pontal do Paranapanema e dos processos de luta por moradia na cidade de Presidente Prudente nas décadas de 1980 e 1990 – envolvendo, claro, trabalhadores excluídos de um lado, e capital imobiliário de outro, com a mediação do Estado, via poder público municipal –, bem como nas conseqüências malélicas aos trabalhadores resultantes desses processos, que ganha real sentido a configuração paisagística posta hoje nesses bairros.

Portanto, tem-se que o trabalho apresenta-se como elemento central para se compreender as dinâmicas estabelecidas na cidade de Presidente Prudente, em sua vertente

periférica pobre. É a busca por novas oportunidades de emprego e renda, as lutas de resistência empreendidas pelos movimentos sociais, tendo relação com as populações urbanas e, se pudéssemos ir além, a motivação ontológica do ser social que trabalha para ter outros horizontes de realização humana que não as circunstâncias socioespaciais do espaço urbano, que conferem conteúdo às dinâmicas territoriais analisadas.

Pode-se perceber que processos que, epistemologicamente, seriam eminentemente territoriais, do ponto de vista da análise geográfica sobre a realidade, acabam suscitando a busca por uma abordagem do espaço geográfico que seja, de fato, transversal em todos os sentidos.

Aliás, tal transversalidade se expressa em nosso trabalho, em nosso foco de análise, nas próprias referências com as quais dialogamos que extrapolam o âmbito das produções da ciência geográfica, como os da Sociologia, em especial a Sociologia do Trabalho, representada principalmente por autores como Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Maria Aparecida Moraes Silva; mas também apoiando-nos na Filosofia, na qual se destaca István Mészáros.

Do ponto de vista da produção científica sobre o mundo do trabalho, essas áreas, em especial a Sociologia do Trabalho, tem tido destaque nas últimas décadas, realizando análises de diferentes externalizações do trabalho espalhadas pelo Brasil, de uma perspectiva marxista. A Geografia do Trabalho vem, aos poucos, engatinhando nas contribuições teóricas e de pesquisa na temática do trabalho. Poderíamos apontar o texto “Por uma Geografia do Trabalho!”, de autoria de Antonio Thomaz Junior (2002), bem como a tese de livre docência do mesmo autor, defendida no ano de 2009, como marcos teóricos da Geografia do Trabalho que, não obstante tenha muitos caminhos a percorrer no âmbito da pesquisa do mundo do trabalho no Brasil, já vem alcançando resultados importantes nesse sentido, vide o acúmulo de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas apenas no CEGeT (sem contar as tantas unidades espalhadas pelo Brasil) nos últimos anos.

Procuramos então delinear algumas aproximações dos principais conceitos da Geografia com nossa realidade de estudo, não como adequação da realidade aos conceitos, mas como instrumentalização teórica que nos auxilie na compreensão dos processos históricos presentes na cidade de Presidente Prudente no que toca à luta pela terra de um ponto de vista geográfico. Restringimo-nos ao Espaço Geográfico, Território/Territorialidade e Paisagem para tal intento, não como desmerecimento dos conceitos de Lugar e Região (ou outros

trabalhados pela Geografia), mas por acreditar que aqueles eram os que melhor ajudariam na compreensão do processo por nós estudado.

#### **4.2. Uma Reflexão Integrada Sobre o Trabalho, a Luta pela Terra, a Reforma Agrária e a Soberania Alimentar**

A mundialização do capital, em especial das empresas do setor agro-químico-alimentar-financeiro, combinada com a situação de emergência alimentar de milhões de seres humanos desnutridos e/ou subnutridos, exige uma análise articulada do sistema produtivo dos alimentos, do controle organizativo e da estrutura de produção, bem como dos objetivos e das prerrogativas para produzir e consumir com base nas reais necessidades dos consumidores, primando pela qualidade dos produtos e pelo abastecimento dos mercados consumidores próximos às áreas de produção (em um horizonte mais emergente). Por isso a Reforma Agrária e a Soberania Alimentar ganham, cada vez mais, destaque e importância para diferentes setores sociais, dentro de suas especificidades: camponeses, trabalhadores rurais assalariados, trabalhadores urbanos, desempregados etc. Compreender esse movimento e seus desdobramentos territoriais, bem como suas mediações políticas é o que sinaliza para o entendimento da participação das comunidades situadas nas áreas periféricas ou das populações de baixo poder aquisitivo, composta de desempregados, subempregados, setores empobrecidos e descartados, no processo de luta pela terra.

Somado a esse fato está o processo de reestruturação produtiva orquestrado nas últimas décadas pelo capital, que ampliou consideravelmente os níveis de produtividade no campo e na cidade e que, em tese, teria incrementado a capacidade humana de produzir alimentos para sua sobrevivência, mas que na verdade tem se mostrado desastroso para milhares de camponeses em se tratando de produção agrícola e de modos de vida, visto que, em média, cada máquina (colheitadeira, por exemplo) inserida no processo produtivo provoca a dispensa de 100 trabalhadores<sup>14</sup>, além de desequilibrar ainda mais a competição mercadológica entre camponeses e grandes produtores.

O complexo de reestruturação produtiva (ALVES, 2000) instalado no Brasil, ainda de forma incipiente na década de 1980 e ganhando intensidade (e amplitude) na era neoliberal dos anos 1990, constitui-se como uma estratégia do capital para construir uma nova

---

<sup>14</sup> Cf. OLIVEIRA, 2009.

hegemonia na produção de mercadorias: de um lado as mudanças organizacionais introduzidas através dos Programas de Controle de Qualidade (PCQ's), dos sistemas *just-in-time/kanban*, das iniciativas de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR's), entre outras inovações organizacionais, buscavam induzir a classe trabalhadora a se adequar e se familiarizar com a lógica da empresa, numa verdadeira tentativa de captura da subjetividade operária; de outro, o aumento da automação microeletrônica no processo produtivo, substituindo os postos de trabalho gerenciais por sistemas automatizados de controle do ritmo do trabalho, visava reduzir (ou escamotear) as relações hierarquizadas, aumentando a produtividade ao mesmo tempo em que reduzia os níveis de emprego (ALVES, 2000; ANTUNES, 2011).

Para os trabalhadores que resistiram a esse processo de ofensiva do capital nas últimas décadas, restou a prostração e a necessidade de se qualificar e se adaptar às novas necessidades do capital. Aos menos qualificados se lhes apresentou a face perversa do modo de produção capitalista e a irracionalidade sistêmica do capital (MÉSZÁROS, 2007), transformando-se em montante humano supérfluo a ele, passando a conhecer novos conteúdos do mundo do trabalho, marcados pela instabilidade de emprego.

Verifica-se, então, uma intensa migração desses sujeitos expropriados e dispensados, em direção a outras regiões do país, tendo destaque o sentido nordeste-sudeste<sup>15</sup> e, em certa medida, nordeste-norte, contexto em que, se por um lado respaldava-se no crescimento econômico dessas regiões, por outro apenas sintomatizava as investidas do capital em seu processo de territorialização. A maior parte desses trabalhadores descrevem trajetórias rumo às cidades, onde acabam sendo absorvidos nas periferias como mão de obra.

Percebe-se que esse movimento T-D-R (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização)<sup>16</sup> empreendido pelo capital acarretou (e até hoje o faz) ressignificações no âmbito do espaço, do território, da paisagem e do tecido social da classe trabalhadora. Isso, pois, pelo fato de esses dois sujeitos (camponeses e agrohíbrido) servirem a lógicas diferentes e, portanto, ocuparem os espaços de maneiras diferentes, modificando conseqüentemente suas paisagens, criando novas territorialidades no interior desses espaços e fornecendo novos conteúdos ao mundo do trabalho.

---

<sup>15</sup> Cf. SILVA, 2008.

<sup>16</sup> Cf. RAFFESTIN, 1993.

São esses conteúdos territoriais que nos permitem realizar uma leitura da realidade de luta pela terra de uma perspectiva geográfica e em consonância com o entendimento do trabalho como elemento central, pois, como dito anteriormente, o movimento descrito no espaço por esses trabalhadores rurais, movimento esse caracterizado por Silva (2008) como descamponesização, não apenas se dá de forma geométrica, mas também no bojo da classe trabalhadora. Esses sujeitos realocados nas bordas das cidades são impelidos a se espacializar novamente, atribuir e se adaptar a novos valores (urbanos) e vivenciar novas experiências laborais, que vão desde o emprego formal, passando pela terceirização, trabalho informal, domiciliar, desemprego, atingindo, algumas vezes, o descarte. Nesse sentido, afirma Thomaz Júnior (2009, p. 8):

É desse processo que se fazem presentes as novas identidades do trabalho, territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente e que extrapola os limites do rural e do urbano, da cidade e do campo. Por sua vez, ele redefine constantemente as profissões, habilitações, especializações, deslocamentos, migrações, o espaço de relações e a demarcação das territorialidades da luta de classes, sem contar o quadro mais perverso da reestruturação produtiva do capital, no século XXI, ou seja, o desemprego estrutural ou o descarte do trabalho.

Tal reestruturação demonstra o nível de complexidade em que a humanidade se estrutura hoje em termos de forças produtivas com potencial para satisfazer suas necessidades básicas, mas que, todavia, se colocadas a serviço do capital e nos moldes da propriedade privada como o são, acabam por criar miséria e descarte ao ser-humano, subjugando o trabalho vivo ao trabalho morto na interrelação que estabelecem (ANTUNES; SILVA, 2010). Este fato traz à tona o caráter ontologicamente incontrolável do capital (ANTUNES, 2009 [1999]), uma vez que, tendo no trabalho seu elemento primordial de realização e reprodução, contraditoriamente ele o substitui crescentemente no processo laboral à medida que as técnicas vão se complexificando e se materializando em máquinas, na busca incessante por lucro e acumulação.

Assim, é possível problematizar a afirmação de Milton Santos (1988, p. 40), quando diz que “pelo fato de que aumentar o capital fixo significa reduzir a quantidade de trabalho necessário, isso também significa que a produção necessita, em maior número, de insumos científicos” (grifo nosso). Quanto à tecnificação cada vez maior do capital não há dúvidas, mas soa-nos problemática, de um ponto de vista sistêmico – resgatando a noção de totalidade do trabalho social combinado, muito bem desenvolvida por Ricardo Antunes (2009 [1999]) –, a afirmação de que o aumento de capital fixo (trabalho morto) reduza o trabalho

necessário (trabalho vivo) para a reprodução ampliada do capital, em outras palavras, para sua sobrevivência. É bem verdade que a substituição de trabalho vivo por trabalho morto seja um processo em curso, porém, as fileiras de trabalhadores expulsos dessa forma do processo produtivo acabam se inserindo de alguma forma, periféricamente, em outra parte do mesmo sistema que as expulsou, quer seja como desempregados (pressionando os trabalhadores empregados como reserva de mão-de-obra), quer como trabalhadores informais (vendedores ambulantes, camelôs etc.), contribuindo para a circulação da riqueza, efetivação dos capitais investidos e manutenção da obediência dos trabalhadores formais diante da ameaça do desemprego. Desse ponto de vista, o capital continua dependente de seu polo oposto, o trabalho, porém não mais nas clássicas relações patrão-operário, no interior da fábrica, e sim no contexto de uma articulação sistêmica do metabolismo social do capital.

Ao migrarem do campo para a cidade (êxodo rural), os camponeses não apenas se deslocam no espaço físico, mas o fazem também no interior da classe trabalhadora, permeando novos vínculos laborais (assalariamento, terceirização, flexibilização, informalização) e identitários, expressando novas marcas territoriais e ressignificando as paisagens vividas por si. É nesse contexto que se forja uma relação de plasticidade do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009), caracterizada pela múltipla atividade laboral de um mesmo sujeito que, em diferentes momentos de sua vida, ora se encontra como camponês, ora como cortador de cana assalariado, ora como camelô, ora como comerciário em regime temporário etc.. Essa realidade fornece à classe trabalhadora novos conteúdos e juntamente advém a necessidade de se repensar sobre quais os sujeitos a compõem, baseado em quem de fato vem se envolvendo nos conflitos e cada vez mais se inserindo como força de trabalho no mercado.

Poderíamos arriscar a entender que a plasticidade do trabalho que vivenciam esses sujeitos os impele a produzir também uma plasticidade de paisagens, uma vez que as experiências vividas e as percepções de mundo obtidas por tais sujeitos nas dinâmicas territoriais vinculadas às suas inserções laborais distintas, rebatem na materialização de suas formas de existência (formas espaciais) expressas na paisagem. E mais, são exatamente essas dinâmicas territoriais que fornecem de fato sentido à paisagem construída nos mais diversos recantos do mundo, inclusive o Jardim Morada do Sol e o Jardim Humberto Salvador em Presidente Prudente, se pretendemos superar epistemologicamente a paisagem enquanto o estritamente sensório e palpável.

As lutas pela Reforma Agrária, trazendo consigo a Soberania Alimentar, que se expandem para outras tantas, empreendidas principalmente pelos movimentos lastreados no campo, têm permitido um acúmulo de elementos em sua trajetória que os colocam numa posição de combate ao próprio sistema do capital (MÉSZÁROS, 2007). Isto é, vão além de reivindicações específicas do meio rural, isto, pois, pelo fato de que esse sistema se realiza articulando as diversas esferas que recobrem a sociedade (social, econômica, política, ambiental, cultural, rural, urbana), principalmente nos últimos anos, quando da integração dos capitais agrícola, industrial e financeiro, materializada nos Complexos Agroindustriais (CAI's) (SILVA, 1996).

Dessa forma, conhecedores dessa realidade pela própria vivência nas lutas, ocupações de terra, expropriações, tais movimentos, ao revés do que enxergam alguns estudiosos, assumem para si a contestação do próprio sistema do capital, entendido como a fonte das contradições sociais e da espoliação de milhares de trabalhadores.

A leitura da sociedade que pretende empreender o capital através da separação entre campo e cidade, mais especificamente entre os trabalhadores desses dois espaços, não distorce a condição de subordinação do trabalho ao capital, que coloca os trabalhadores teoricamente em um mesmo pólo, guardadas as múltiplas expressões materiais e imateriais dessa subordinação, que vão do chão da fábrica ao corte da cana, de um químico industrial a uma costureira, permeando também os camponeses expulsos de suas terras em direção às bordas periféricas dos centros urbanos.

Essa difusão dos trabalhadores nas mais diversas inserções laborais (gerando valor ou não, mas de fato numa posição de subordinação/alienação/estranhamento frente ao capital) e o potencial transformador que esse atributo os concede e lhe possibilita construir espaço, traz à tona o conceito de centralidade do trabalho, fazendo com o que trabalho seja um tema vivo na Geografia. Isto é, em consonância com Thomaz Júnior (2002), afirmamos que é necessário que atentemos para os processos lançando mão de um olhar geográfico, o que significa entender esses trabalhadores fazendo parte do movimento contraditório de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, portanto envolvidos nos conflitos territoriais que, pelo viés da Reforma Agrária, promovem uma aproximação dessa pauta à luta de classes mais estrutural da sociedade entre capital e trabalho<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Esse assunto está amplamente discutido em Thomaz Junior, 2009.

Ainda no que diz respeito ao pretense distanciamento entre cidade e campo, ou, mais precisamente, entre as pautas de luta dos trabalhadores alocados nesses dois espaços, como se não houvesse pontos de ligação e fossem questões essencialmente distintas (portanto ensejando resistências também distintas), vale ressaltar a experiência, desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), das Comunas da Terra que, segundo Goldfarb, consiste em:

[...] uma nova forma de assentamento rural idealizada pelo MST do Estado de São Paulo, a partir de 2001, cujas principais características são: serem constituídas por pessoas que viveram muitos anos em grandes centros urbanos como São Paulo, Campinas, ou Ribeirão Preto e que, portanto, não possuem um passado recente ligado à terra; serem implantadas em áreas bem próximas aos grandes centros urbanos; utilizarem a agroecologia e a cooperação como principais diretrizes na produção e; possuírem a Concessão Real de Uso da área no nome de um coletivo (associação ou cooperativa), e não individualmente, e nem o título de propriedade da terra, o que significa que as famílias não poderão, em nenhum momento, vender o que seria a sua parcela (GOLDFARB, 2007, p. 11).

As Comunas da Terra são um exemplo da atenção que os movimentos sociais vêm dedicando à interface entre o rural e o urbano, pois, como já dito, o sistema metabólico do capital, materializado e contextualizado na forma do capitalismo<sup>18</sup>, se espacializa e territorializa para além das fronteiras existentes entre esses dois níveis do espaço geográfico. De sorte que esse movimento de realização totalizante por parte do capital exige como contrapartida, para aqueles e aquelas que pretendem superá-lo, igual totalidade na forma de se compreender as dinâmicas socioespaciais e traçar suas estratégias de ação nesse sentido.

Santos (1988) contribui para o avanço em relação às dicotomias entre cidade e campo ao buscar o entendimento do espaço através de quatro categorias analíticas: estrutura, processo, forma e função. As análises que distanciam cidade e campo parecem-nos muito mais centradas nas formas espaciais ou em suas funções isoladamente, desconectadas da estrutura socioeconômica dominante e do processo histórico no qual estão inseridas, como se estas se explicassem por si só. O autor lembra que:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1988, p. 52).

---

<sup>18</sup> Para uma melhor compreensão da distinção entre *capital* e *capitalismo*, ver Mészáros, 2007.

E continua, considerando que:

O que distinguirá a *região urbana* e a *região agrícola* não será mais a especialização funcional, mas a quantidade, a densidade e a multidimensão das relações mantidas sobre o espaço respectivo. A noção de oposição cidade-campo torna-se, desse modo, nuançada, para dar lugar à noção de complementariedade e seu exercício sobre uma porção do espaço (SANTOS, 1988, p. 70).

Pelos processos e conteúdos esboçados acima é possível enxergar diferentes temporalidades (BERTRAND, 2009) e espacialidades construídas e vividas pelos diferentes sujeitos sociais em questão: do ponto de vista do capital, trata-se de uma espacialidade difusa, ampla e concentracionista, ancorada em uma lógica de busca incontrolável por lucro e acumulação de riquezas, enquanto que a espacialidade dos trabalhadores se define por ser diminuta, oriunda muitas vezes de perdas territoriais, determinada, portanto, pela espacialização do capital; já no tocante às temporalidades, o capital se pauta no tempo da racionalidade, da otimização, do supérfluo e da produtividade, ao passo que o trabalho assenta-se no tempo da vida, da história, da busca pela garantia da satisfação das necessidades humanas.

É dessa forma que, conforme a discussão de Mészáros (2007) que dá título ao seu livro, para o capital, o tempo histórico constitui-se como um fardo, o qual deve carregar duramente, pretendendo, a todo momento, apagá-lo do horizonte da sociedade, uma vez que o pressuposto da história é o movimento, logo a constante transformação; enquanto que para o trabalho, o mesmo tempo histórico lança-se como um desafio, incitando a classe trabalhadora a se lhe apropriar em prol das mudanças mais profundas da sociedade que urgem para a plena realização do ser humano, em detrimento da irracionalidade sistêmica do capital que visa única e exclusivamente à manutenção de sua ordem sociometabólica.

Novamente demarca-se a emergência do conceito de Soberania Alimentar, conforme discutido no capítulo 1, como possível catalisador das lutas das diferentes frações da classe trabalhadora que se põem a construir novos referenciais na produção de valores de uso e não de troca, a começar pelos alimentos.

Um destaque merece ser dado, nesse sentido, à atuação da Frente de Massa do MST, que atua exatamente nas periferias das cidades, receptáculos de sujeitos que muitas vezes já passaram pelo processo de desterritorialização-reterritorialização supracitado, ou mesmo os que não o vivenciaram desse modo, mas que convivem com precárias condições de trabalho, moradia, entre outras esferas da sociabilidade humana.

Para se ter uma noção da importância dessa atuação nas cidades até mesmo para a consolidação do próprio MST, Fernandes & Ramalho (2001, p.242) ressaltam que:

O processo de espacialização da luta pela terra executada pelo MST iniciou-se com os trabalhos de base nas periferias das cidades, desenvolveu-se na organização das famílias, consumando-se nas ocupações das terras devolutas. Desde esse momento, desdobra-se em manifestações, entre as quais, as marchas, os atos públicos e as ocupações de prédios do governo, exigindo a negociação e procurando mudar a conjuntura política.

E continuam, enfatizando a importância da participação dessas famílias na consecução dos assentamentos do Pontal do Paranapanema, bem como do processo de luta pela terra para a manutenção da dignidade de vida e trabalho para elas:

Na década de 90 a implantação dos assentamentos possibilitou o desenvolvimento da agricultura familiar no Pontal, sendo a única política que gerou as condições de ressocialização de milhares de famílias. Na região, nenhum outro setor da economia criou condições semelhantes na geração de trabalho e renda. Salienta-se ainda a importante participação de famílias de origem urbana nesse processo, que por meio da ocupação de terra migraram da cidade para o campo [...] (FERNANDES & RAMALHO, 2001, p.251).

No tocante à Frente de Massa, esta vertente de atuação do MST possui, há vários anos, presença por meio de ações de base em alguns bairros da cidade. Podemos citar os casos do Jardim Morada do Sol (ainda popularmente chamado Km 7, devido a sua real distância em relação ao restante da malha urbana) e Jardim Humberto Salvador, apontados por integrantes do MST, assim como outros bairros, como potenciais fornecedores de contingente humano no processo de luta pela terra.

O momento histórico atual, como mencionado por uma integrante do MST no Pontal do Paranapanema, é de refluxo dos movimentos sociais de um modo geral, devido a um conjunto de elementos de ordem política, econômica e ideológica. As investidas do capital agropecuário na compra e especulação de imensas porções de terra, bem como do investimento em tecnologias de última geração que incrementam os índices de produtividade em grande proporção, respaldadas, no Brasil, por uma bancada ruralista no congresso nacional que aprova projetos e privilegia ações, políticas e incentivos que beneficiam o grande capital em detrimento dos camponeses, relação perpetuada pela disseminação e controle ideológico do agrohidronegócio como a imagem do progresso e do crescimento econômico, são alguns dos elementos constitutivos da hegemonia do capital agropecuário no Brasil, conseqüentemente influenciando na recuada dos movimentos sociais.

Esse refluxo decorrente do avanço político, econômico e ideológico do agrohidronegócio, com seus projetos destrutivos do ponto de vista social, ambiental e trabalhista, também vem apresentando rebatimentos nas ações da Frente de Massa na cidade de Presidente Prudente, que nos últimos anos vem deixando de ser efetivadas com maior vigor, como nos anos 90 e início deste século.

Se hoje em dia, entretanto, como ficou demonstrado nas entrevistas com os trabalhadores e trabalhadoras, não há vinculação direta entre a Frente de Massa e seus trabalhos de base nos bairros urbanos de Presidente Prudente e a adesão desses sujeitos à luta pela terra, essa afirmação só se torna possível quando não se considera que a atuação do Movimento se materializa como uma historicidade orgânica, isto é, com ações que atravessam diferentes temporalidades, criando ecos entre os trabalhadores, que por si só se incumbem da missão de levar adiante a luta pela terra. Basta notar que a hegemonia no modo de divulgação dos acampamentos e do resultado das lutas entre os entrevistados está justamente nas informações de amigos e parentes que já estiveram acampados e que hoje são assentados, o que demonstra o caráter processual em que se dá a atuação do Movimento e invalida a premissa de que está decretada a morte dos trabalhos de base na região.

### **4.3. A Luta pela Terra Entre o Campo e a Cidade em Presidente Prudente/SP**

O Pontal do Paranapanema constitui-se em uma região extraoficial do estado de São Paulo, localizada em seu extremo oeste. Apesar de não possuir o estatuto de uma região administrativa, no entanto, é alvo de outras regionalizações, quer por parte do Estado, quer pelos movimentos socioterritoriais. Assim, o programa Territórios da Cidadania tem como uma de suas bases territoriais de ação essa região; da mesma forma que o MST a tem como núcleo territorial organizativo de ações.

Não é à toa que desponta como uma das principais regiões do país não apenas no tocante a níveis de pobreza elevados, como também nas ações de resistência à territorialização do latifúndio, do agrohidronegócio, da afirmação da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar construída em bases agroecológicas.

Tradicionalmente constituída como a forma hegemônica de luta pela terra (além de marchas, ocupações de prédios públicos, manifestações etc.), a ocupação de propriedades fundiárias sempre foi uma realidade marcante no Pontal, sendo que por conta disso os

trabalhadores e trabalhadoras, bem como lideranças do Movimento, já sofreram várias ações truculentas por parte do Estado, contabilizando inclusive assassinatos. Vale ressaltar que grande parte das terras do Pontal do Paranapanema – muitas delas comprovadamente griladas – está em mãos de grandes coronéis e de empresas estrangeiras, que nas últimas décadas têm imprimido sobre a paisagem da região a marca da cana-de-açúcar por milhares de hectares, pelas usinas e destilarias.

Ao focarmos o processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, especialmente no tocante à participação de moradores da cidade de Presidente Prudente/SP no mesmo, faz-se mister destacar a atuação histórica da Frente de Massa, já antes mencionada.

No contexto de Presidente Prudente/SP, a Frente de Massa tem demonstrado um enfraquecimento de sua atuação há alguns anos, refletindo um momento de relativa crise da principal tática de enfrentamento ao capital assumida pelo MST ao longo de sua história, a ocupação de terra. Segundo dados do “Relatório DATALUTA” de 2010, desde 2004 o número de ocupações de terra no Brasil descreve uma linha descendente, conforme explicita o Gráfico 1:



Gráfico 1: Número de Ocupações – Brasil – 1988-2010.

Fonte: DataLuta – Banco de Dados de Luta pela Terra, 2011. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Da mesma forma, ao deslocarmos a escala de análise para o Pontal do Paranapanema (Gráfico 2), não obstante pequenas nuances, os dados se equivalem, isto é, também ocorre um descenso do número de ocupações, agora a partir de 2005.



Gráfico 2: Número de Ocupações – Pontal do Paranapanema – 1988-2010.

Fonte: DataLuta – Banco de Dados de Luta pela Terra, 2011. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Algumas hipóteses se levantam para tal inflexão. Primeiramente, o alvo de questionamento por parte do MST e demais movimentos de luta pela terra mudou, ou melhor, se travestiu de outra roupagem: se antes questionava-se o caráter improdutivo do latifúndio, cada vez mais este vem convivendo no Pontal do Paranapanema com o agrohidronegócio, encimado no discurso do progresso, do desenvolvimento e da sustentabilidade, o que coloca um obstáculo no tocante à legitimação social das ações de ocupação do Movimento, que passam a ser vistas como ilegítimas, ilegais e imorais perante o Estado e a sociedade. Além disso, o aparelhamento legal do Estado tem se voltado para uma criminalização cada vez maior para toda ação contra a propriedade privada, contribuindo, através das diversas formas de repressão, para a desmobilização de sua base. Um último aspecto, que novamente aproxima cidade e campo no contexto da questão agrária, é a emergência do Bolsa Família, a partir de 2004, com o governo Lula, que teria fornecido à população urbana mínimas condições de permanecer nas cidades e, portanto, abandonar a opção de aderir à luta pela terra.

Questionado sobre esse ponto, o membro da Direção Estadual da Frente de Massa do MST, “Valmir Ulisses Sebastião”, faz a seguinte consideração:

A problemática refere-se à forma com que estamos fazendo estas análises e com o caráter das famílias que vão para os acampamentos. É um público mais urbano que tem receio de quebrar o seu vínculo com o meio urbano e ir para o rural, porque ele vai deixar toda aquela história que construiu na cidade, mesmo sabendo das dificuldades que existem na favela ou em outro lugar. Essa também é uma análise que estamos fazendo, inclusive nós da frente de massa. Não vejo que o problema seja a bolsa família, vejo isso como um problema conjuntural, de mudança do sistema e das pessoas (OLIVEIRA, 2010, p. 153).

Dessa forma, apesar das transformações por parte do capital e da atuação do Estado via políticas públicas de redistribuição de renda, que repercutem diretamente na capacidade e legitimação das ocupações de terra por parte dos movimentos e, conseqüentemente, na atuação da Frente de Massa do MST para arregimentar trabalhadores e trabalhadoras para a luta pela terra no Pontal do Paranapanema, as pesquisas têm identificado que suas ações passadas deixam ecos.

Prova disso o relato dos moradores do Jardim Morada do Sol e do Jardim Humberto Salvador (capítulo 2), como também dos trabalhadores dos dois acampamentos do Pontal do Paranapanema – Dorcelina Folador, em Sandovalina e Irmã Goreti, em Marabá Paulista (capítulo 3) – dizendo que, embora não tenham tido contato direto com o MST e sua Frente de Massa para aderirem à luta pela terra, foram influenciados por parentes e/ou amigos que, por sua vez, participaram do trabalho de base do Movimento.

#### **4.4. Trabalho, Luta pela Terra, Cidade, Campo: Por uma Abordagem Geográfica das Confluências**

O processo de luta pela terra, seja na forma das ocupações de terra, dos acampamentos, dos conflitos diretos e indiretos, das manifestações, das ocupações de prédios públicos, das marchas etc., traz consigo expressões do trabalho as mais diversas, imbricadas em uma produção do espaço e de territorialidades por parte dos sujeitos sociais em questão, que rompem com a dicotomia entre cidade e campo.

Um sitiante que não produz alimentos e sobrevive realizando biscates (fora do mercado formal, portanto fora das estatísticas de emprego); um morador da zona leste de Presidente Prudente/SP que abandona sua família, mesmo possuindo residência própria e até

mesmo segunda residência, para se tornar acampado; um casal residente no bairro mais afastado do núcleo urbano central da cidade (Jardim Morada do Sol), portador de pequeno comércio próprio de vizinhança; uma mulher que, por conta de um enfarto do marido, se viu obrigada a deixar o acampamento e hoje quer voltar. Todos esses sujeitos sociais – muitos migrantes de outros estados e regiões do país –, tendo conhecido uma gama enorme de inserções laborais (desde empregos formais, passando pela informalidade, até o desemprego), remetendo à plasticidade do trabalho já mencionada, possuem um elemento em comum: relações territoriais não soberanas, por assim dizer, ou desrealizadas dentro e fora do trabalho, que as fazem carecer de algo a mais, possivelmente a ser encontrado com a obtenção de um lote de terra.

Nesse sentido, é possível extrair das entrevistas com os trabalhadores e trabalhadoras dos bairros periféricos e dos acampamentos da região motivações para a opção pela luta pela terra que extrapolam os limites da carência financeira, caminhando no sentido de uma desrealização ontológica do trabalho. Não exatamente a carência financeira e o desemprego, pois por vezes acabam se inserindo em alguma forma de trabalho, mas uma precariedade estrutural das formas de inserção laboral, sempre instável, muitas vezes sem carteira de trabalho assinada e que é estranha ao ser social que trabalha.

Trata-se não apenas da luta por um pedaço de terra, mas da busca pela efetivação de um projeto de sociedade e de relações de trabalho que façam sentido para todos aqueles e aquelas que do trabalho dependem para sobreviver.

Algumas considerações devem ser feitas, então. No que concerne à abordagem geográfica da cidade e do campo, feita de modo estanque, divorciando os dois espaços a partir da análise de uma organização do espaço genérica, pensamos que é preciso tomar cuidado com tal generalidade, na medida em que os sujeitos sociais que produzem espaço e criam territorialidades, portanto dão significados geográficos à luta pela terra, por vezes acabam por ser escanteados nas análises, como se fossem objetos exclusivamente da Sociologia, da História, da Filosofia etc..

Além disso, a concepção ou o espectro de abrangência do conceito de classe trabalhadora, tomando como estudo de caso os homens e mulheres, residentes na cidade de Presidente Prudente/SP ou acampados nos acampamentos do Pontal do Paranapanema, deve necessariamente ser revista, pois se tratam de sujeitos sociais concretos, que possuem um histórico de inserções laborais formais e informais, que experienciaram o desemprego e que

compõem os movimentos socioterritoriais. Ou seja, ao levar em conta a centralidade do trabalho e quem vem, de fato, participando das ações contestatórias do metabolismo social do capital (MÉSZÁROS, 2007) a partir das disputas territoriais, não é possível desconsiderar tais sujeitos.

As abordagens teóricas que divorciam cidade e campo tornam premente a constituição de uma abordagem geográfica que tenha como primazia as confluências entre esses espaços. Não se trata de homogeneizar teoricamente os diferentes espaços geográficos, mas de identificar os conteúdos territoriais e os sujeitos sociais que dão coesão social a tais espaços. Nesse sentido, ler os territórios e as territorialidades da luta pela terra entre o campo e a cidade em Presidente Prudente/SP e no Pontal do Paranapanema pela via da centralidade do trabalho pode contribuir para esse intento.

Conforme Ruy Moreira,

[...] a cidade e o campo não têm um conceito em si, mas aquele determinado pelo conteúdo que lhes empresta a natureza da aliança de classes rural-urbana traçada em cada contexto histórico-concreto. Como se fosse uma lei entre nós, as análises do processo brasileiro, entre os geógrafos, mas não só, teimam em fragmentar o eixo cidade-campo, quebrando a unidade orgânica dado pelo seu conteúdo social (MOREIRA, 1985, p. 169).

De sorte que o pretense divórcio entre cidade e campo, inclusive legitimado teoricamente, perde força quando lidamos com os sujeitos sociais abordados nessa pesquisa, uma vez que, em seu próprio movimento constante de deslocamento dos bairros para os acampamentos, e vice-versa, juntamente com sua identidade territorial esgarçada, ou, dito de outro modo, “nem lá, nem cá”, ressignificam tal separação conceitual e concretamente garantem a indissociabilidade entre cidade e campo no plano da vida cotidiana, do resgate de uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho.

#### **4.5. Expressões do Trabalho no Pontal do Paranapanema: Para Além das Estatísticas**

Analisando o quadro econômico da região do Pontal do Paranapanema através do PIB (Produto Interno Bruto), percebe-se uma prevalência expressiva das atividades de comércio e serviços e da indústria sobre o setor agropecuário, refletindo a dinâmica do próprio estado de São Paulo e do país como um todo (Tabela 2).

Do ponto de vista dos empregos formais contidos nesses setores (Gráfico 3), comércio e serviços assumem a dianteira, à frente da indústria, conotando os reflexos da

reestruturação produtiva que ocorreu nas últimas três décadas no Brasil, especialmente nas atividades industriais, que culminou na substituição de enormes contingentes de trabalhadores por máquinas. Esse processo se deu de forma menos enfática, mas não menos presente, no comércio e serviços.

<b>Participação dos Setores Econômicos no PIB - Municípios do Pontal do Paranapanema – 2009</b>					
<b>Municípios</b>	<b>Agropecuária (1)</b>	<b>Indústria (1)</b>	<b>Serviços (1)</b>	<b>PIB (1)</b>	<b>PIB per Capita (2)</b>
ESTADO DE SÃO PAULO	14.764,20	264.690,26	88.830,56	1.084.353,49	26.202,22
Alfredo Marcondes	4,6	7,64	9,84	38,1	9.396,98
Álvares Machado	12,42	33,44	46,97	199,33	8.382,46
Anhumas	9,69	3,17	9,08	37,06	9.390,66
Caiabu	7,29	3,42	10,41	32,69	7.914,43
Caiuá	17,59	40,92	13,21	101,32	18.600,30
Emilianópolis	8,55	3,21	9,62	31,98	10.043,91
Estrela do Norte	3,83	6,04	8,56	27,04	10.927,83
Euclides da Cunha Paulista	8,56	6,25	22,25	61,22	6.020,80
Iepê	23,47	8,72	18,61	124,23	15.813,31
Indiana	4,34	3,69	10,95	37,54	7.902,27
João Ramalho	18,49	4,27	10,63	51,56	11.868,37
Marabá Paulista	18,65	5,57	14,73	53,85	8.980,36
Martinópolis	30,64	78,06	53,99	292,78	11.466,86
Mirante do Paranapanema	19,95	12,75	37,27	122,06	6.732,05
Nantes	21,51	11,29	7,74	86,36	32.440,88
Narandiba	26,65	15,78	12,23	241,63	57.986,17
Piquerobi	9,9	3,87	10,58	37,17	9.830,32
Pirapozinho	24,32	143,8	51,68	393,27	15.583,73
Presidente Bernardes	16,21	12,48	32,26	147,2	9.569,70
Presidente Epitácio	20,62	71,77	80,96	410,31	10.034,28
Presidente Prudente	16,8	580,53	405,18	3.621,43	17.433,77
Presidente Venceslau	14,47	84,03	72,3	432,35	11.247,73
Rancharia	54,71	306,08	62,86	717,95	24.630,41
Regente Feijó	9,33	57,82	38,39	287,32	16.209,72
Ribeirão dos Índios	6,53	7,01	6,28	29,1	12.558,13
Rosana	11,77	630,07	52,97	778,54	41.153,34
Sandovalina	23,02	161,09	13,59	224,72	66.347,62
Santo Anastácio	23,53	34,09	44,47	225,05	10.604,57
Santo Expedito	4,32	5,75	7,65	27,41	9.273,86
Taciba	15,28	195,53	16,03	258,14	45.487,32

Tarabai	5,76	6,02	14,97	48,35	7.479,97
Teodoro Sampaio	26,41	50,58	42,6	222,92	10.514,25

(1) Em Milhões de Reais

(2) Em Reais

Tabela 2: Participação dos Setores Econômicos no PIB dos Municípios do Pontal do Paranapanema.

Fonte: Fundação SEADE. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

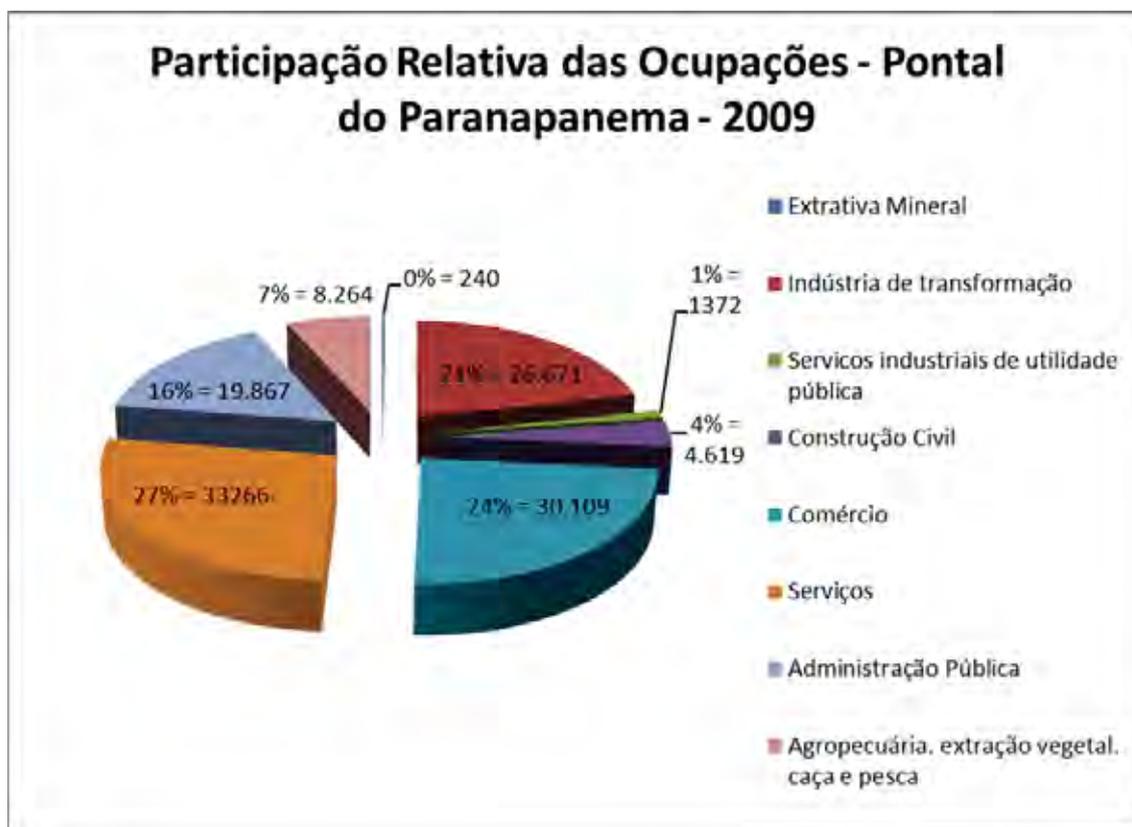


Gráfico 3: Distribuição dos Empregos Formais nos Municípios do Pontal do Paranapanema – 2009.

Fonte: RAIS/CAGED. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Todavia, quando a intenção é realizar uma análise da dinâmica geográfica da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, assumindo como centro analítico a centralidade do trabalho, é preciso ir além das estatísticas oficiais e, através da pesquisa, descortinar os conteúdos territoriais envolvidos no processo. Nesse sentido, apesar de os dados do PIB, bem como da distribuição dos empregos, apontarem no sentido da primazia das atividades relacionadas ao comércio e serviços, como uma tendência conhecida há algumas décadas no Brasil, é preciso ir além das aparências.

Vale ressaltar que ir além das estatísticas não significa descartá-las, mas revelar feições territoriais que as extrapolam. É assim que se revelam sujeitos sociais que residem na periferia pobre da cidade de Presidente Prudente/SP, em bairros marginalizados geográfica e

socialmente do núcleo central da cidade – como o caso dos bairros Jardim Morada do Sol e Jardim Humberto Salvador, por nós estudados –, mesmo em alguns casos fazendo parte do mercado formal, se envolvem no processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

Isto significa que um mesmo ser social que por ventura seja representado nas estatísticas apontadas acima (o que não ocorre em todos os casos), acaba por extrapolar esses limites e construir uma trajetória territorial diferenciada, só possível de ser identificada pelas práticas de pesquisa. Isto é, a variável econômica não é suficiente, segundo o que foi possível apreender pela pesquisa, para determinar as razões que levam os sujeitos sociais a se movimentarem pelo espaço, entre cidade e campo, no povoamento da luta pela terra no Pontal.

Ao se debruçar sobre a trajetória laboral dos trabalhadores e trabalhadoras acampados, seja em tempo integral, seja aqueles e aquelas que permanecem vivendo na cidade e se deslocam corriqueiramente para os acampamentos, notam-se elementos que, para além de seu caráter subjetivo, arriscamo-nos a caracterizar como ontológicos. O sentido do termo é o fornecido por Mészáros (2006, p. 258), de que “[...] a verdadeira ontologia humana é uma ontologia social em constante mutação [...]”, isto é, uma expressão da dialética indivíduo-sociedade que se refaz constantemente, ou seja, uma ontologia que incorpora o elemento da sociabilidade, fugindo da esfera da atomização dos indivíduos, e também da mudança, escapando da visão estática da história.

O que está em questão é a manifestação/materialização do movimento de afirmação do metabolismo social do capital (MÉSZÁROS, 2007), que se realiza num movimento interescalar, do global para o nacional, para o local, chegando até o indivíduo. Todavia, não se trata de entender ou captar apenas a manifestação fenomênica desse processo em cada ser, mas de realizar as devidas conexões com o processo mais geral de dominação empreendido pelo capital, em suas mais diversas formas. Nesse sentido, é necessário considerar como, historicamente, se deu a territorialização do capital no país, articulando combinada e desigualmente os diferentes espaços (TROTSKY, 1967) e repercutindo nas migrações intra e inter-regionais de trabalhadores.

O Pontal do Paranapanema não fica fora do movimento mais geral de dominação política, econômica e territorial das classes dominantes da história brasileira, passando da oligarquia agrárioexportadora até o momento atual, com a presença de capital estrangeiro fortemente instalado na forma de usinas e destilarias pautadas na monocultura da cana-de-

açúcar. Alguns migrantes de outras regiões do país, em períodos promissores de emprego e melhores condições de vida no estado de São Paulo para cá vieram, mas logo experimentaram formas de trabalho informal e até mesmo o desemprego.

Dessa forma, impossibilitados de encontrarem sentido no ato de trabalhar – o que faço? por que faço? como faço? para quem faço? onde faço? –, bem como no contexto das relações sociais que referenciam o universo do trabalho sob o crivo do metabolismo social do capital (individualismo, alienação, produtivismo etc.), veem na conquista da terra, nessa segunda década do século XXI, um horizonte potencial de cravar um ponto de inflexão a essa trajetória. Inflexão, pois em seu discurso enfatizam sua convicção em construir no futuro assentamento relações sociais e de produção referenciadas na solidariedade, na partilha, na horizontalidade, na produção de valores de uso e no pertencimento territorial; potencial, pois são conhecidas todas as dificuldades que os assentados enfrentam à jusante, ou seja, falta de assistência técnica, dificuldade organizacional, combate à lógica do mercado etc., configurando uma luta na terra e não mais pela terra. Portanto, no que se refere ao plano discursivo dos trabalhadores e trabalhadoras dos bairros e dos acampamentos, há uma energia para imprimir outro curso ontológico-geográfico às suas vidas.

Nesse sentido, o que se apresenta como expressão da luta pela terra no Pontal do Paranapanema é um número crescente de pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres, que abandonam suas vidas nas cidades (nem sempre, pois muitas vezes mantém-se nos dois lugares) e optam por aderir à luta pela terra. Trazem consigo não apenas a intenção de melhorar de vida – o que, no caso de conseguirem um lote de terra, poderia de fato ser um horizonte –, mas de construir novas relações sociais e territoriais dotadas de sentido.

Encimados nas entrevistas realizadas aos trabalhadores e trabalhadoras dos acampamentos da região e dos bairros da periferia pobre de Presidente Prudente/SP, é possível afirmar sua relativa invisibilidade diante da sociedade. Como já dito anteriormente, tais sujeitos podem comparecer (não de forma generalizada) às estatísticas oficiais de economia e emprego, mas não se limitam enquanto ser social, isto é, enquanto indivíduos envolvidos na complexidade da classe trabalhadora nesse século XXI, aos mesmos dados. Como trabalhadores da construção civil são visíveis (ainda que apenas como números), mas como sujeitos desrealizados que optam por aderir à luta pela terra não, mesmo que cotidianamente ocupem espaço e produzam territorialidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais, é preciso primeiramente agradecer aos recursos financeiros concedidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), os quais foram de crucial importância para a consecução do projeto de pesquisa.

Podemos reiterar que, sem as práticas de pesquisa não teríamos superado os nossos pressupostos teóricos estabelecidos no início de nossa investigação, que caminhavam no sentido da suposta comprovação de que a única (ou principal) motivação para os moradores das periferias da cidade de Presidente Prudente para optar pela luta pela terra fosse a extrema carência socioeconômica, desemprego etc., ou, mais ainda, residir propriamente no espaço urbano. Reconhecemos que no projeto de pesquisa nossa intenção inicial era buscar abstrair esse movimento, de fato, na cidade de Presidente Prudente.

Contudo, não podemos deixar de mencionar que a opção metodológica de se dirigir a um acampamento, *locus* por excelência da luta pela terra, para apreender os elementos de sujeitos oriundos de Presidente Prudente, teve (e continua tendo) grande importância, de nosso ponto de vista. Dessa forma, não poderíamos simplesmente negar-nos a pesquisar sobre sujeitos que fossem advindos de outros bairros, que não os por nós delimitados, ou mesmo do espaço rural do município de Presidente Prudente, já que, quando entendemos o trabalho como elemento central, em sua associação com os processos de desterritorialização-reterritorialização, descamponesização/recamponesização, luta pela terra, pela Reforma Agrária, pela Soberania Alimentar, não há limites a priori entre cidade e campo.

O que a princípio poderia parecer uma dualidade espacial, na verdade significa, do ponto de vista da análise, a tentativa de ruptura com a fragmentação pretensamente existente entre cidade e campo, esse sendo, inclusive, uma das intenções da pesquisa. Não se trata apenas de captar o processo de luta pela terra à montante e à jusante, antes e depois, nos bairros e nos acampamentos, na cidade e no campo, mas evidenciar os nexos territoriais existentes entre esses dois momentos.

Esse rever dos pressupostos iniciais e a adoção da estratégia metodológica de se dirigir aos acampamentos, não significam que as nossas principais posturas teóricas acerca da superação da noção de Segurança Alimentar, em busca da efetivação política, econômica, teórica e ideológica do conceito de Soberania Alimentar tenham simplesmente se esvaziado. Ao contrário, as práticas de pesquisa que vimos realizando caminham no sentido de contribuir

para o aperfeiçoamento do diálogo necessário entre a teoria e a prática, até mesmo no sentido da produção do conhecimento transformador da realidade.

Do ponto de vista do trabalho, concluímos que se faz premente aos sujeitos com os quais estabelecemos contato a busca por novas relações de trabalho – diferente das atuais, ou recém-abandonadas, de falta de autonomia – que apontem no sentido da realização do trabalho, fugindo do descarte produzido pela hegemonia do capital agropecuário.

É por isso que afirmamos que é fundamental se considerar o trabalho desde uma perspectiva ontológica, isto é, dando premência ao ser sobre quaisquer outros elementos secundários, ou melhor, no caso do capital, de segunda ordem. E é por isso que István Mészáros desponta como um intelectual crucial para descrever e analisar a incontornabilidade do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2007) que, travestido de capitalismo, se torna ainda mais violenta. O metabolismo societário do capital é incontornável na medida em que sua sanha para gerar e acumular valor de troca, de impô-lo sobre o valor de uso das coisas, fazendo com que se crie uma tendência a redução da taxa de uso das coisas, ou seja, quanto mais se produz, menos se usa e mais se valoriza o valor, gerando lucro.

Do ponto de vista ontológico, o capital é uma contradição viva, porque em sua essência ele é a própria negação do ser, subjugando-o à sua lógica de acumulação de lucros incessante, que pretende se autojustificar; contudo, é somente por meio da totalidade do trabalho, do ser social que trabalha, ou ainda, da classe trabalhadora, que ele respira a cada dia: é o trabalho como centralidade que se afirma sobre o capital e por ele é subjugado, em uma relação dialética. Assim, dependente do trabalho vivo para existir e gerar valor, o capital o substitui cada vez mais por trabalho morto, na forma – nesse período histórico de Terceira Revolução Tecnológica – da crescente automação microeletrônica, da incorporação de máquinas inúmeras vezes mais produtivas que o ser humano.

E no que toca a produção de alimentos o capital é igualmente incontornável, pois assegura que a alimentação da população mundial fique à cargo das instabilidades do mercado. Não há outra manifestação mais perversa do que secundarizar a fome no mundo frente à fetichização do mercado, secundarizar a produção de alimentos em relação à produção de agrocombustíveis, como o etanol. Segundo Mészáros,

No sistema do capital, “[...] não deve haver nenhuma questão de avaliação em relação às necessidades qualitativamente determinadas dos indivíduos sociais sobre a questão de qual gênero de objetos deve ser produzido, determinando conscientemente ao mesmo tempo também o tempo dedicado a cada produto,

justificado não por um mecanismo econômico cego, mas com base em escolhas livremente realizadas que partem da necessidade humana. O determinismo econômico da reductiva contabilidade do tempo do capital – que constitui, aliás, em seu próprio tempo, um grande avanço produtivo, mas que além de certo ponto se torna um perigoso anacronismo histórico – pretende ser suficiente para ditar tudo, e ainda para justificar por definição tudo que pode, com êxito, ditar”. (MÉSZÁROS, 2007, p.44)

Antunes (2011) complementa, ao afirmar categoricamente que:

Como o capital é um sistema de metabolismo econômico-social totalmente desprovido de uma orientação humano-societal, ele erigiu um poderoso sistema de controle onde o *valor de uso* dos bens produzidos segundo as autênticas necessidades humanas foi totalmente subordinado ao *valor de troca* das mercadorias, isto é, às necessidades reprodutivas *do próprio capital* (p. 57).

É por isso que o conceito de Segurança Alimentar não é capaz de garantir a alimentação da população mundial, isto, pois, “de um lado se dá, do outro se tira”, ou seja, se recorre ao mercado e as trocas comerciais internacionais para importação de alimentos alhures, que teoricamente resolveria o problema do acesso à alimentação, enquanto se dissolve a produção camponesa que é a que, historicamente, mais emprega e mais produz alimentos, em suma, quem alimenta os povos do mundo.

Somente considerando a incontrolabilidade do capital do ponto de vista ontológico é que se consegue ir além das aparências na compreensão das motivações que levam sujeitos a se moverem de um local a outro na busca por uma (re)significação de suas vidas, pela garantia da Soberania Alimentar. Não apenas motivações de ordem econômica, política, social, mas ontológica.

Aqui cabe uma discussão a respeito do processo de aquisição de consciência de classe e que também deve ser lido como parte de um processo que é contraditório em seu âmago. Estar ou não no acampamento, participar das ações dos movimentos sociais, apresentar elementos no discurso que indiquem a busca pela Reforma Agrária, Soberania Alimentar, solidariedade, não significa por si só uma consciência de classe consolidada e direcionada para uma luta contra o capital. De fato, é possível que haja, por parte dos sujeitos entrevistados, oportunismo e intenções que por vezes mesmo se alinhem à lógica de acumulação do capital, entretanto o acampamento, juntamente com as condições de desrealização nos bairros, dentro e fora do trabalho, representa a possibilidade de aquisição da consciência de classe necessária no próprio processo concreto de luta (ANTUNES, 2009 [1999]).

Em “A Crise Estrutural do Capital” (2009), Mészáros ressalta que o movimento de autoafirmação e expansão da lógica do capital se dá em todos os âmbitos da sociedade: econômico, político, social, ambiental, cultural etc.. Essa articulação acaba repercutindo, no contexto atual, também no caráter de sua crise, sendo estrutural e não meramente conjuntural como em outros momentos históricos do capitalismo. Sendo assim, as consequências sobre o “elo mais fraco”, sobre a totalidade do trabalho que sofre as consequências dessa crise (desemprego, pobreza extrema, fome, (des)realização humana etc.), bem como as estratégias de resistência também só podem se dar em um sentido estrutural, não fragmentado, como hoje se enxerga na classe trabalhadora, fruto exatamente da reestruturação produtiva do capital.

Por fim, é possível concluir que, independente das variantes processuais da história de cada sujeito, a principal mola propulsora desses sujeitos que passam a aderir à luta pela terra no Pontal do Paranapanema saindo de Presidente Prudente centra-se em sua *(des)realização ontológica*, sua dificuldade de encontrarem verdadeiro sentido às suas práticas sociais e relações de trabalho às quais se subordinam (subordinavam). Assim, ainda que a luta pela terra não seja a única alternativa de sobrevivência, ela se constitui como mais uma alternativa que se coloca para a vida desses trabalhadores no sentido de alcançarem seu pleno desenvolvimento enquanto seres humanos.

Isso significa também que as múltiplas determinações que incidem sobre os sujeitos que protagonizam o movimento constante de imbricamento entre cidade e campo, deflagram a indissociabilidade das características ambientais, sociais, territoriais, escalares, econômicas, políticas, subjetivas envolvidas no processo. Não é pela via da unilateralidade de apenas um dos fatores, ou da uniterritorialidade (como aponta Haesbaert) que se consegue apreender esse movimento concreto de luta pela terra em Presidente Prudente e no Pontal do Paranapanema, mas nas interdeterminações complexas da realidade.

É o que tivemos a oportunidade de apreender ao longo da pesquisa, procurando desvendar quais os significados da Reforma Agrária em bairros periféricos de Presidente Prudente!

## REFERÊNCIAS

ABREU, Dióres Santos. **Formação Histórica de Uma Cidade Pioneira Paulista: Presidente Prudente.** Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** 2ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010 [2000]. 365 p.

ANDRADE, Julia Cossermelli de. **Pierre Monbeig, um francês diante da geografia do movimento:** um estudo sobre a obra *Pioneiros e fazendeiros do Estado de São Paulo*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros [online]. 2011, n.52, pp. 43-68. Disponível em: <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0020-38742011000100003&script=sci\\_arttext#nt19](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0020-38742011000100003&script=sci_arttext#nt19)>. Acesso em: 27 mai. 2012.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor.** São Paulo: Boitempo, 2011. 175 pp..

ANTUNES, Ricardo; SILVA, M. A. M.. Apresentação. In: **O avesso do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 7-11.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2ª ed., 10ª reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009 [1999].

BERTRAND, Georges; BERTRAND, Claude. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades.** Org.: PASSOS, Messias M. dos. Maringá: Ed. Massoni, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. INFORMAÇÕES PARA O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO E RENDA – ISPER. **Número de Empregos Formais.** Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php)>. Acesso em: 23 jun. 2012.

CARVALHO, Horácio Martins de. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir Para Viver: ss caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHONCHOL, Jacques. Soberania Alimentar. **Estudos Avançados:** dossiê América Latina, v.19, nº55, set/dez. São Paulo, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 jul. 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **CPT divulga dados parciais dos Conflitos no Campo Brasil de janeiro a setembro de 2011**. 12 de dezembro de 2011. Disponível em: [http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=908:cpt-divulga-dados-parciais-dos-conflitos-no-campo-brasil-de-janeiro-a-setembro-de-2011&catid=12:conflitos&Itemid=94](http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=908:cpt-divulga-dados-parciais-dos-conflitos-no-campo-brasil-de-janeiro-a-setembro-de-2011&catid=12:conflitos&Itemid=94). Acesso em: 05 jan. 2012.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

EGUREN, Fernando. **Soberanía Alimentaria o Seguridad Alimentaria?** 2008. Disponível em: <<http://www.soberaniaalimentaria.com/textos/EgurenSoberaniaAlimentaria.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais. In: **Terra Livre**, ano 21, v. 2, n. 25, jul-dez/2005. p. 13-33.

FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo** (resumen – 2012). Roma, 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/016/i2845s/i2845s00.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estudos Avançados**, v.15, n.43, set. - dez. 2001. p. 239-54. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a18.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2012.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **Perfil Municipal**. Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios**. Dissertação (mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2007, parte I. Disponível: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02012008-112829/pt-br.php>. Acesso em: 08 de agosto de 2010.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. A ciência diante da natureza; A harmonia natural. Harmonia? **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 [2004].

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo. Disponível em: <[http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert\\_multi.pdf](http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2012. p. 6774-6792.

IEA. Área e Produção dos Principais Produtos da Agropecuária no estado de São Paulo. In: **Banco de Dados Eletrônico**. São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://ciagri.iea.sp.gov.br/bancoiea/subjetiva.aspx?cod\\_sis=1&idioma=1](http://ciagri.iea.sp.gov.br/bancoiea/subjetiva.aspx?cod_sis=1&idioma=1)>. Acesso em: 24 jul. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico – 2010**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 20 jul. 2011.

IKUTA, Fernanda Keiko. **A questão da moradia para além de quatro paredes**: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente/SP. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2003. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/FernandaDissertacao/ikutadissertacao.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec/Fundação Unesp, 2008 [1998]. 202p.

LINDO, Paula Vanessa de Faria. **Geografia e Política de Assistência Social**: territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2010. Disponível em: <[http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2010/lindo\\_pvf\\_me\\_prud.pdf](http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2010/lindo_pvf_me_prud.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2011.

MAZZEI, Umberto. **Soberanía Alimentaria e los acuerdos comerciales**. 2007. Disponível em: <<http://www.soberaniaalimentaria.com/textos/MazzeiSoberaniaComercioAlimentos07.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/aeclaracaoaptidaopronaf>>. Acesso em: 28 jul. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Cadastro Único.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Centro de Referência de Assistência Social.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

MOREIRA, Ruy. **O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil:** estudo sobre sociedade e espaço. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOREIRA, Ruy (Org.). Introdução; A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: **Geografia: teoria e crítica.** Petrópolis: Vozes, 1982. P. 4/43

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Jornal do MST:** Especial Agrotóxicos/Março de 2011.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Brasil – Relatório 2010.** Coordenação: FELICIANO, Carlos Alberto. Presidente Prudente, São Paulo. Outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Pontal do Paranapanema – Relatório 2010.** Coordenação: FELICIANO, Carlos Alberto. Presidente Prudente, São Paulo. Outubro de 2011.

OLIVEIRA, Nalígia Tavares de. Ocupações de Terra: mudanças e perspectivas (entrevista com Valmir Ulisses Sebastião). **Revista Nera**, v. 13, n. 17. Presidente Prudente, 2010. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/17/14\\_entrevista\\_oliveira.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/17/14_entrevista_oliveira.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2012.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho.** Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/teseana.pdf>>. Acesso: 12 de agosto de 2010.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Paradigma e Metodologias da Questão Agrária:** uma análise das ocupações de terras no Brasil com ênfase para o Pontal do Paranapanema – SP.

Monografia (bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011. 98 pp..

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. **Câmara aprova projeto da Prefeitura que amplia perímetro urbano da zona Sul.** Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml;jsessionid=B9DF6FCB561E1AA7073FC35D95091300?cod=11753>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RANIERI, Jesus. Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. **III Conferência Internacional La Obra de Carlos Marx y los Desafios del Siglo XXI.** Cuba, Havana, 3 a 6 de maio de 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/Alienacao%20e%20estranhamento....pdf>. Acesso em: 24 set. 2012.

RIBEIRO, Rafael W.. Paisagem: um conceito, múltiplas abordagens; Paisagem cultural e patrimônio no contexto internacional. **Paisagem cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROSSET, Peter. **Soberanía Alimentaria: Reclamo mundial del movimiento campesino.** Trad. por Adriana Latrónico y María Elena Martínez. Institute for Food and Development Policy Background, vol. 9, n. 4, Fall 2003, p. 4. Disponível em: [http://www.odg.cat/documents/formacio/Sessio\\_1\\_juny\\_Document1\\_FerranGarcia.pdf](http://www.odg.cat/documents/formacio/Sessio_1_juny_Document1_FerranGarcia.pdf). Acesso em: 23 jul. 2011.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba-PR, v. 16, n. 16, p. 31-50, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. Ed. 4. Reimpr.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1996].

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método.** 1. Ed.. 1. Reimpr.. São Paulo: Nobel, 1988 [1985].

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, José Graziano. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Unicamp, 1996. p. 1-40.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **Revista Eletrônica do NEAD**. Brasília: 2007. Disponível em: <http://inscal.blogspot.com/2009/06/migracoes-rurais-no-brasil-velhas-e.html>. Acesso: 12 de setembro de 2010.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Produção de Alimentos e Agrocombustíveis no Contexto da Nova Divisão Mundial do Trabalho. **Revista Pegada Eletrônica**, v. 9, n. 1. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2008, p.63-80.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A Luta pela Terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, João Vitor Ramos da. Territorialidades Difusas: as formas de resistência entre cidade e campo no contexto de luta pela terra em Presidente Prudente/SP. **Anais do VIII Seminário do Trabalho: trabalho, educação e políticas sociais no século XXI**. Marília: FFC/UNESP, 2012.

SILVA, João Vitor Ramos da. **Significados da Reforma Agrária em Bairros Periféricos de Presidente Prudente (SP): uma tentativa de diálogo entre a luta pela terra e a soberania alimentar**. Relatório de pesquisa FAPESP - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2012.

SOUZA, Alessandra Silva de. Um debate acerca da Soberania Alimentar e da Agroecologia: um desafio de percepção e de prática. Ou, de que lado é o meu quintal? **Pegada Eletrônica**, v.10, n.1. Presidente Prudente, jun./2009. Disponível em: <[www.fct.unesp.br/ceget](http://www.fct.unesp.br/ceget)>. Acesso em: 14 jun. 2010.

STÉDILE, João Pedro & Horácio Martins de Carvalho. Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos. In: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010). **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF, Assessoria Fome Zero, 3 vol., v.3. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

RIBEIRO, Rafael W.. Paisagem: um conceito, múltiplas abordagens; Paisagem cultural e patrimônio no contexto internacional. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. **Pontal do Paranapanema – SP**. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

THOMAZ JUNIOR, A. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. In: GONÇALVES, C. U. **Abordagens**

**Culturais do Urbano e do Agrário**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2012. (no prelo).

\_\_\_\_\_. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, v.7, n. 1, 2011. p. 307-329. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/176/RAE25>. Acesso em: 03 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Um olhar autocrítico do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil no século XXI. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS**, n. 13, v. 8, maio/2011, p. 6-28. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/Revista/Revista13/1.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. **Campo Território**, v. 5, n. 10, Uberlândia, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042/8245>. Acesso em: 03 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Emergência Teórico-Prática da Reforma Agrária como Instrumento de Luta dos Trabalhadores no Brasil. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 10, n. 2, dezembro/2009, p. 1-30. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1696/1627>. Acesso em: 02 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema: estratégia de classe entre latifúndio e capital agroindustrial canavieiro. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 10, n. 1, junho/2009, p. 1-14. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1666/1602>. Acesso em: 03 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI** (Limites explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009, volumes 1 e 2. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/inciar.html>>. Acesso: 14 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. “Leitura” Geográfica e Gestão Política na Sociedade de Classes. In: **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI** (Limites explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009, (v.2) (textos do autor). Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/inciar.html>>. Acesso: 14 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Por uma “*cruzada*” contra a fome e o agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada Eletrônica**, v. 9, n. 1. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2008, p. 8-34. Disponível em:

<<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/02-9-1-ThomazJr.pdf>>. Acesso: 09 de abril de 2010.

\_\_\_\_\_. Por uma Geografia do Trabalho! **Revista Pegada Eletrônica**, v. 3, n. especial. Presidente Prudente. Editorial Centelha, 2002. p. 4-26.

TROTSKY, Leon. Peculiaridades do Desenvolvimento da Rússia. In: \_\_\_\_\_. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967. (1º volume).

USINA ALTO ALEGRE. **Nossas unidades**. Disponível em: <<http://www.altoalegre.com.br/unidades.aspx>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira; THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por uma abordagem geográfica da Soberania Alimentar: a construção crítica de novos referenciais para a questão agrária. In: XI Jornada Do Trabalho, 2010, João Pessoa/PB. Anais da XI Jornada do Trabalho, 2010.

# ANEXOS

## ROTEIRO DE ENTREVISTA – ACAMPAMENTO

- \* Nome?
- \* Idade?
- \* Onde nasceu?
- \* É a primeira vez que participa de acampamento? Se não, quantas vezes já participou? Por quanto tempo?
- \* Que tipo de trabalho já teve?
- \* Porque resolveu se acampar?
- \* Quais os problemas que enfrentava na cidade?
- \* A prefeitura da cidade ajudava de que forma? Era atendido por algum programa assistencial?
- \* Como era a organização das Associações de Moradores de bairro?
- \* Como a questão alimentar era tratada pelo poder público? E pela Associação? Havia discussões sobre a produção e a origem de alimentos? Soberania Alimentar?
- \* O que acha sobre pessoas da cidade buscarem a terra? O MST é importante nesse sentido? E a igreja, ajudou de alguma forma?
- \* O que pretende fazer se conseguir um lote?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA – BAIROS

- \* Nome?
- \* Idade?
- \* Onde nasceu?
- \* Há quanto tempo mora no bairro?
- \* É a primeira vez que participa de acampamento? Se não, quantas vezes já participou? Por quanto tempo?
- \* Que tipo de trabalho já teve?
- \* Porque resolveu se acampar?
- \* Quais os problemas que enfrenta na cidade?
- \* A prefeitura da cidade ajuda de alguma forma? É atendido por algum programa assistencial?
- \* Como é a organização das Associações de Moradores de bairro?
- \* Como a questão alimentar é tratada pelo poder público? E pela Associação? Há discussões sobre a produção e a origem de alimentos? Soberania Alimentar?
- \* O que acha sobre pessoas da cidade buscarem a terra? O MST é importante nesse sentido? E a igreja, ajuda de alguma forma?
- \* O que pretende fazer se conseguir um lote?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (COMSEA)**

- \* Existe um mapeamento, ou um conhecimento, dos bairros mais carentes do ponto de vista socioeconômico em Presidente Prudente? Se sim, por quais variáveis ou critérios se chegou a esses bairros (demanda por cesta básica, quantidade de inquilinos, desempregados etc)?
- \* Quais são as ações e/ou políticas de assistência social realizadas pela prefeitura em relação a esses bairros, no sentido de amenizar as dificuldades encontradas por eles?
- \* Em relação aos CRAS, após sua instalação nos bairros houve um retorno benéfico por parte da população, isto é, as pessoas sentem algum tipo de melhoria em relação à antiga política centralizada de assistência social?
- \* Existe uma aproximação da prefeitura com as associações de moradores de bairro em relação às suas reivindicações? Se sim, quais as principais demandas apresentadas por essas entidades?
- \* Especificamente em relação à alimentação nesses bairros, existe algum tipo de organização dos moradores para lidar com as dificuldades encontradas no dia-a-dia? Quais são as políticas de Segurança Alimentar desempenhadas pela prefeitura?
- \* O PAA e PNAE são acessíveis aos pequenos produtores do município e da região? Desde quando esses programas passaram a ser efetivados no município? Os resultados têm sido satisfatórios em relação aos bairros mais carentes?
- \* A prefeitura, ou a SAS, tem conhecimento de pessoas que tenham optado por participar da luta pela terra no Pontal (se envolver em acampamentos), há uma noção sobre isso? Se sim, sabem/desconfiam os motivos que as levam a tomar essa opção?